



**U LISBOA**

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**A crescente islamização da Europa: influências e alterações  
nas instituições europeias. A intensificação do fenómeno com  
a possível entrada da Turquia.**

Ana Catarina Nunes Carneiro

Orientador: Prof<sup>a</sup> Doutora Teresa de Almeida e Silva

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre

Mestrado em Relações Internacionais

Especialização em Estudos Europeus

**Lisboa**  
2013

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.” (Theodore Roosevelt)

“Quanto mais aumenta o nosso conhecimento, mais evidente fica a nossa ignorância.” (John F. Kennedy)

“O mais competente não discute, domina a sua ciência e cala-se.” (Voltaire)

## **Agradecimentos**

A realização de uma dissertação para a obtenção do grau de mestre, para além de todo o processo de investigação individual e solitário, reúne o contributo de várias pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram a concluir mais esta etapa da minha formação académica. Neste sentido, dedico não só este espaço mas este trabalho a todas essas pessoas.

Ao coordenador do Mestrado em Relações Internacionais, ao Professor Doutor António de Sousa Lara, agradeço a oportunidade e o privilégio que tive em frequentar este Mestrado que muito contribuiu para o enriquecimento da minha formação académica e científica.

À orientadora desta dissertação de Mestrado em Relações Internacionais com especialização em Estudos Europeus, Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva, por todo o apoio e estímulo intelectual desde o dia em que lhe falei da ideia até ao dia final deste projeto, pela confiança e sentido de responsabilidade que em mim depositou. Por toda a orientação, disponibilidade e apoio incondicional, o meu mais sincero agradecimento. Foi determinante para a elaboração desta dissertação.

A todos os docentes do Mestrado em Relações Internacionais, o meu agradecimento pelos conhecimentos transmitidos, pelo estímulo intelectual e académico, auxílio e apoio sempre que necessário. Sem vocês teria sido muito mais difícil aqui chegar.

Aos meus amigos que me ouviram, aturaram e aconselharam desde a indecisão do tema, até à conclusão deste trabalho, lidando constantemente com as incertezas e dúvidas que foram surgindo pelo caminho. Obrigado pelo constante carinho e amizade.

Ao Mauro, um agradecimento muito especial pelo apoio, incentivo, carinho e amor diário e incondicional, pela confiança inabalável, pelo ânimo constante, por me amparar as dúvidas e descrenças, por acreditar em mim e neste projeto e pela compreensão e paciência que foi necessária ao longo destes meses.

A toda a minha família, em especial à minha mãe, ao Paulo, o meu pai de coração, e à minha irmã Beatriz, que fizeram de mim o que sou hoje, que me ensinaram valores e o significado da vida. A eles agradeço o apoio incondicional, a constante disponibilidade emocional e económica, o encorajamento contante que foi necessário para aqui chegar. Este

trabalho é dedicado especialmente a vocês, porque sem vocês nada disto tinha sido possível. Obrigado pela dedicação constante e por estarem sempre presentes.

A todos os que acreditaram em mim e neste projeto, do início ao fim, o meu mais grato e sincero agradecimento.

## Índice

Agradecimentos.....	3
Abreviaturas .....	7
Resumo.....	9
Abstract .....	10
1.Introdução .....	11
2.Conceitos Operacionais.....	15
2.1.Eurábia .....	15
2.2.Eurabismo .....	15
2.3.Islamização.....	16
2.4.Identidade islâmica.....	16
2.5.Migração .....	16
2.6.Multiculturalismo .....	17
2.7.Secularização.....	17
2.8.Sunismo.....	17
2.9.Shiismo.....	18
2.10.Salafismo.....	18
2.11.Wahhabismo.....	18
3. História das migrações de comunidades islâmicas para a Europa .....	20
3.1. O desenvolvimento do Islão na Europa.....	20
3.2. Identidades islâmicas na Europa .....	24
3.3. O Multiculturalismo na Europa e os Fundamentos da Eurábia .....	27
3.4. Uma Europa islâmica: limites e mudanças do conceito .....	30
4.Será que as comunidades se querem integrar ou não? .....	34
4.1. A imigração islâmica e o problema da população europeia .....	34
4.2.É possível ter a mesma Europa com pessoas diferentes? .....	36
5. Como é que as comunidades se vão sentir com a possível entrada da Turquia e a sua representação nas instituições europeias? .....	39
5.1. O projeto de trazer a Turquia para a Europa .....	39

5.2. A Turquia na União Europeia e a existência de uma Eurásia islamizada.....	44
5.3. O Islão na Comissão Europeia como sistema de regulação da religião .....	46
5.4. A secularização de instituições islâmicas na Europa .....	48
5.5. O fator islâmico na Política Externa da União Europeia.....	51
6. Estudo de Caso – As comunidades islâmicas nos países europeus .....	54
6.1. O Islão na União Europeia .....	54
6.2. França.....	54
6.3. Alemanha .....	57
6.4. Reino Unido .....	64
6.5. Itália.....	69
6.6. Bélgica.....	73
6.7. Holanda .....	77
6.8. Península Escandinava – Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega .....	83
6.9. Áustria.....	89
6.10. Espanha .....	95
6.11. Grécia .....	105
6.12. Portugal .....	109
6.13. Balcãs .....	121
6.14. Análise Comparativa .....	133
7. Conclusão.....	138
8. Bibliografia .....	142
8.1. Monográfica .....	142
8.2. Analítica .....	143
8.3. Documentos eletrónicos .....	143

## **Abreviaturas**

<b>AIVD</b>	Serviços de Inteligência e de Segurança Holandesa
<b>AKP</b>	Partido da Justiça e Desenvolvimento
<b>BERD</b>	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CIL</b>	Comunidade Islâmica de Lisboa
<b>CMCE</b>	Conselho Muçulmano para a Cooperação na Europa
<b>DITIB</b>	União Turco-Islâmica
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>EUROPOL</b>	Serviço Europeu de Polícia
<b>FEERI</b>	Federação Espanhola de Entidades Religiosas Islâmicas
<b>FEMYSO</b>	Fórum das Juventudes Muçulmanas Europeias e Organizações Estudantis
<b>FSU</b>	Unidade de Estudos Avançados
<b>GOPA</b>	Grupo de Conselheiros Políticos da Comissão Europeia
<b>HDZ</b>	União Democrática Croata da Bósnia Herzegovina
<b>JMO</b>	Organização Muçulmana Jugoslava
<b>MG</b>	Milli Görüs – Federação Islâmica na Áustria
<b>NATO</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

<b>OCI</b>	Organização da Conferência Islâmica
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIDE</b>	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
<b>SDA</b>	Partido de Ação Democrática
<b>SDS</b>	Partido Democrático da Sérvia
<b>UCIE</b>	União das Comunidades Islâmicas de Espanha
<b>UE</b>	União Europeia



## **Resumo**

Esta dissertação de Mestrado em Relações Internacionais subordina-se ao tema “A crescente islamização da Europa: influências e alterações nas instituições europeias. A Intensificação do fenómeno com a possível entrada da Turquia”, para a obtenção do grau de Mestre, consiste numa dissertação monográfica, expositiva e objetiva que utiliza uma metodologia indutiva.

Nesta dissertação analiso as repercussões do fenómeno islâmico no seio da União Europeia e das suas instituições, assim como investigo como é que a dinâmica da União Europeia se pode alterar com a entrada da Turquia, país de maioria islâmica.

A dissertação está assente em quatro grandes divisões. A primeira divisão consiste numa contextualização histórica e análise identitária das comunidades islâmicas existentes no seio da Europa, examinando como o multiculturalismo na Europa pode e está a conduzir à criação de uma Eurábia. A segunda divisão consiste na análise da imigração islâmica numa vertente demográfica tentando perceber se é possível manter os mesmos pressupostos europeus com novos grupos populacionais com características tão variadas. No terceiro grupo de trabalho percorro o caminho que se tem feito de encontro a trazer a Turquia para o seio da União Europeia e as alterações e consequências que daí advêm, nomeadamente a existência de uma Eurábia islamizada, a alteração das dinâmicas e representatividade nas instituições da União Europeia e o aumento da importância que o fator islâmico irá ter na Política Externa da União Europeia. A quarta divisão consiste num estudo de caso sobre as comunidades islâmicas nos países europeus, analisando a sua integração económica, social, política, educacional no seio das comunidades em que se inserem e o peso que têm nos países de acolhimento. No estudo de caso foi adotado um método comparativo, no sentido de analisar comparativamente a história e a integração das diversas comunidades islâmicas presentes nos países europeus.

**Palavras – Chave:** Islão, Europa, Eurábia, Comunidades islâmicas, Turquia, Instituições europeias.

## **Abstract**

This Master's thesis in International Relations is subordinated to the theme "The growing Islamization of Europe: influences and changes in the European institutions. The intensification of the phenomenon with the possible entry of Turkey ", and consists in a monographic and objective dissertation that uses an inductive methodology.

In this dissertation, I analyze the impact of Islamic phenomenon within the European Union and its institutions, as well as investigate how the dynamics of the European Union might change with the entry of Turkey, a country with a Muslim majority.

The dissertation is based on four big divisions. The first division is a historical contextualization and analysis of the identity of Islamic communities existing within Europe, examining how multiculturalism in Europe can and is leading to the creation of the Eurabia. The second partition is the analysis of Islamic immigration on the demographic aspect, trying to understand if it is possible to maintain the same assumptions with European populations with new traits as varied. In the third group, I tread the path that has been done to bring Turkey into the European Union and the changes and ensuing consequences of it, namely the existence of the Islamized Eurabia, the changing dynamics and representation in the institutions of European Union and the increasing importance that the Islamic factors will have on the Foreign Policy of the European Union. The fourth division is a case study about the Muslim communities in European countries, analyzing their economic, social, policy and education integration in the communities in which they operate and the weight they have in the host countries. In the case study I adopted a comparative method, to comparatively analyze the history and the integration of Muslim communities present in European countries.

**Keywords:** Islam, Europe, Eurabia, Islamic Communities, Turkey, European institutions.

## 1.Introdução

A presente dissertação visa, sobretudo, aprofundar os conhecimentos no que diz respeito à questão da islamização na Europa. O trabalho divide-se em quatro partes principais. Em primeiro lugar pretende-se compreender, através de uma retrospectiva histórica, a contextualização das migrações de comunidades islâmicas para a Europa. A segunda parte visa abordar a questão da integração das comunidades e o futuro da Europa com pessoas diferentes. A terceira parte tem como objetivo principal avaliar o sentimento das comunidades face à possibilidade da Turquia entrar para a União Europeia (UE) e as alterações que isso suscitará nas instituições europeias. O último capítulo consiste num estudo de caso onde se pretende avaliar a integração das comunidades islâmicas em diversos países europeus.

A ideia de realizar este trabalho, surgiu em 2012, numa altura em que, à semelhança do que se tem passado na UE nos últimos anos, a questão da Turquia aderir à União continua a ser um grande ponto de interrogação, porém e em contraste com esta incerteza as comunidades islâmicas continuam a crescer e a ganhar expressão nos países da UE intensificando a ideia da existência de uma Eurásia. O interesse particular na questão surgiu ainda durante a licenciatura em Relações Internacionais, na altura em que realizei um Curso de Especialização em Islamismo e achei interessante conjugar este interesse com outro meu interesse, a União Europeia. O tema pareceu-me relevante e atual no sentido em que se torna fundamental avaliar o papel e a influência que as comunidades islâmicas podem representar no seio da atual UE, uma comunidade cada vez mais heterogénea.

Esta dissertação visa responder a duas perguntas de partida:

1. Qual o impacto das vagas de imigração islâmica na Europa e nas dinâmicas dos países de acolhimento?
2. Se a Turquia aderir à UE, quais serão as consequências da sua adesão no funcionamento das instituições europeias?

Por outro lado, foram estabelecidos vários objetivos de pesquisa: (I) verificar se a integração das comunidades islâmicas é efetiva, analisando as dúvidas que estas comunidades suscitam na população europeia, isto é, se as comunidades islâmicas se querem integrar e se, nesse sentido, é possível ter a mesma Europa mas com diferentes pessoas; (II) tentar provar que as comunidades têm uma influência e um peso crescente nas dinâmicas da UE; (III) prospectar se a adesão da Turquia, como país de maioria islâmica, vai influenciar o

mecanismo da Comissão Europeia, levar à secularização das instituições e reformular a Política Externa da UE.

O estudo tem uma abrangência teórico-empírica e a sua abordagem foi feita através de características metodológicas de pesquisa indutiva, onde pretendo evidenciar os problemas e as questões fundamentais do tema e procurar evidências empíricas para inferir implicações dos resultados obtidos.

Neste sentido o meu trabalho irá concentrar-se em três objetivos de pesquisa: verificar a intenção de as comunidades islâmicas de integrarem ou não totalmente nos países europeus e qual a possibilidade de existir a mesma europa mas com pessoas diferentes; analisar o processo de trazer a Turquia para a UE com o objetivo de perceber como é que as comunidades e as instituições europeias vão reagir à sua possível entrada, visto este ser um país de maioria islâmica; e, por último, através de um estudo de caso avaliar o nível de integração das comunidades islâmicas em diversos países da União. As variáveis que serviram de base ao meu estudo estão relacionadas com fatores como a religião islâmica, a localização geográfica dos países de acolhimento, o ambiente social e político.

Para a realização desta investigação o estudo foi realizado fundamentalmente através de pesquisa bibliográfica; documental; artigos; periódicos; através de dados obtidos por órgãos institucionais; e ainda, através da coleta de outros dados que se encontrem disponíveis na internet. Os dados delimitaram-se ao domínio qualitativo, e ocasionalmente, quando necessário, ao domínio quantitativo. Na terceira hipótese trabalho, o estudo de caso, a situação altera-se um pouco onde foi utilizado um método comparativo, visto pretender fazer uma análise comparativa de quais os melhores países no seio da UE a acolher a e integrar as comunidades islâmicas no seu território.

O modelo teórico das relações internacionais que usamos como base ao enquadramento teórico da dissertação é o Construtivismo Social de Nicholas Onuf e Alexander Wendt. A escolha do Construtivismo Social prende-se com o facto de ser esta a teoria das Relações Internacionais que melhor pode explicar a integração das comunidades islâmicas nos países da UE e o papel e o desenvolvimento do Islão na Europa e quais as consequências que tal situação poderá trazer para as instituições europeias principalmente com a possibilidade de adesão da Turquia à UE. Isto na base teórica de que as Relações Internacionais são uma construção social e que respeita entre outras coisas o bem-estar económico e social das populações, aumentando assim a segurança humana.

A teoria construtivista das relações internacionais teve origem no final da década de 1980, com a publicação de “World of our making: rules and rule in social theory and international relations”, por Nicholas Onuf. Iniciando-se, assim, um debate entre neorrealistas e neoliberais e teóricos críticos. A teoria construtivista surgiu como um contraponto às escolas racionais, enfatizando importância de estruturas normativas e materiais na formação das identidades dos atores políticos e na relação mútua entre agentes e estruturas.

Em 1992, Alexander Wendt publica “Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics”. Levando a que se criassem várias divisões dentro da própria Teoria Construtivista. Contudo, a essência da teoria construtivista encontra-se nos conceitos de estrutura – interação entre agentes e construída socialmente; e identidade – constitui-se na base dos interesses dos atores. É neste sentido que se definem três pressupostos fundamentais do Construtivismo: constituição mútua de agentes e estruturas; compreensão da condicionalidade das estruturas não-materiais sobre as identidades e interesses dos atores e importância equitativa entre estruturas normativas e materiais, já que ambas moldam o comportamento dos atores internacionais. É neste sentido que a Teoria Construtivista reconhece que os atores e a estrutura de influenciam mutuamente.

Wendt afirma que a anarquia não possui uma única lógica de conflito e competição; antes, a anarquia pode reverter tanto lógicas de conflito quanto de cooperação, dependendo de como os Estados a utilizam, considerando, assim, que os Estados são os únicos agentes, aproximando a sua teoria da teoria realista, quanto à determinação dos atores internacionais. Contudo, difere ao considerar que no Construtivismo, os Estados formam algo mais complexo do que um sistema: uma sociedade.

O segundo e terceiro pressuposto construtivista estão relacionados com as identidades dos agentes e o papel das estruturas normativas, sendo que a identidades dos atores é construída pelas estruturas normativas através da imaginação, da comunicação e do constrangimento. Neste sentido, as normas condicionam a ação dos atores, desempenhando dois papéis: a mudança e o constrangimento do comportamento dos atores. Deste modo, à medida que as normas e as ideias que as compõe são alteradas, o comportamento dos atores também o é.

No âmbito da dissertação, a teoria do Construtivismo Social vai permitir não apenas explicar e basear as hipóteses de trabalho como ajudar a explicar e a enquadrar as migrações das comunidades islâmicas para a Europa, o crescente multiculturalismo na UE e os próprios

fundamentos da Eurásia. Isto porque a realidade europeia, tal como toda a realidade, é construída através das várias interações sociais.

A presente dissertação pretende certificar que a crescente imigração islâmica para a Europa a partir da década de 70 até aos nossos dias veio alterar a convivência nos países da UE e que a possível entrada da Turquia para a UE vai intensificar esse fenómeno, bem como alterar as dinâmicas de funcionamento da União. Mostrando que o multiculturalismo caracteriza cada vez mais este Velho Continente e que a Teoria do Construtivismo é a que mais se adapta a esta nova realidade social Europeia sempre em mudança.

## 2. Conceitos Operacionais

**2.1. Eurábia** – A expressão que tem origem no paradigma defendido pela historiada anglo-egípcia Bat Ye'Or é uma expressão que assenta na ideia de que existe ou virá a existir uma Europa onde a cultura dominante não será a cultura ocidental mas a cultura islâmica. Neste sentido *“a Eurábia é simultaneamente uma ideologia e um sintoma; é uma atitude psicológica coletiva, própria dos povos que se submetem (...) aos ditamos do totalitarismo islâmicos (...)”*.<sup>1</sup> Segundo esta teoria a Europa ter-se-ia começado a submeter aos países islâmicos a partir dos anos 70, com as crises petrolíferas, tomando a consciência de que a Velha Europa, antiga potência colonial, se encontrava demográfica e psicologicamente enfraquecida e dependente dos hidrocarbonetos do mundo islâmico. A Eurábia está intrinsecamente ligada a outro fenómeno: a dimitude. Esta expressão *“designa, por extensão, a atitude (...) na submissão voluntária ou na cedência às reivindicações, às ameaças e aos apetites de conquista dos vários pólos do islamismo mundial.”*<sup>2</sup> Com base neste paradigma da dimitude, a Eurábia caracteriza as atitudes e as opções geopolíticas dos intelectuais e dos decisores ocidentais, em particular dos dirigentes europeus, que por medo do inimigo totalitário de amanhã – o islamismo, mas também pelos compromissos político-económicos que assumiram com os países islâmicos fornecedores de petróleo e de mão de obra, se dedicam a precaver a Europa de potenciais conflitos por meio de uma política de autossubmissão relativamente ao mundo árabe islâmico.

**2.2. Eurabismo** – Descreve *“o processo de interiorização dos valores dominantes dos conquistadores islâmicos, uma interiorização que oscila equitativamente entre o medo e o fascínio.”*<sup>3</sup> Atualmente, nem todos os países muçulmanos são declaradamente conquistadores, sendo que muitos deles são considerados moderados e aliados do Ocidente. O Eurabismo está fundado no medo, na unilateralidade, na tolerância de sentido único e na mentira. O medo e as cedências que regem a atitude europeia de abertura unilateral relativamente, não apenas à Turquia, mas também aos estados árabes muçulmanos que perseguem as minorias cristãs, ao mesmo tempo que se apresentam como defensores das minorias muçulmanas que vivem na Europa, que se dizem vítimas de islamofobia. É com base nesta luta contra a islamofobia que se tem desenvolvido intensos diálogos e relações euro-árabes, no sentido de se acabar com o

---

<sup>1</sup> A. Del Valle (1º) *A Islamização da Europa*, Porto, Civilização Editora, 2009, p. 21.

<sup>2</sup> Idem, p. 22.

<sup>3</sup> Idem, p. 23.

choque entre as civilizações. É neste sentido e na consciência das necessidades europeias que a Europa tem cedido e se deixado eurabizar e mostrado sinais de fraqueza. Exemplo deste movimento de sentido único vem da Turquia do primeiro-ministro Recep Tayip Erdogan e do presidente Abdullah Gül, que desafiam a Europa a demonstrar através do sim à adesão Turquia, que esta deixou de ser um “clube cristão”, numa altura em que a própria Turquia se islamiza e procura ser líder.

**2.3. Islamização** – Ato de se converter à religião Islâmica, às suas regras e aos seus princípios.

**2.4. Identidade islâmica** – A identidade é um processo de construção de significado com base num conjunto de atributos e características culturais, que prevalecem sobre outras formas de pensamento. As identidades têm importância do ponto de vista social e são construídas dependendo do ambiente em que foram educados e em que habitam através da transmissão de princípios e valores comuns característicos. A identidade islâmica tem na base os princípios religiosos contidos no Alcorão e que são comuns a todo o Islão. Neste sentido, *“A identidade islâmica é construída pelos fundamentalistas por oposição ao capitalismo, ao socialismo e ao nacionalismo árabe ou de qualquer outra origem, são todas ideologias fracassadas provenientes da ordem pós-colonial.”*<sup>4</sup> A construção da identidade islâmica contemporânea realiza-se como uma reação contra a modernização inatingível e os efeitos negativos da globalização. Está a construir-se uma nova identidade islâmica, não por retorno à tradição, mas pela manipulação de matérias tradicionais com vista à formação de um novo mundo divino e comum, em que as massas intelectuais excluídas e marginalizadas possam reconstruir e ter importância numa alternativa global à ordem mundial existente.

**2.5. Migração** – O ato de migrar consiste em dois fenómenos – imigrar e emigrar – que dizem respeito ao ato de estabelecer nova residência num país ou região diferente do local de origem. Emigrar ou emigração consiste em deixar o local de origem com intenção de se estabelecer noutro país. Esse indivíduo é denominado de emigrante no seu país de origem. A imigração é o fenómeno protagonizado pelo mesmo indivíduo, mas visto na perspetiva do país acolhedor, ou seja é a entrada de quem vem do exterior para fins de trabalho ou residência e é denominado de imigrante. É este fenómeno da migração islâmica que se

---

<sup>4</sup> M. Castells (1998) *O Poder da Identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*, [http://www.etni-cidade.net/poder\\_identidade.htm](http://www.etni-cidade.net/poder_identidade.htm), consultado a 11 de janeiro de 2013.



verifica cada vez mais no seio da Europa, imigrantes islâmicos que procuram na Europa países onde alcancem melhores condições de vida que no seu país de origem e que têm vindo a evidenciar o paradigma da Eurábia e a fomentar o eurabismo dentro das comunidades europeias.

**2.6.Multiculturalismo** – Consiste na ideia de diversos elementos culturais juntos no mesmo espaço, forjando as características de uma sociedade, sem preconceito e discriminação – uma pluralidade cultural. Consiste num espaço de diversidade étnica e racial com novas identidades políticas e culturais. Neste sentido, o multiculturalismo pretende diluir as fronteiras opondo-se ao nacionalismo. O *“islamismo apresenta uma variante multiculturalista que se apresenta como um produto específico da interação entre sociedades ocidentais e grupos muçulmanos imigrantes; a sua atuação é moderada ou até progressista e os líderes tendem a monopolizar a representação mediática institucional das populações muçulmanas imigrantes.”*<sup>5</sup> Este novo complexo ideológico ocidental converge na necessidade ou exigência de reconhecimento associada à defesa das minorias, da sua identidade e autonomia.

**2.7.Secularização** – Processo pelo qual a religião perde a sua influência sobre as variadas esferas da vida social. O Pluralismo religioso contribui para o fenómeno da secularização ao relativizar a crença. Isto é, *“A secularização, ao combinar-se com o pluralismo, age sobre a socialização religioso e individual, de modo a que cada individuo construa a sua própria identidade religiosa, tornando-se, assim, distante em relação às instituições religiosas e aos princípios que ela enuncia.”*<sup>6</sup>

**2.8.Sunismo** – Ao Sunismo pertence cerca de 85% dos muçulmanos. Sendo que esta corrente do Islão se preocupa com a unidade comunitária e respeita a ordem estabelecida. Neste sentido, *“As suas opções, teológicas ou políticas, traduzem uma instintiva desconfiança em relação aos excessos cometidos pelos extremistas de todas as tendências.”*<sup>7</sup> O Sunismo defende uma conciliação da fé entre o Alcorão, as Tradições do Poeta Maomé e o consenso unânime da comunidade.

---

<sup>5</sup> J. Vieira (2008) “A caminho da Eurábia? Islamismo e Multiculturalismo no Espaço Europeu”, *Relações Internacionais*, Nº. 17, pp 168.

<sup>6</sup> “Secularização”, Infopédia, Porto, Porto Editora, [http://www.infopedia.pt/\\$secularizacao](http://www.infopedia.pt/$secularizacao), 2003-2013, consultado a 11 de janeiro de 2013.

<sup>7</sup> T. Almeida e Silva (2010) *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*, Lisboa, ISCSP, p. 111.

**2.9. Shiismo** – Aquando da morte do Profeta Maomé e tendo em conta que este não deixou indicações precisas quanto à sua sucessão, vai dar-se uma divisão dentro do seio da fé islâmica. Enquanto a grande maioria da população era partidária da tradição profética (Sunna) e aceitaram o sogro do Profeta, Abu Bakr, como seu sucessor na condução dos destinos da Umma (comunidade), existe uma franja da população (Shiitas) que considera que a sucessão do Profeta e a consequente liderança da comunidade deveria caber a Ali, primo e genro do Profeta. Assim, *“Este grupo de pessoas considera que as qualidades (...) de Ali, bem como o seu parentesco de proximidade com o Profeta, faziam dele o melhor sucessor ou Califa.”*<sup>8</sup> Neste sentido, os shiitas, que significa cisão, sendo partidários de Ali e dos respetivos descendentes, recusam-se a reconhecer a legitimidade de todos os Califas que governaram após o assassinato de Ali, em 661.

**2.10. Salafismo** – O Salafismo refere-se aos Salaf, os antecessores piedosos representados pelas primeiras três gerações de Muçulmanos, os quais representam a idade de ouro do Islão. Os adeptos desta corrente procuram basear os seus comportamentos diários no exemplo daquelas três gerações, acreditando que, com a sua piedade exemplar, o Islão readquirirá a sua força inicial. Estes estabelecem uma relação direta entre a fé inabalável dos Salaf e os sucessos militares e políticos do Islão. O Salafismo ultrapassou os limites do Médio Oriente e Norte de África e chegou à Europa devido a vários fatores, nomeadamente as forças da globalização e o patrocínio saudita. Esta corrente *“(...) opõe-se ao sistema político e social e à oferta religiosa e política dominante, enquanto se assume como meio de protesto de uma massa descontente que não se revê nos partidos, movimentos e correntes religiosas existentes.”*<sup>9</sup>

**2.11. Wahhabismo** – É um *“movimento político-religioso partidário puritano e ultraortodoxo de origem hanbalita, que surgiu no século XVIII, na Arábia, e que é a doutrina oficial do atual Reino da Arábia Saudita.”*<sup>10</sup> Apesar da Europa nunca ter assistido à chegada significativa de indivíduos provenientes de países como a Arábia Saudita e o Iémen, vários foram os fatores que contribuíram para que o Wahhabismo chegasse a solo europeu. Isto porque, *“Durante muitos anos, os Sauditas enviaram para o Ocidente importantes somas de*

---

<sup>8</sup> A. Del Valle (1º) *A Islamização da Europa*, Porto, Civilização Editora, 2009, p. 16.

<sup>9</sup> M. do Céu Pinto (1ª) *O Islão na Europa face ao Islão Global: Dinâmicas e Desafios*, Lisboa, Diário de Bordo, 2012, p. 154.

<sup>10</sup> A. Del Valle (1º) *A Islamização da Europa*, Porto, Civilização Editora, 2009, pp 16.

*dinheiro, não só destinadas a ajudar à implementação de outros movimentos (...), mas também para financiar ações de propaganda, mesquitas, centros islâmicos, escolas e outras obras.*”<sup>11</sup> Este era um meio do regime Saudita colocar sob seu controlo as estruturas islâmicas já existentes e transmitir a sua ideologia ultraortodoxa. De modo a evitar esta influência saudita muitos são os grupos e mesquitas muçulmanas que foram adotando estratégias de autofinanciamento ou combinando atividades culturais e educação financiada pelo Estado com atividades religiosas.

---

<sup>11</sup> M. do Céu Pinto (1ª) *O Islão na Europa face ao Islão Global: Dinâmicas e Desafios*, Lisboa, Diário de Bordo, 2012, p. 147.

### **3. História das migrações de comunidades islâmicas para a Europa**

#### **3.1. O desenvolvimento do Islão na Europa**

Desde o século VII DC, aquando do início da expansão do Islão, que existe uma interação constante entre o mundo muçulmano e a Europa. Como resultado dessa interação contínua, podem destacar-se quatro grandes fases da presença muçulmana no continente europeu, e que se tornaram relevantes por deixar marcas até aos dias de hoje. Essas fases são as seguintes:<sup>12</sup>

1. Desde o início do século VIII até ao ano de 1492, com a queda de Granada, a Península Ibérica estava sob domínio muçulmano. Proximamente e durante três séculos, do século IX ao XI, era Malta, Sicília e parte do Sul de Itália que estiveram sob o domínio muçulmano. No caso de Portugal e Espanha os vestígios da presença muçulmana duraram até ao século XVI, altura em que as populações muçulmanas se dissiparam ou integraram nos reinos católicos, deixando assim para trás uma forte herança cultural, institucional e intelectual, que continuou a marcar a Europa nos séculos seguintes e até ao presente.

2. Durante os séculos XIII e XIV, ocorreram na Europa Oriental um conjunto de expansões mongóis que deixaram para trás reinos mongóis cujos governantes se tornaram muçulmanos. Os Estados sucessores foram os Canatos Tártaros da Crimeia e da bacia do Rio Volga e estas populações e cultura tártara muçulmana sobreviveram às conquistas russas, concluídas com a captura de cidade de Kazan em 1552. Mais tarde, estas populações tártaras migraram em torno do maior império russo e acomodaram-se nas atuais zonas da Finlândia, Polónia, Bielorrússia e Ucrânia.

3. Posteriormente, o Império Otomano expandiu-se para fora de Anatólia no Sudeste da Europa conquistando, em 1453, Constantinopla. Nos séculos seguintes, as comunidades muçulmanas cresceram em toda a região devido à migração e à conversão. Porém, o Império Otomano recuou antes da expansão dos Habsburgo e da expansão russa, apesar de muitos dos seus descendentes lá terem permanecido, mesmo após o aparecimento de novos estados na região.

4. Em meados do século XIX, os muçulmanos que se encontravam nas colónias europeias de África e da Ásia começaram a deslocar-se para as metrópoles imperiais, movimento que cresceu exponencialmente, após 1945. Sendo assim, pode dizer-se que as grandes comunidades muçulmanas da Europa Ocidental devem-se à chegada de emigrantes, refugiados e reunião familiar de todas as partes do mundo muçulmano.

---

<sup>12</sup> J. Nielsen (2011) “The Rise of Islam In Europe”, <http://www.magma.fi/tema/the-rise-of-islam-in-europe>, consultado a 21 de janeiro de 2013.

Neste sentido, verifica-se, historicamente, que as comunidades muçulmanas na Europa têm duas origens. Aqueles que, provenientes do leste e sudeste da Europa, durante vários séculos e gerações têm sido parte integrante das suas sociedades, participando na vida económica e social dos seus países e representando inclusive um grupo político-religioso-étnico em período de conflito, como se verificou no colapso do Estado Jugoslavo, na década de 1990. Por outro lado e mais recentemente, encontramos aqueles que procuram um Estado nacional estabelecido, onde possam encontrar um lugar e um papel a desempenhar, que vem principalmente do oeste da Europa. Neste fenómeno migratório, não nos podemos esquecer de um marco histórico que o intensificou. Desde o colapso do sistema soviético e do fim da Guerra Fria, 1989-1991, que o fluxo de imigrantes muçulmanos com destino à Europa Central e Oriental aumentou.

Apesar da constatação dos movimentos migratórios de populações muçulmanas para o seio da Europa, permanece em *“discussão o número de muçulmanos na Europa. Dois problemas estão no centro deste argumento, ou seja, identificar os muçulmanos e as incertezas estatísticas.”*<sup>13</sup>

Todos estes acontecimentos históricos mencionados anteriormente podem ser vistos numa perspetiva da jihad islâmica – *“esforço feito no sentido de encontrar o caminho de Deus. É, portanto, um substantivo do género masculino. Contudo, para os ativistas radicais do Islão, jihad deve ser refenciada no feminino, ou seja, a jihad que normalmente é traduzida como “Guerra Santa”, ou talvez melhor “Guerra Justa”. No fundo jihad quer significar a guerra contra o Dar-al-Harb (Mundo da Guerra) por parte do Dar-al-Islam (Mundo do Islão).”*<sup>14</sup> Assim, *“Durante um milénio, a jihad tem sido uma potencial força política que tem subjogado e em alguns casos extinguido poderosos centros Judeo-Cristãos, Hindus, Budistas e outras civilizações na Ásia, África e Europa.”*<sup>15</sup> No decénio de 70, o assunto jihad esteve presente nos assuntos europeus, porém, dissipou-se e instaurou-se o silêncio político, sendo apenas avivado aquando dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA). Face aos atentados, à pressão da Presidência Bush para que a Europa escolhesse o lado em que queria atuar, e à descoberta de que as redes terroristas da

---

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> T. Almeida e Silva (2010) *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*, Lisboa, ISCSP, p. 156.

<sup>15</sup> B. Ye'or (2005) *Eurabia: The Euro-Arab Axis*, [http://www.amazon.co.uk/Eurabia-The-Euro-Arab-Axis-ebook/dp/B004FN2C40/ref=tmm\\_kin\\_title\\_0?ie=UTF8&qid=1358855862&sr=8-1](http://www.amazon.co.uk/Eurabia-The-Euro-Arab-Axis-ebook/dp/B004FN2C40/ref=tmm_kin_title_0?ie=UTF8&qid=1358855862&sr=8-1), consultado a 20 de janeiro de 2013.

jihad muçulmana estavam bem estabelecidas na Europa, o silêncio quebrou-se e a questão retornou aos jornais populares e acadêmicos.

Historicamente, e por mais de um milénio, os poderes europeus resistiram instintivamente e militarmente à jihad e às ofensivas militares islâmicas de modo a proteger a sua independência. Mas a resposta à jihad no século XX tem sido bastante diferente. Os países europeus ao integrarem a atual União Europeia e as suas instituições abandonaram a resistência à dimitude e a independência a favor da integração com o mundo islâmico do Norte de África e do Médio Oriente. Estas mudanças políticas podem representar uma transformação da Europa numa nova entidade geopolítica – a Eurásia.

A mudança política europeia surgiu no decénio de 70, aquando das crises petrolíferas, especificamente quando a então Comunidade Económica Europeia, sob iniciativa francesa e da Liga Árabe, oficializam o Diálogo Euro-Árabe. Diálogo este que tem sido marcado por diversas iniciativas de ambas as partes com vista a uma convergência entre a Europa e os estados islâmicos do Norte de África e Médio Oriente. Esta visão do Diálogo Euro-Árabe visualiza a política internacional de um modo muito específico onde a Europa mantém relações com o mundo árabe e islâmico e os Estados Unidos da América mantêm relações com Israel. Em resultado e *“Sob a rubrica do “diálogo”, a Comunidade Económica Europeia e a Liga Árabe criarem uma formidável estrutura político-legal que engloba as relações Euro-Árabes como um todo e fomenta iniciativas diplomáticas conjuntas Euro-Árabes.”*<sup>16</sup>

É correto, assim, afirmar-se que o Islão na Europa não sofreu um processo de Ocidentalização, mas antes que o Ocidente acomodou-se às normas religiosas e políticas dos imigrantes muçulmanos talvez por medo de agitação social e do terrorismo. A nível político e cultural, nos últimos decénios, as organizações europeias têm fantasiado sobre a história e civilização islâmica ignorando as violações contantes aos direitos humanos sob o desígnio da sharia – Lei Islâmica.

Porém, e após sucessivos acontecimentos como os atentados terroristas de 11 de março de 2004, em Madrid, de 7 de julho de 2005, em Londres, dos motins em Paris, em 2005, dos motins derivados das caricaturas dinamarquesas de Maomé, em 2005, do assassinato de Theo van Gogh em Amesterdão, em 2004 e do exílio de Hirsi Ali na Holanda, a Europa teve de admitir e enfrentar a questão de que as comunidades islâmicas prendem um problema de segurança. Conclui-se, assim, que a Europa é um dos palcos centrais da jihad global. Esta jihad desenvolvida no seio da Europa tem na sua base *“apoiantes locais da Jihad global e*

---

<sup>16</sup> Idem.

*não em voluntários oriundos do coração do mundo árabe.*”<sup>17</sup> O que significa que dentro da Europa já existem pessoas que estão recetíveis às ideias radicais islâmicas, não sendo apenas os radicais islâmicos que transformam as mesquitas europeias em centros de vanguarda do islamismo mas também jovens nascidos na Europa que são angariados para a jihad.

*“Nas comunidades muçulmanas na Europa existe uma ideologia islamita que Reuven Paz apelidou de Estado islâmico não territorial. Esta doutrina consagra o desenvolvimento de um Estado islâmico dentro do Estado europeu de acolhimento.*”<sup>18</sup> Este “Estado islâmico” recusa conscientemente e ideologicamente a sua integração no espaço europeu, não reconhecendo, consequentemente, a soberania dos estados europeus e os princípios democráticos. Assim, *“O ‘terrorismo social’ dos gangs que incendiavam carros em várias cidades francesas atuava segundo esta lógica (...).*”<sup>19</sup> Verifica-se, assim, que nestas soberanias islâmicas é recriada um ambiente islâmico e antiocidental bem como um sistema completo de vida, nos subúrbios das grandes cidades europeias. Estes atos representam as doutrinas islâmicas que defendem a criação de espaços exclusivamente islâmicos dentro das sociedades europeias.

Outra situação preocupante é o terrorismo de alienação dos jovens muçulmanos de segunda e terceira geração. Consistem em jovens que apesar de já terem nascido em espaço europeu resistem mais à integração do que os seus próprios pais ou avós. Neste sentido, *“O revivalismo religioso dos jovens muçulmanos na Europa não resulta de uma importação das tradições do Médio Oriente; este revivalismo resulta do contacto alienante que estes jovens têm com a sociedade liberal onde vivem.*”<sup>20</sup> Esta situação faz crer num euro-islão criado, exclusivamente, por jovens nascidos na Europa e sem ligação histórica aos países do Médio Oriente e que não se centra na salvação dos povos muçulmanos, mas sim na criação de uma Umma – Comunidade islâmica.

Com base nestes factos, pode-se afirmar que a sabedoria convencional de que o terrorismo muçulmano na Europa é uma resposta às intervenções ocidentais no Médio Oriente ou uma resposta ao drama vivido pelo povo palestino está incorreta. Até porque, *“Na atualidade, a forma como os jovens muçulmanos europeus legitimam os seus atos não está relacionada*

---

<sup>17</sup> R. Paz (2005) “From Madrid to London: Al-Qaeda exports the war in Iraq to Europe”, *Occasional Papers*, Vol. 3, Nº3, p. 6.

<sup>18</sup> H. Raposo (2009) “O Islamismo nas sociedades europeias. Os mitos da “comunidade muçulmana”, do “diálogo de civilizações” e do “islão moderado””, *Relações Internacionais*, Nº 22, [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000200006&script=sci_arttext), consultado a 22 de janeiro de 2013.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Idem.

*com o que se passa no Médio Oriente. Além disso, não existem afegãos, palestinianos ou iraquianos nas células terroristas europeias.*”<sup>21</sup>

O terrorismo islâmico europeu é provocado não pela política do Médio Oriente mas pelo contacto alienante dos jovens muçulmanos com a sociedade liberal de acolhimento, notando-se um aumento do número de convertidos ao islão para combater a sociedade liberal e democrática.

### **3.2. Identidades islâmicas na Europa**

Desde o início dos anos 1960 até 1974, com as vagas migratórias das colónias para a Europa e atualmente com o aumento dos islâmicos de segunda e terceira geração que a religião islâmica é a maior religião minoritária da Europa Ocidental. É fundamental entender que esta população muçulmana é assim definida devido à sua origem cultural e sociopolítica, sendo que muitos deles não são religiosos praticantes, embora e apesar de estarem há longos anos em território europeu, continuam a rever-se nas tradições dos seus países de origem. Isto “(...) *Aplica-se às gerações mais antigas de imigrantes que deixaram de observar os preceitos religiosos desde que se mudaram para a Europa (...).*”<sup>22</sup>

Contudo, as gerações mais novas acabam por apresentar uma identidade islâmica mais vincada, uma identidade sociopolítica que emerge e se manifesta particularmente quando o mundo árabe se envolve em questões de elevada tensão ou em conflito. Ou seja, a identidade islâmica destas gerações mais novas determina-se não por uma reivindicação dos próprios de uma filiação étnico-religiosa mas pela ocorrência de circunstâncias externas. Ou seja, “*Esta identidade muçulmana aparece em grande parte como uma reação, como a solidariedade mútua de uma comunidade que se sente cercada, sob observação, a quem se aponta o dedo acusador.*”<sup>23</sup>

Neste sentido, “*Desde a completa assimilação, passando pela libertação da tradição e do sistema político dos países de origem, até ao outro extremo do fanatismo e fundamentalismo, surgem-nos todas as variantes de alienação e de apego para com um sistema de normas próprio, bem como a rejeição radical das normas e valores de uma ordem social liberal e pluralista(...).*”<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> M. do Céu Pinto (2006) *O Islão na Europa*, Lisboa, Editora Prefácio, 2006, pp. 15-16.

<sup>23</sup> Idem, p. 16.

<sup>24</sup> Michael H. Weninger (2009) *Uma Europa sem Deus?*, Lisboa, Edições 70, p. 282.



Neste sentido, a identidade é concebida não como uma estrutura mas como um processo dinâmico e é de salientar que a identidade islâmica na Europa é marcada por muitos estereótipos que retratam o Islão religioso, cultural e político. Porém, isto não significa que as suas escolhas e as suas ações são previsíveis, pois apesar de estes seguirem e respeitarem as diretrizes islâmicas, existem sempre exceções. Até porque, *“Num Mundo a caminho de uma integração global, hoje económica, amanhã política, depois talvez sócio-cultural – a afirmação de identidades étnicas é um processo relaccional compreensível.”*<sup>25</sup>

Na realidade *“Os muçulmanos aceitaram a ideia da identificação com um estado-nação, independentemente das razões. Apesar disso, estão conscientes do conceito de identidade múltiplas, o que significa que cada um pode reconhecer uma identidade universal, tal como uma identidade islâmica, num estado presumivelmente não-islâmico.”*<sup>26</sup> Daqui surge a questão de que será que existe uma identidade própria dos muçulmanos europeus?

O Islão como um sistema de normas e valores comuns, fomenta a que *“(…) identidade islâmica individual têm-se desenvolvido progressivamente para ocupar uma posição proeminente na esfera pública (...)”*<sup>27</sup>. Situação que resultou num aumento da investigação sobre a temática islâmica e, após o 11 de setembro de 2001, numa islamofobia e discriminação generalizada.

As investigações sobre a temática islâmica na Europa centraram-se em tentar generalizar uma interpretação para compreender a condição religiosa islâmica no contexto europeu e explorar os modos de interação entre os muçulmanos e outros segmentos da sociedade ocidental. Concluiu-se que existe uma multiplicidade de identidades devido ao facto de estas se dividirem de acordo com a idade, o género e o nível socioeconómico e que no caso da minoria islâmica existem ainda algumas dimensões de construção de identidade que têm de ser consideradas, sendo elas: *“o meta-discurso islâmico; a influência da cultura dominante e do enquadramento político; a complexa interação entre religião e etnicidade; a influência do Islão Global; o estado de colisão entre religião, etnicidade e marginalismo social; e o desafio do avivamento teológico.”*<sup>28</sup>

Para melhor perceber a identidade islâmica é necessário ter em conta o enquadramento e estrutura imposta pelo discurso islâmico dominante, isto é *“Os muçulmanos na Europa,*

---

<sup>25</sup> Armando Marques Guedes (2005) *Estudos sobre as Relações Internacionais*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 34

<sup>26</sup> M. Ceric (2007) “Existe uma identidade própria dos Muçulmanos Europeus?”, [http://www.alfurqan.pt/view\\_tema.asp?ID=53](http://www.alfurqan.pt/view_tema.asp?ID=53), consultado a 24 de janeiro de 2013.

<sup>27</sup> A. Al-Azmeh e E. Fokas (2007) *Islam in Europa*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 50.

<sup>28</sup> Idem, p. 52.

*possivelmente mais do que os membros dos outros grupos religiosos, não se encontram mais no controlo desta interação, e um discurso sobre o Islão é imposto sobre eles (...).*”<sup>29</sup> A diversidade étnica dos muçulmanos europeus é constantemente sublinhada. Porém, não podemos ignorar a existência de diversidade nos próprios contextos nacionais que têm influência direta na formação e construção da identidade muçulmana, ou seja, isto significa que a ação dos muçulmanos europeus tem de ser contextualizada de acordo com as especificidades de cada sociedade, pois são influenciados por elas. A identificação individual com o Islão apresenta-se muitas vezes como um elemento de emergência de comunidades étnicas, isto porque “(...) o Islão é um elemento vital na orquestração da identidade étnica dentro das sociedades europeias – especialmente nos imigrantes de primeira geração.”<sup>30</sup> Apesar deste fenómeno que se deve à emergência de uma nova geração de líderes dentro das associações islâmicas e dos movimentos religiosos dentro da Europa, é importante não esquecer que existe um desfasamento entre a realidade prática do Islão e o discurso teológico e intelectual. A globalização no contexto cultural favorece o aparecimento e o desenvolvimento de culturas e comunidades não-territoriais que se baseiam na raça, género, religião, estilo de vida, etc. Neste sentido, a globalização permitiu que o Islão atraísse um número crescente de seguidores em diferentes partes do mundo e não só no mundo muçulmano. A grande maioria dos muçulmanos europeus padece de uma condição socioeconómica muito frágil, sendo esta marginalização muitas vezes acompanhada por uma separação residencial. Esta situação trás consequências para o Islão na Europa, sendo que a tentação é associar o Islão à pobreza e que este é a sua causa. Ao contrário, do lado muçulmano há uma tendência para usar o Islão de forma defensiva e reativa. Neste sentido “*A etnicidade torna-se uma armadilha quando ocorre uma colisão entre etnicidade, religião e pobreza.*”<sup>31</sup> A correlação entre os problemas sociais e o Islão pode ser vista como uma razão para o sucesso político dos movimentos de extrema-direita em vários países europeus como a França, Bélgica, Áustria e Holanda. Para além disto, a colisão entre o Islão e a pobreza acentua a validade do argumento e da hipótese que existe uma incompatibilidade de culturas. A etnicidade apresentasse com maior importância do que a religião na identificação da identidade islâmica, porém o clima de islamofobia na Europa não facilita a aceitação do relativismo, o que poderá levar ao aumento das tensões culturais e religiosas na Europa, reforçando a unidade muçulmana em torno da questão da sua discriminação.

---

<sup>29</sup> Idem, ibidem.

<sup>30</sup> Idem, p. 55.

<sup>31</sup> Idem, p. 60.

Porém, *“Os europeus deveriam de zelar pela construção de uma identidade para os muçulmanos europeus, porque a ideia de que a Europa é um continente exclusivamente cristão não é correta.”*<sup>32</sup> Pois como já se viu anteriormente, historicamente houve uma presença constante de muçulmanos em território europeu que trouxe contributos à vida e à cultura europeia que são visíveis ainda no presente.

### **3.3. O Multiculturalismo na Europa e os Fundamentos da Eurábia**

Jean Monnet, Konrad Adenauer, Robert Schuman, Alcide de Gasperi, Don Sturzo, considerados os pais fundadores da Europa, não limitaram a sua definição em critérios apenas geoestratégicos ou económicos, mas aprendendo com a II Guerra Mundial, deram importância ao facto da Europa ter uma identidade cristã e ocidental, afastando assim a Turquia e outros potências candidatos muçulmanos e árabes.

O projeto europeu, baseado na declaração de 9 de maio de 1950 de Robert Schuman, não previa a criação de um espaço moderno sem fronteiras como se verificar presentemente mas recordava, num contexto de pós II Guerra Mundial, a necessidade de reunir as nações do Ocidente europeu que se encontravam divididas devido às sucessivas guerras civis europeias e falava que era fundamental acabar com a oposição entre a França e a Alemanha.

Este projeto europeu, considerado uma invenção democrato-cristã, deparou-se, desde o Tratado de Roma de 1957, com uma hostilidade por parte dos partidos europeus de esquerda e de extrema-esquerda; representando uma oposição ao Bloco de Leste.

Com o fim da Guerra Fria finda igualmente a Europa identitária e surge a necessidade de ajustar a Europa a este novo cenário, realizou-se de 9 a 11 de dezembro de 1991 um Conselho Europeu em Maastricht do qual resultou um acordo sobre a nova Europa sem fronteiras denominado de Tratado de Maastricht, assinado a 7 de fevereiro de 1992. O Tratado de Maastricht criou uma entidade supranacional, a União Europeia, instituiu a cidadania da União e preparou a criação de uma moeda única.

Neste sentido, *“A criação de uma cidadania europeia veio da necessidade de fortalecimento da Europa enquanto comunidade e de criar mecanismos de proteção e de inserção das diversas culturas e povos que convivem em um espaço supranacional (...).”*<sup>33</sup> Esta cidadania europeia criada em Maastricht classifica-se por ser multicultural que não

---

<sup>32</sup> M. Ceric (2007) “Existe uma identidade própria dos Muçulmanos Europeus?”, [http://www.alfurqan.pt/view\\_tema.asp?ID=53](http://www.alfurqan.pt/view_tema.asp?ID=53), consultado a 24 de janeiro de 2013.

<sup>33</sup> S. Lima (2010) “União Europeia e Multiculturalismo: A construção de uma nova realidade mundial”, <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/31113.pdf>, consultado a 28 de janeiro de 2013.

respeita os limites fronteiriços dos estados e que concede um conjunto de direitos e garantias aos cidadãos europeus.

O Tratado de Amesterdão, assinado a 2 de outubro de 1997, intensificou o multiculturalismo e o espaço sem fronteiras da construção europeia. Como resultado a 31 de março de 1998 iniciaram-se os primeiros contactos para a adesão dos países de leste.

Com Tratado de Nice, assinado a 26 de fevereiro de 2001, “(...) a Europa decidiu dotar-se de um corpo de valores fundadores, assente, não na identidade europeia e na herança judaico-cristã ocidental, mas na retórica dos direitos humanos, no pacifismo da utopia internacionalista.”<sup>34</sup> Neste sentido foi dirigida uma Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia que seria a base para a redação de uma Constituição Europeia.

Em dezembro de 2001, os governos europeus reunidos em Lacken atribuíram à Convenção a tarefa de propor, a partir de setembro de 2003, um projeto de Constituição Europeia. Valéry Giscard d’Estaing, presidente da Convenção, esteve encarregue de supervisionar a redação do Tratado que foi apresentado ao Conselho Europeu de Salónica a 20 de junho de 2003. Quando os 25 chefes de estado e de governo dos 25 estados-membros da União Europeia chegaram a acordo sobre o projeto do Tratado Constitucional foi excluída todas as referências ao cristianismo e à sua herança. Porém, este Tratado que cria a Constituição Europeia, ratificado a 29 de outubro de 2004 em Roma, foi posteriormente submetido a referendo e rejeitado em França e na Holanda a 29 de maio e 1 de junho de 2005, respetivamente.

No Tratado de Lisboa, o espaço territorial é substituído por um espaço jurídico. Sendo que “(...) o espaço jurídico europeu passou a ser o único horizonte da Europa, em detrimento de qualquer outro espaço ou limite concretos, abarcando a totalidade dos seres humanos que se tiverem tornado cidadãos, bem como aqueles que vierem a sê-los.”<sup>35</sup> Neste sentido e desta perspectiva, a nova Europa é concebida como universalista e extraterritorial.

Apesar de todo este caminho em direção ao multiculturalismo, e embora a UE tenha, em maio de 2004, admitido a entrada de dez novos Estados-membros e aberto negociações com a Turquia, em outubro de 2005, o debate sobre os limites da Europa e a respetiva identidade continua a ser um tabu. O ex-Presidente francês, Nicolas Sarkozy, foi o único que fez deste tabu da Eurásia uma prioridade durante a presidência francesa da UE, em 2008, de modo a que se definissem claramente as fronteiras da União. Contudo e devido à falta de interesse dos

---

<sup>34</sup> A. Del Valle (1º) *A Islamização da Europa*, p. 54.

<sup>35</sup> Idem, p. 57.

parceiros europeus, Sarkozy não conseguiu esse debate. E hoje, o debate torna-se mais difícil visto que os parceiros europeus continuam a não estar interessados em realizar o referido debate nem em propor uma alternativa à adesão da Turquia à UE.

O ex-presidente francês não contou, igualmente, com o apoio da Comissão Europeia nem com os seus homólogos europeus, na sua ideia de recusar a adesão da Turquia à UE. Contrariamente, “(...) a grande maioria dos dirigentes europeus e comunitários afirmam em uníssono com Ancara, que a Europa não pode humilhar o islão recusando à Turquia a entrada na UE, e que a Europa tem nesta candidatura original e exótica, uma possibilidade histórica de demonstrar que os seus valores passaram a ser exclusivamente laicos e humanistas, e portanto teoricamente abertos a todos.”<sup>36</sup> Porém, é fundamental notar que a Turquia é novamente governada por islâmicos e apesar deste facto a União recusou-se a bloquear a candidatura da Turquia, como enorme estado muçulmano, por esta ameaçar colocar-se no grupo dos estados antiocidentais e radicalizar-se se não for aceite pela UE. Neste sentido, a UE sofre por medo do mundo muçulmano – o medo da reação da Turquia, o medo de serem acusados de rejeitar o Outro, o medo de um choque de civilizações<sup>37</sup> entre a Velha Europa e um islão em plena efervescência mundial; e por necessidade política de cumprir com a “nova religião” que assumiu – o multiculturalismo.

Em oposição a Nicolas Sarkozy, Jacques Chirac, Gerhard Schröder, Tony Blair e Silvio Berlusconi são os grandes promotores da adesão da Turquia, deixaram bem claro, na Cimeira Europeia de dezembro de 2004, que a UE não é mais um “clube cristão”, tendo uma vocação universal e pluricultural. Esta visão vai totalmente contra à visão dos pais fundadores.

Exemplos concretos destas posições e do eurabismo são sucessivas afirmações políticas da importância e presença do islão nos países europeus. Nomeadamente a 14 de junho de 2003 no Senado francês afirma-se “*Os mundos do islão e do ocidente misturam-se. (...) Os muçulmanos europeus, autênticos transmissores de cultura, representam uma oportunidade*

---

<sup>36</sup> Idem, p. 58.

<sup>37</sup> O facto de o fim da Guerra Fria não ter Tratado de Paz a declarar um vencedor e um vencido, fez com que se assumisse que os EUA eram o Estado vencedor logo com direito e poder para liderar e estabelecer uma nova ordem internacional à sua medida. Alguns teóricos, como Francis Fukuyama, assumiram que se a lógica americana era a da economia de mercado e a da democracia, eram então estas que iam singrar não havendo espaço para mais nenhuma. Contudo, nem todos os teóricos profetizavam esta nova ordem internacional. Samuel P. Huntington publicou, em 1993, o ensaio “The Clash of Civilizations”, que prenunciava um conflito histórico entre civilizações. Huntington enfatiza a existência de cada vez mais pólos de poder, tanto a nível económico como a nível religioso e cultural. Inicia-se então a era multipolar marcada por conflitos entre Estados e grupos culturais e religiosos; a origem de conflitos não seria mais por causas políticas ou económicas mas por razões de divergência cultural. Huntington enfatizou a reação do Islão relativamente à presunção e arrogância da teoria de Francis Fukuyama, baseando-se em ambas as partes para explicar o fosso cultural.

*que as nossas sociedades devem aproveitar para se projetarem no futuro.*”<sup>38</sup> Nesta sequência, a 13 de setembro de 2005, no Palácio de Eliseu, o ex-presidente francês Jacques Chirac, durante a inauguração do Atelier Cultural entre a Europa, o Mediterrâneo e os Países do Golfo, afirmou que *“A Europa deve tanto ao islão como ao cristianismo.”*<sup>39</sup>

O próprio Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, faz afirmações públicas a favor da adesão da Turquia e de uma política eurabista, nomeadamente no dia 5 de maio de 2008, na cidade de Bruxelas, durante uma conferência de imprensa convocada na sequência de um encontro informal entre vários dirigentes da União Europeia e altos representantes do cristianismo, do judaísmo e do islão na Europa, afirmou que *“o islão faz parte integrante da Europa”*, condenando veementemente, de passagem, o conceito de choque entre civilizações. *“Não podemos considerar que o islão seja exterior à Europa”*, prosseguia. *“Temos neste momento uma importante presença do islão e de muçulmanos entre os nossos cidadãos. (...) Pode-se ser cidadão europeu sendo cristão, judeu, muçulmano ou ateu”* (...) *“com efeito o islão faz parte da Europa, mas infelizmente a Turquia ainda não faz parte da Europa. (...) A UE deve, pois, demonstrar que o islão faz parte da Europa não atrasando a entrada da Turquia na União.”*<sup>40</sup>

### **3.4. Uma Europa islâmica: limites e mudanças do conceito**

A Liga Islâmica Mundial<sup>41</sup> ocupa-se da gestão do Islão na Europa e das questões relativas aos imigrantes muçulmanos, tendo como objetivo de islamizar a Europa através das minorias muçulmanas. Sendo assim, a Liga Islâmica Mundial *“tem como função oficial coordenar e financiar as atividades dos centros islâmicos de todo o mundo. Mais especificamente, a sua missão consiste na defesa das minorias islâmicas dos países não muçulmanos – especialmente na Europa – e na promoção de múltiplas atividades missionárias islâmicas.”*<sup>42</sup>

A nível europeu, esta organização dispõe de uma filial, denominada Conselho Islâmico da Europa, com sede na cidade de Bruxelas. O Conselho Islâmico da Europa apresenta uma dupla estratégia visto que se por um lado instrumentaliza as populações muçulmanas

---

<sup>38</sup> Idem, p. 39.

<sup>39</sup> Idem, ibidem.

<sup>40</sup> Idem, p. 40.

<sup>41</sup> Fundada em 1962 por 22 países muçulmanos, na cidade de Meca, na Arábia Saudita, é a maior organização islâmica religiosa do mundo e tem como princípios promover a lei islâmica através dos indivíduos, das associações e dos Estados; difundir o islão segundo os preceitos do Alcorão; promover o desenvolvimento de todos os muçulmanos; unir os eruditos e os líderes islâmicos; dar assistência aos peregrinos durante as suas peregrinações e defender os direitos dos muçulmanos.

<sup>42</sup> A. Del Valle (1º) *A Islamização da Europa*, pp 295-296.

integradas na Europa através do financiamento dos projetos de construção de mesquitas, por outro lado impõe-se junto dos estados europeus através do financiamento de luxuosos centros islâmicos reconhecidos pelos países europeus.

Esta estratégia de expansão e de penetração islâmica na Europa pretende controlar as comunidades muçulmanas criadas pela imigração, tentando evitar que estas se integrem e que adotem os costumes das sociedades de acolhimento, evitando a des-islamização. A liga *“esforça-se por aproveitar a presença factual de muçulmanos em terras de infieis para fazer destas minorias islâmicas núcleos de propagação do islão (...).”*<sup>43</sup> Isto com base na ideia de que quanto mais fortes e aceites forem estas comunidades em países não muçulmanos, mais estas irão defender os interesses do islão e do mundo muçulmano.

Porém, estas comunidades deparam-se diariamente com o problema da islamofobia o que impede a sua aceitação. Neste sentido, o Conselho da Europa tem desenvolvido várias iniciativas para combater este fenómeno com base na ideia de que o islão é parte integrante da diversidade europeia. Nomeadamente a Conferência islâmica dos ministros dos negócios estrangeiros da Organização da Cooperação Islâmica<sup>44</sup> realizada a 15 de junho de 2004, em Istambul, Walter Schimmer, representante do Conselho da Europa na conferência afirma o *“empenho do Conselho da Europa na luta contra a islamofobia”*<sup>45</sup>; a Conferência sobre a imagem da cultura árabe islâmica nos manuais europeus de história, nos dias 14 e 15 de dezembro de 2004, na cidade do Cairo; o Colóquio sobre o islão e o Outro no dia 8 de abril de 2004; entre outras iniciativas. Iniciativas estas que levam à conclusão de que é necessário promover o diálogo inter-religioso de modo a diminuir a islamofobia nas sociedades europeias, e fomentar a promoção da tolerância e da compreensão mútua. Verificando-se assim, a disposição política relativa à presença do Islão na Europa.

No âmbito destas iniciativas e posições, verifica-se que os esforços desenvolvidos pela Eurábia para acelerar o processo de islamização e de arabização cultural e política da Europa foram e são consideráveis. Pode assim dizer-se que *“o empenhamento da Comissão Europeia, da Parceria Euro-mediterrânea, da Fundação Anna Lindh e da Fundação Atman para o Diálogo entre as civilizações, bem como das parcerias euro-islâmicas operadas no quadro do*

---

<sup>43</sup> Idem, p. 297.

<sup>44</sup> A Organização da Cooperação Islâmica, originariamente criada sob o nome de Organização da Conferência Islâmica, foi fundada no ano de 1970, constituída por 57 estados muçulmanos de todo o mundo que tem como objetivo unir recursos, esforços e vozes para defender os seus interesses e assegurar o progresso e o bem-estar das populações muçulmanas em todo o mundo, ou seja, tem como objetivo defender os interesses dos fiéis do islão.

<sup>45</sup> A. Del Valle (1º) *A Islamização da Europa*, p. 298.

*Conselho da Europa e das reuniões com a Liga Islâmica Mundial e a Organização da Conferência Islâmica, desempenhou um papel importante na institucionalização da luta contra a islamofobia e, por isso mesmo, na promoção da islamização da Europa sob a capa do antirracismo e da luta contra os preconceitos.*”<sup>46</sup>

Em sequência, o relatório anual de junho de 2005 da Comissão Europeia sobre o Racismo e a Intolerância afirma que a islamofobia é uma das suas principais preocupações, especialmente desde o 11 de setembro de 2001, visto que tais acontecimentos fizeram aumentar a hostilidade e as acusações para com os muçulmanos, nascendo uma nova forma de racismo assente na religião islâmica.

Porém, nesta luta contra a islamofobia, especialmente a partir de 2001, tentou-se encontrar um equilíbrio para os direitos humanos paralelos remetidos à sharia, isto porque tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, de 1948, e a Declaração dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, de 1949, são antagónicas aos fundamentos do islão, e neste sentido os estados muçulmanos proclamaram em 1981 uma Declaração Islâmica Universal dos Direitos Humanos que se baseia na Sharia, subordinando todos os direitos do homem aos direitos de Alá. No ano de 1990, os ministros dos negócios estrangeiros dos países muçulmanos membros da Organização da Conferência Islâmica, reunidos para a XIX sessão da Organização, adotaram uma nova Declaração Islâmica dos Direitos Humanos no Islão, que refere de modo mais vincado que os direitos humanos são remetidos à sharia.

Deste modo, verifica-se que muitos Estados muçulmanos que pertencem a ambas as organizações – Organização das Nações Unidas e Organização da Cooperação Islâmica – são incoerentes na aplicação dos direitos humanos, por serem assinantes de duas declarações antagónicas e incompatíveis. Deste modo continuam a recorrer à tática da islamofobia sempre que são alvos de pressão ou crítica, de modo a perdurar o discurso vitimista da islamofobia que facilita a obtenção dos seus objetivos nas organizações internacionais. Exemplo disto, foi a aprovação, no dia 28 de março de 2008, pelo Conselho dos Direitos Humanos na Organização das Nações Unidas de uma resolução contra a difamação das religiões. Porém, esta resolução era um objetivo da Organização da Conferência Islâmica e embora se refira à proteção de todas as religiões diz exclusivamente respeito à religião islâmica ao afirmar que

---

<sup>46</sup> Idem, p. 301.



*“exprime uma preocupação profunda pelas tentativas de identificação do islão com o terrorismo, com a violência e com a violação dos direitos humanos.”*<sup>47</sup>

Salientar, ainda, que estes países muçulmanos continuam a referir-se à intolerância, ao racismo e à islamofobia dos Estados Unidos da América, da Europa e dos seus aliados não proferindo, contudo, uma única palavra sobre as atrocidades que ainda ocorrem nos países não democráticos. Isto porque, os países muçulmanos da Organização da Cooperação Islâmica ignoram a proteção das minorias não muçulmanas e continuam a perseguir judeus, cristãos e outras minorias que habitam nos seus territórios. Em contrapartida, os países ocidentais continuam a acolher imigrantes muçulmanos sem qualquer restrição e os *“europeus adeptos da tolerância de sentido único autorizam a construção de um número cada vez maior de mesquitas e de centros islâmicos, financiados e dirigidos, não por imãs moderados e respeitadores dos valores europeus e laicos, mas por estados e organizações islâmicas adeptos do projeto de islamização do mundo.”*<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Idem, p. 312.

<sup>48</sup> Idem, p. 315.

## 4.Será que as comunidades se querem integrar ou não?

### 4.1. A imigração islâmica e o problema da população europeia

Como já se constatou em capítulo anterior, a Europa caracteriza-se por um multiculturalismo e por uma multiétnica crescente. Ambas as características estão muitas vezes na origem dos problemas sociais no seio da Europa, isto porque a grande percentagem da migração que tem como destino a Europa tem origem em países não-europeus com língua, cultura e valores distintos do Velho Continente e que podem apresentar alguma dificuldade ou reticência em assimilar a cultura europeia. Isto porque *“A paz e a prosperidade futura da Europa depende da facilidade com que estes recém-chegados (e os seus filhos e netos) assimilam a vida europeia.”*<sup>49</sup>

O Islão na Europa conseguiu destruir alguns costumes europeus ao tentar ajustar as estruturas, receber e adaptar ideias contrastantes com o objetivo de acomodar tradições islâmicas e respetivos imigrantes. Exemplos diários e práticos desta situação prendem-se com o facto de algumas empresas terem eliminado o tradicional encontro de bebidas após o trabalho ou de já existirem salas de orações nos edifícios de escritórios e lojas. É nesta sequência de excessiva acomodação e consequente destruição de costumes europeus que países como a França tentam travar este fenómeno, através da criação de leis específicas como a proibição dos véus nas escolas, isto num movimento que contraria a gradual aniquilação da cultura europeia pelos imigrantes islâmicos. Isto porque *“O multiculturalismo que tem sido o caminho da Europa gerir a imigração massiva requer o sacrifício de liberdades que os nativos sempre pensarem como direitos.”*<sup>50</sup>

Esta situação cria um problema no seio das sociedades europeias, onde os naturais da Europa se apercebem da sujeição que lhes é imposta a favor da adaptação dos imigrantes islâmicos, o que resulta numa atitude apreensiva por parte dos nativos europeus que *“(...) têm-se tornado firmemente menos francos, ou mais assustados, sobre expressar a sua oposição à imigração em público.”*<sup>51</sup>

Isto indica que os naturais europeus não vêm só a imigração para a Europa como um problema mas também o aumento do multiculturalismo e suas consequências nas suas sociedades, o que leva à questão de até quando é que os nativos europeus vão tolerar a imigração islâmica massiva. As dúvidas sobre a imigração islâmica e as suas influências

---

<sup>49</sup> C. Caldwell (2010) *Reflections on the Revolution in Europe*, Londres, Penguin Books, p. 10.

<sup>50</sup> Idem, p. 11.

<sup>51</sup> Idem.

aumentaram drasticamente com o 11 de setembro de 2001, por todos os países europeus. Porém, esta preocupação nunca foi motivada por racismo mas pode dizer-se que “*Este mal-estar pode vir do sentimento de que as queixas hereditárias podem ser facilmente reativadas, e a nostalgia por uma identidade unida facilmente carregada.*”<sup>52</sup>

Porém, é provável que, enquanto a população europeia sofrer um problema demográfico e a imigração não-europeia continuar a aumentar, será esta imigração que se tornará a população predominantes. Passamos a explicar. A população europeia não se reproduz na quantidade suficiente. Independentemente deste facto se dever a fatores de prosperidade, económicos, de decadência social ou outros fatores nacionais e morais, a verdade é que o nascimento de nativos europeus está em contínua queda em todos os países europeus com exceção da Albânia muçulmana. Isto porque para que uma sociedade permaneça do mesmo tamanho a mulher terá de ter uma percentagem de 2.1 filhos por vida – taxa de fertilização total - e com exceção da Albânia, todos os outros países europeus estão abaixo desta taxa, levando a um gradual declínio da população europeia. Para além do problema da população europeia se dever à reprodução de nativos europeus deve-se igualmente ao facto da Europa ser um continente com uma população idosa muito elevada.

Estes factos significam que “*visto que não existe uma fonte europeia de crescimento populacional, a Europa pode manter o seu tamanho e dinâmica apenas por importação de não-europeus.*”<sup>53</sup> Esta situação que permitirá manter a Europa num equilíbrio populacional no futuro pode significar igualmente que as gerações de nativos europeus e não-europeus se vão tornar mais próximas e coexistentes.

Porém, existem teorias de que estes imigrantes islâmicos irão gradualmente substituir a sua fé religiosa por teorias de transição demográfica devido ao avanço na medicina e na higiene o que poderá resultar em nascimentos mais prósperos, numa diminuição da mortalidade infantil e num aumento da esperança de vida. Evolução que pode resultar na diminuição da percentagem de natalidade pois com o aumento da modernidade, educação, prosperidade e entrando numa sociedade de consumo se satisfaçam com uma menor procriação. Contudo, acredito que esta situação, esta mudança para a teoria de transição demográfica, dificilmente se verificará na população islâmica visto que a cultura islâmica está inundada de mensagens religiosas sobre as vantagens práticas da reprodução.

---

<sup>52</sup> Idem, p. 12.

<sup>53</sup> Idem, p. 14.

A evolução da Europa depende se a mesma “(...) *pode, pela primeira vez na história, com sucesso acomodar minorias não-europeias o que depende se os nativos e os recém-chegados compreendem a Europa como uma sociedade próspera ou decadente.*”<sup>54</sup>

#### **4.2.É possível ter a mesma Europa com pessoas diferentes?**

Segundo Christopher Caldwell a Europa apresenta dois problemas “*O problema da habilidade da Europa em assimilar imigrantes, e o problema das dificuldades europeias com o Islão.*”<sup>55</sup>

A imigração para a Europa sempre foi uma constante. Porém, e contrariamente ao que se sucedeu no século XIX e no século XX, em que se sabia com clareza a origem desses imigrantes e muitas das vezes também as causas, a presente imigração é muito superior e envolve um misto infundável de culturas diferentes, o que torna a sua chegada pouco clara e precisa.

A imigração europeia trouxe à Europa benefícios económicos marginais e de curto prazo. Contudo, as consequências sociais têm sido de longa duração e alcance o que levou e originou a quebra de vários dos valores tradicionais europeus. Neste sentido, a imigração económica para a Europa teve efeitos diretos nas empresas europeias: “*foi uma quebra no crescimento da produtividade. O principal efeito foi que as indústrias que estavam fadadas ao desaparecimento, conseguiram em vez disso manter-se à tona por mais alguns anos (...).*”<sup>56</sup>

Com base nestes factos, surge comumente a ideia que os imigrantes vêm fazer os trabalhos que os europeus não estão dispostos a fazer, mas a verdade é que esses imigrantes, após se terem estabelecido, também eles evitam e debandam desses trabalhos.

Apesar disto, os europeus mostram-se contra a imigração maciça. Isto porque “*(...)as pessoas da Europa têm estado demasiado relutantes para olhar os fatores culturais. Houve muita violência, tanta miséria na segunda guerra mundial. Por este motivo, as pessoas não quiseram ou não se atreveram a dizer aos imigrantes: isto aqui é assim e se vocês não gostam podem ir-se embora.*”<sup>57</sup> Pode dizer-se que a verdade é que os europeus não querem imigrantes mas os sentimentos de culpa que lhes foram pregados impedem-nos de reagir.

---

<sup>54</sup> Idem, p. 16.

<sup>55</sup> Idem, p. 21.

<sup>56</sup> Caturo (2009) “Pode a Europa ser a mesma com gente diferente?”, <http://gladio.blogspot.pt/2009/09/pode-europa-ser-mesma-com-gente.html>, consultado a 25 de fevereiro de 2013.

<sup>57</sup> Idem.

As políticas europeias respeitantes ao dever moral, como é o princípio da solidariedade e a política de asilo<sup>58</sup> na Europa, foram demasiado longe no sentido em que ao proteger em demasia os imigrantes, que aumentam significativamente, não conseguiram cumprir o desígnio da criação de condições mínimas equitativas e eficazes para todos. Prova disto é o elevado desemprego entre os imigrantes.

Relativamente à cultura muçulmana na Europa, Caldwell afirma *“não estou a sugerir que todos os países europeus serão governados por um conselho de clérigos muçulmanos, ou que o Islão irá tornar-se a cultura dominante. Não é uma questão de cenários radicais como esses. Aquilo de que estou a falar é de profundas alterações nos valores essenciais da Europa, de modo a acomodar o Islão.”*<sup>59</sup> Sinal disso é que *“Alguns países estão a mudar o seu código legal, de leis que estavam profundamente enraizadas na cultura europeia para leis que tentam mediar entre as duas culturas.”*<sup>60</sup>

Neste sentido há uma questão que permanece fundamental: o de continuar a caminhar em direção à democracia em paridade com a liberdade de expressão. Porém, *“(…) a abordagem tradicional europeia tem sido dar prioridade à liberdade de expressão sobre o respeito pela religião alheia. O facto de isso estar a mudar não é por os europeus se terem tornado mais religiosos, mas sim porque têm medo de um conflito com a minoria muçulmana.”*<sup>61</sup>

Em sequência, defende-se que a Europa tem de optar por uma política de imigração mais restritiva e fazer uma análise de quão a cultura europeia pode ser aberta perante outras culturas. Com isto pode concluir-se que sem europeus não há Europa e que não, a Europa não pode ser a mesma com pessoas diferentes, mostrando que não é óbvio que culturas diferentes se integrem.

*“A Europa atual carece de ideais grandiosos, metafísicos, de autoconfiança e de uma visão para o futuro. Quando uma cultura insegura, maleável, relativista se encontra com uma*

---

<sup>58</sup> O asilo é uma forma de proteção concedida por um Estado, no âmbito do seu território, com base no princípio da não repulsão e de outros direitos reconhecidos aos refugiados ao nível nacional e internacional. Deverá ser concedido a um pessoa que não possa permanecer no seu país de origem por recear ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou da sua pertença a um grupo social. Desde o Tratado de Amesterdão com a criação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça que se impões a necessidade de haver uma abordagem comum e coerente, através da criação de normas comuns para um processo de asilo equitativo e eficaz, criando condições mínimas de admissão e de residência para os requerentes de asilo, criando-se assim o Sistema Europeu Comum de Asilo.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem.

*cultura que está ancorada, confiante e fortalecida por doutrinas comuns, é geralmente a primeira que muda para receber no seu seio a segunda.”<sup>62</sup>*

---

<sup>62</sup> Idem.

## 5. Como é que as comunidades se vão sentir com a possível entrada da Turquia e a sua representação nas instituições europeias?

### 5.1. O projeto de trazer a Turquia para a Europa

A intenção da Turquia aderir à União vem praticamente desde a fundação da então Comunidade Económica Europeia (CEE), isto porque o primeiro pedido de adesão por parte de Ancara data do ano de 1959. Na sequência deste pedido, em 1963, a CEE e o governo de Ancara assinaram um Acordo de Associação, o Acordo de Ancara, que previa no artigo 28º uma eventual adesão da Turquia às Comunidades, “(...)logo que a aplicação deste acordo tenha avançado o suficiente (...) as partes contratantes devem examinar possibilidade de acesso”<sup>63</sup>.

No ano de 1975, a situação altera-se significativamente aquando da rejeição da Turquia apresentar a sua candidatura a membro da Comunidade ao mesmo tempo da Grécia, situação que tinha sido “(...)informalmente sugerida pela Comunidade Europeia”.<sup>64</sup> Esta rejeição à Turquia e o Golpe de Estado Militar na Turquia levaram a que, em 1980, as relações entre a Turquia e a CEE se encontrassem congeladas. A situação volta a alterar-se no dia 14 de abril de 1987, quando a Turquia apresenta de novo o seu pedido de adesão à CEE, pedido que foi negado devido às relações tensas entre Ancara e Atenas, à questão de Chipre<sup>65</sup> e ao insuficiente nível de democracia.

A questão da adesão da Turquia só volta ao debate europeu a partir de 1999, no Conselho Europeu de Helsínquia, quando a agora União Europeia reconhece à Turquia o estatuto de Estado candidato. O reconhecimento deste estatuto à Turquia significa que esta entrou numa estratégia de pré-adesão, onde é objeto de avaliações regulares, sendo que, a partir dessa data,

---

<sup>63</sup> T. de Sousa e M. Franco (2005) “A Turquia de regresso à Europa?”, *Relações Internacionais*, Nº5, p. 27.

<sup>64</sup> International Crisis Group (2007) “Turkey and Europe: The way ahead”, *Europe Report* Nº184, p. 40.

<sup>65</sup> No ano de 1959, o Reino Unido, Turquia e Grécia assinam um acordo para garantir a independência de Chipre, as bases britânicas no território e os interesses das duas comunidades. Como a população maioritária era constituída pelos gregos, o acordo previa que o Presidente seria um cristão-ortodoxo e o vice-presidente seria um turco com direito de veto e que 30% dos postos na administração e 40% no exército seriam reservados aos Turcos. Contudo, a tensão entre os Gregos e os Turcos agravou-se na ilha e em 1964 os capacetes azuis da ONU intervêm na ilha. Porém, a situação não se acalmou e os Cipriotas como grandes defensores da união e com a ajuda dos coronéis gregos realizaram um golpe de Estado contra Makarios, a 15 de julho de 1974, provocando o desembarque do exército turco na costa norte e a queda do regime dos coronéis de Atenas. Neste sentido e evitando uma guerra greco-turca, a NATO bloqueou todos os meios de resposta dos Cipriotas. Consequentemente, os turcos repelam os Gregos para o Sul da ilha e proclamam, em 1975, um Estado cipriota-turco autónomo que, em 1983, se denomina República Turca do Chipre do Norte – Estado reconhecido apenas pela Turquia. De modo a evitar mais tensões entre as comunidades, a ONU criou uma zona tampão entre o Norte e o Sul que continua a ser guardada pelos capacetes azuis.

a Turquia tem de começar a respeitar e se ajustar de acordo com os Critérios de Copenhaga<sup>66</sup>, que servem de guião para as negociações de adesão dos países à União. Com base nestes critérios, a aceitação da candidatura da Turquia e a definição de uma data para o início das negociações de adesão foram contestadas por aqueles que, embora valorizando os grandes progressos entretanto verificados, não reconhecem no Estado Turco a existência de um pleno Estado de Direito.

Nesta sequência, entre 2001 e 2004, o parlamento turco adotou várias emendas constitucionais com vista à reforma nos direitos humanos, um novo código penal, um novo código civil e estatuto igualitário para as mulheres, liberdade de expressão e abolição da pena de morte. Como resultado, no Conselho Europeu de 16 e 17 de dezembro de 2004, os Chefes de Estado e de Governo dos 25 Estados-membros da União Europeia avançaram com a data de 3 de outubro de 2005 para o início formal das negociações com a República da Turquia, com vista à sua adesão num espaço de 10/15 anos.

Desde então, que algumas das 35 áreas políticas de negociação para a adesão da Turquia têm-se sido discutidas, contudo, em julho de 2007, as eleições parlamentares são ganhas pelo Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) que votou para relançar o processo de convergência com a União Europeia.

Sendo assim pode-se dizer que *“A Europa nunca pôs em causa a vocação europeia da Turquia. Ancara pertence a todas as organizações multilaterais europeias, da OCDE à NATO, passando pela OSCE e pelo Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD). A única exceção é precisamente a UE.”*<sup>67</sup>

Nesta análise da adesão da Turquia à UE, importa examinar e compreender as características do país.

Geograficamente, a Turquia é um Estado muito grande com 769 604 km<sup>2</sup>, sendo o seu território superior ao dos dez Estados-membros que aderiram à União Europeia a 1 de maio de 2004 e *“representa cerca de 1,5 vezes a dimensão do maior país da atual UE, que é a*

---

<sup>66</sup> No Conselho Europeu de Copenhaga, de 21 e 22 de junho de 1993, foram definidos os critérios de adesão, conhecidos como Critérios de Copenhaga, que pretendem avaliar o processo de candidatura a membro da União Europeia. Estes consistem em três critérios: o critério político onde o Estado candidato deve ter instituições estáveis capazes de garantir a democracia, o primado do direito, os Direitos do Homem e o respeito das minorias; o critério económico onde o Estado candidato deve ter uma economia de mercado viável, capaz de se integrar harmoniosamente no mercado interno; e o critério do acervo comunitário onde o Estado candidato tem de subscrever os diferentes objetivos políticos, económicos e no domínio monetário da União Europeia, aceitar a legislação existente e dispor de uma administração pública capaz de aplicar a legislação comunitária.

<sup>67</sup> T. de Sousa e M. Franco (2005) “A Turquia de regresso à Europa?”, *Relações Internacionais*, Nº5, p. 27.



*França.*”<sup>68</sup> A soma das suas fronteiras terrestres é superior a 2648 km fazendo fronteira com a Arménia, o Azerbaijão, a Bulgária, a Geórgia, a Grécia, o Irão, o Iraque e a Síria, países entre eles tão diversos. Geograficamente, a Turquia pertence à Europa e à Ásia, ao Cáucaso e ao Médio Oriente, ao mar negro e ao Mediterrâneo, ao mar Egeu e ao mar de Mármara. Estas características têm “(...)implicações económicas, políticas, estratégicas e culturais. Em termos étnicos e culturais determina a existência de continuidades étnico-culturais das populações, para além das suas fronteiras políticas da República fundadas em 1923, e reflete-se na estabilidade/instabilidade dessas mesmas fronteiras. Em termos geoestratégicos, influencia as alianças para contrabalançar os inimigos externos (...).”<sup>69</sup>

Economicamente, a Turquia passou recentemente por uma grave crise económico-financeira o que poderá significar que o país irá requerer ajuda económica pela via dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, “de modo a garantir-lhe um tratamento similar aos que puderam beneficiar os países que entraram anteriormente.”<sup>70</sup> O Fundo de Coesão sendo criado para ajudar à convergência real das economias foi até hoje destinado à Irlanda, à Grécia, a Portugal e a Espanha. Porém, convém não esquecer que os fundos não são ilimitados o que se pode tornar um problema num país como a Turquia com cerca de 70 milhões de habitantes. Outro grande problema neste domínio é o da enorme disparidade ao nível do PIB/per capita. Neste sentido, ajudar a Turquia através dos fundos “poderá representar um aumento das despesas do orçamento da UE na ordem dos 20%.”<sup>71</sup> O que levanta a questão de se os maiores contribuintes líquidos do orçamento europeu estarão dispostos a tão grande esforço financeiro.

Outra questão fundamental prende-se com o facto de, ao aderir à UE, a Turquia passar a fazer parte do mercado interno que implica por sua vez a livre circulação de pessoas. Esta questão vista pelo facto de a Turquia ser um país bastante populoso e com uma riqueza média por habitante bastante baixa faz prever fluxos migratórios significativos a partir do momento em que as barreiras à livre circulação de pessoas sejam levantadas. Neste sentido, “a dúvida é saber se as economias europeias mais atrativas, pelo seu elevado nível de vida e prosperidade económica, terão capacidade para absorver esses potenciais fluxos

---

<sup>68</sup> J. Fernandes (2005) “A geopolítica da Turquia: um desafio às sociedades abertas da União Europeia”, *Relações Internacionais*, Nº5, p. 47.

<sup>69</sup> Idem, p. 48.

<sup>70</sup> Idem, p. 52.

<sup>71</sup> Idem, p. 54.

*migratórios.*”<sup>72</sup> Socialmente importa saber até que ponto é que esses fluxos migratórios serão capazes de ser culturalmente integrados nas sociedades europeias.

É frequente ouvirmos falar da Turquia ou como Estado secular ou como um país maioritariamente muçulmano. Relativamente à expressão “Estado secular”, é de notar que se refere à relação do Estado com a religião, ou seja num Estado secular há uma separação formal, ao nível do Estado, entre a esfera da política e a esfera da religião, onde a Constituição consagra a liberdade religiosa e de consciência. A expressão “país maioritariamente muçulmano” refere-se ao facto de 99% da população ser de religião islâmica, ainda que existam minorias não-muçulmanas na Turquia.

Apesar da Turquia já se encontrar em processo de negociação e convergência para a adesão à UE, esta continua a ser uma questão bastante controversa, levando a um sentimento de turcofobia. A questão turca ganhou particular relevância no debate político quando o Presidente da Convenção sobre o Futuro da Europa, Valéry Giscard d’Estaing, numa entrevista ao diário Le Monde, a 9 de novembro de 2002, declarou opor-se à adesão turca e afirmou que se tal se confirmar “será o fim da União Europeia”, tal como a conhecemos. O antigo Presidente da República Francesa faz tal afirmação com base na geografia, cultura e peso político que a adesão da Turquia iria representar no seio das instituições europeias. Isto porque Giscard d’Estaing, como representante francês e dos objetivos políticos franceses, defende o ideal de aprofundamento da UE como união política em torno do eixo Paris-Berlim com o objetivo da União alcançar a natureza de super-Estado com política externa e políticas de defesa comuns. Isto “*É a ideia de uma Europa “superpotência” à imagem e semelhança da superpotência mundial.*”<sup>73</sup> Neste sentido, a adesão da Turquia, segundo a visão de Giscard d’Estaing, vai transformar a UE em “espaço” em vez de “potência”.

A opinião pública e política relativamente à adesão da Turquia à UE varia de Estado-membro para Estado-membro: na França, na Alemanha, na Holanda, na Bélgica, na Suécia e na Áustria a questão têm maior peso na oposição onde é relacionada com questões nacionais como a imigração e têm-se alastrado para o espaço político visto que a Turquia “*vai dominar o Parlamento Europeu desde o momento em que for admitida*”<sup>74</sup>; e apenas nos países como Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido se têm verificado a maioria das opiniões favoráveis ou indiferentes à adesão da Turquia.

---

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> T. de Sousa e M. Franco (2005) “A Turquia de regresso à Europa?”, *Relações Internacionais*, Nº5, p. 28.

<sup>74</sup> C. Caldwell (2010) *Reflections on the Revolution in Europe*, Londres, Penguin Books, p. 250.

*“Contudo, e apesar do processo de “europeização”, acelerado nos últimos tempos, a que têm sido submetidas as sociedades civil e política otomanas, não podemos deixar de concluir que a República Turca precisará ainda de mais alguns anos para se instituir num verdadeiro Estado de direito democrático.”*<sup>75</sup>

Neste sentido, a adesão da Turquia coloca à UE questões de natureza geopolítica e estratégica, isto porque se a UE se assume como uma organização com instituições e políticas pela paz e na paz, suportada por uma estabilidade democrática e por desenvolvimento económico-social, desenvolve razões internas e expectativas externas para se tornar um ator internacional com um papel cada vez mais relevante na manutenção da paz e da estabilidade regional e internacional. Isto significa que a adesão da Turquia “ (...)tende quase reflexivamente a ser encarada em termos estratégicos e de segurança, uma vez que este Estado constituirá uma peça importante nas relações da UE com o Médio Oriente e com o Cáucaso, regiões de crise e de núcleos estratégicos vitais (...)”.<sup>76</sup>

Esta visão estratégica que a Turquia suscita foi, igualmente, reafirmada na Cimeira da Aliança Atlântica de Istambul, nos dias 28 e 29 de junho de 2004, quando o então presidente dos EUA, George W. Bush, defendeu a adesão da Turquia à UE da seguinte forma: “a adesão da Turquia provaria que a UE não é um clube exclusivo de uma só religião e tornaria o “choque de civilizações” num mito em desaparecimento (...) a América considera que a Turquia enquanto potência europeia pertence à UE (...) e tal adesão marcará um marco crucial nas relações entre o mundo muçulmano e o Ocidente, uma vez que a Turquia pertence a ambos”.<sup>77</sup>

Contudo, para a adesão da Turquia à UE é fundamental que se encontre a solução para a questão com Chipre, primeiro porque a UE não pode subsistir com pequenos focos de tensão dentro do seu território e porque quando se impuser a questão de levar democracia e estabilidade para o mundo muçulmano e para o Médio Oriente, um país forte como a Turquia e com forte presença na UE será mais capaz de desempenhar esse papel na região. Prevê-se assim que com uma Turquia reformada, democrática e igualitária seja mais simples transportar a democracia, as regras de direito e os direitos das mulheres para o mundo muçulmano. Isto porque “As relações turcas com o Médio Oriente são prováveis de melhorar se esta entrar na UE, esta situação vai igualmente aumentar a atração da democracia turca,

---

<sup>75</sup> R. Leitão (2005) “Quem tem medo da Turquia no seio da União Europeia?”, *Relações Internacionais*, Nº5, p. 42.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Idem, p. 44.

*do sistema de governação secular, de uma economia de mercado livre, e a tolerância do Islão como um modelo para essa região problemática.*”<sup>78</sup> Noutra visão a adesão da Turquia “(...)vai ajudar a transformar a UE numa verdadeira entidade multicultural e multireligiosa, que foi um das mais significativas visões dos fundadores da UE.”<sup>79</sup>

## **5.2. A Turquia na União Europeia e a existência de uma Eurásia islamizada**

A integração da Turquia na UE é vista como uma solução para otimizar a imagem da Europa no mundo árabe muçulmano e como uma via para aproximar os povos e as culturas, “(...) em torno de um vasto projeto democrático euro-mediterrâneo e euro-asiático que seja um penhor de prosperidade para todos.”<sup>80</sup> Assim, a adesão da Turquia tornou-se bastante importante para os líderes europeus muçulmanos visto que significa, igualmente, “não só que uma nação muçulmana está de boas relações com os seus vizinhos europeus mas que a Europa acordou no Islão como umas das “suas” religiões.”<sup>81</sup>

Porém, é ainda necessário analisar as visões turcas relativamente à Europa.

No início do processo de negociação, surgiu uma posição que ditava que a adesão da Turquia à UE significaria o afastamento da mesma relativamente ao mundo islâmico. Contudo, os factos contam outra história. Apesar da adesão à Europa parecer próxima, “(...)a Turquia reafirma sem complexos a sua identidade islâmica otomana, assume o controlo da OCI e assina tratados de associação histórica com países problemáticos como a Síria, a Arábia Saudita, a China, as cinco repúblicas turcófonas da Ásia Central, o Paquistão e mesmo o Irão.”<sup>82</sup>

Contudo, a UE continua a insistir na integração da Turquia mesmo sabendo que a UE vai herdar várias tensões geopolíticas que resultam das relações da Turquia com alguns países vizinhos e nas quais Ancara se encontra irredutível, mostrando que terá de ser a Europa a adaptar-se a esta Turquia, pelo menos no que se refere às questões estratégicas e geopolíticas; que a Turquia continua a ser uma das economias mais corruptas do mundo e um centro de tráfico de drogas e de imigrantes ilegais, o que indica que com a integração da Turquia tornaria a UE mais atrativa para o tráfico de imigrantes clandestinos; com a adesão da Turquia

---

<sup>78</sup> K. Kirisci (2004) “Between Europe and the Middle East: The transformation of Turkish Policy”, *Middle East Review of International Affairs*, Vol.8, Nº1, p. 51.

<sup>79</sup> E. Erdogdu (2002) “Turkey and Europe: Undivided but not United”, *Middle East Review of International Affairs*, Vol. 6, Nº2, p. 49.

<sup>80</sup> A. Del Valle (1º) *A Islamização da Europa*, Porto, Civilização Editora, 2009, p. 260.

<sup>81</sup> C. Caldwell (2010) *Reflections on the Revolution in Europe*, Londres, Penguin Books, p. 251.

<sup>82</sup> A. Del Valle (1º) *A Islamização da Europa*, Porto, Civilização Editora, 2009, p. 283.

a UE fará fronteira com o Irão, a Síria, o Líbano, a Geórgia, Azerbaijão e o Iraque, centros do terrorismo islâmico antiocidental da Al-Qaeda; a entrada da Turquia na UE pode significar o surgimento de um grupo de pressão do islão político no seio da própria União, onde as bases seriam as minorias turcas muçulmanas; a Turquia é uma potência preponderante e a sua admissão significa que deteria um lugar preponderante na União *“tendo em consideração o sistema de dupla maioria qualificada (...), privilegia os Estados mais povoados”*<sup>83</sup>, ou seja, *“o maior grupo nacional de Parlamento Europeu passaria a ser constituído por uma centena de deputados turcos, a maioria dos quais provavelmente eleitos por movimentos conservadores islâmicos (...)”*<sup>84</sup>; por último a adesão da Turquia iniciará um processo de alargamento sem fim o que levará à implosão ou à diluição da UE e para além disso como é que uma União alargada à Turquia pode recusar a adesão a países orientais e africanos igualmente muçulmanos e vizinhos?

Em conclusão, a Europa tem de decidir se está disposta a um compromisso eurabiano como via para conquistar os favores das potências muçulmanas que *“ora são amigas em nome da luta contra o choque das civilizações, ora se mostram ameaçadoras quando alguém se atreve a pôr em causa o islão, a blasfemar, a dar sinais de islamofobia ou simplesmente a questionar a oportunidade da entrada da Turquia na EU (...).”*<sup>85</sup> Isto porque apesar das divergências no seio do Islão, este continua unido pela rejeição da civilização e dos costumes ocidentais e europeus.

Contrariamente a esta disposição muçulmana, são sucessivas as administrações americanas que têm manifestado o desejo da Turquia aderir à UE, não só George W. Bush, aquando da Cimeira da Aliança Atlântica em Istambul, como na visita oficial do Presidente Barack Obama à Turquia a 6 abril de 2009, onde manifestou que a manutenção de Ancara continua a ser uma prioridade estratégica, isto porque pretende ver o alargamento da UE aos países da NATO e visa controlar os recursos e as rotas dos hidrocarbonetos através da turcofonia, visto os hidrocarbonetos serem importantes pontos de disputa geopolítica entre os interesses ocidentais e os interesses russos na Ásia Central, no Cáucaso e nos Balcãs.

Com a adesão da Turquia, para além dos benefícios resultantes do controlo dos cinco países turcófonos muçulmanos do Cáucaso e Ásia Central (Azerbaijão, Cazaquistão, Turquemenistão, Uzbequistão e Quirguistão), países produtores de petróleo e gás, por onde

---

<sup>83</sup> Idem, p. 281.

<sup>84</sup> Idem, pp. 281-282

<sup>85</sup> Idem, p. 283.

passam oleodutos e gasodutos que transportam petróleo do Mar Cáspio para o Ocidente e para a China, a UE iria beneficiar também das reservas turcas de carvão e de lenhite e estaria próxima das reservas de petróleo do Golfo e teria poder sobre a utilização da energia hidráulica que a Turquia exporta de barragens que filtram o abastecimento ao Iraque e à Síria. Neste sentido, *“do ponto de vista da alta geopolítica, numerosos europeístas estão convencidos de que, com a integração da Turquia, a UE adquiriria um poderoso geoestratégico inigualável, dados os recursos naturais e o posicionamento da Turquia e do mundo turcófono.”*<sup>86</sup> Porém, a Turquia pertence a cinco sub-sistemas regionais<sup>87</sup> o que faz com que sofra constantes pressões por parte das grandes potências para que esta integre os seus respetivos sistemas de aliança.

### **5.3. O Islão na Comissão Europeia como sistema de regulação da religião**

Numa perspetiva institucional do Islão na Europa, desde a Presidência de Jacques Delors que, *“a Comissão Europeia tem desenvolvido ferramentas com o objetivo de facilitar o diálogo com corpos religiosos e humanísticos (...).”*<sup>88</sup> As ações neste âmbito foram desenvolvidas através do Unidade de Estudos Avançados (FSU) que foi substituído, em 2001, pelo Grupo de Conselheiros Políticos (GOPA), mostram o empenho da Comissão Europeia em comprometer o Islão no diálogo com a UE, porém a dificuldade deste objetivo estava em encontrar interlocutores representativos a nível europeu.

Foi após o Ato Único Europeu (1986) e numa perspetiva de criação do Mercado Único Europeu, como resultado da evolução e da criação de uma identidade europeia, que a criação de grupos de pressão localizados em Bruxelas aumentou consideravelmente. Apesar das organizações religiosas serem maioritariamente cristãs, os muçulmanos organizaram-se a nível local e nacional de modo a conseguirem negociar as vantagens ao mesmo nível que os grupos cristãos. Isto porque, antes disto *“o Islão tinha sido tratado, por parte das instituições da União Europeia, como um assunto de imigração, através de uma abordagem socioeconómica e independente da dimensão religiosa.”*<sup>89</sup>

Em sequência, no início dos anos 90 foi criada uma rede de trabalho – um fórum reconhecido pelo Diretor Geral para os Assuntos Sociais da União Europeia, denominado “Migreurope”. Contudo, com o início da Presidência de Romano Prodi, e num momento de

---

<sup>86</sup> Idem, pp. 286-287.

<sup>87</sup> Mediterrâneo Oriental, Médio Oriente, Balcãs, Cáucaso e Ásia Central.

<sup>88</sup> A. Al-Azmeh e E. Fokas (2007) *Islam in Europa*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 125.

<sup>89</sup> Idem, p. 126.

aperto financeiro para a Comissão Europeia levou a que os fundos disponíveis para os diversos fóruns da sociedade civil europeia fossem cortados, levando ao posterior colapso do Migreuropa. Porém, as relações entre a Comissão Europeia e as organizações religiosas muçulmanas foram desenvolvidas a outro nível institucional, nomeadamente através do FSU e, posteriormente, do GOPA.

Sendo assim, *“o lugar dos muçulmanos no sistema de relações entre a Comissão Europeia e as religiões é indicativo do grau de pluralismo do modelo europeu de regulação da religião.”*<sup>90</sup> Porém, só quando o número de muçulmanos se tornou mais significativo, principalmente devido aos imigrantes muçulmanos de segunda geração, é que ganharam acesso a se organizarem a nível europeu. Isto resultou no convite de duas organizações muçulmanas especializadas em assuntos europeus para participarem nas conferências organizadas pelo Conselho para os Assuntos Religiosos da Comissão Europeia, nomeadamente o Conselho Muçulmano para a Cooperação na Europa (CMCE) criado em 1996 e convidado desde 1997, e o Fórum das juventudes muçulmanas europeias e organizações estudantis (FEMYSO) criado em 1995 e convidado desde 2003. Isto mostra que *“sob a Presidência de Romano Prodi, houve um acesso facilitado aos fóruns de diálogo com organizações religiosas oficializado pela Comissão (...).”*<sup>91</sup> Porém, *“as organizações muçulmanas não têm o mesmo peso que as maiores organizações cristãs”*<sup>92</sup> porque *“as organizações muçulmanas em Bruxelas não têm os mesmos recursos para agir ativamente com as instituições europeias.”*<sup>93</sup> Sendo assim, pode dizer-se que a presença muçulmana funciona mais como um símbolo, uma representação da diversidade religiosa nos encontros da Comissão, mostrando que *“o Islão parece ser considerado maioritariamente um assunto externo de geopolítica, do que uma realidade interna.”*<sup>94</sup> Neste sentido, pode entender-se que as relações entre o Islão e as instituições europeias fazem parte de uma ampla rede de preocupações com a política externa. É nesta sequência e com vista ao reforço do diálogo entre culturas e civilizações de modo a evitar o choque entre as civilizações que é criada a Parceria Euro-Mediterrânea<sup>95</sup>, em 1995, na Declaração de Barcelona.

---

<sup>90</sup> Idem, p. 127.

<sup>91</sup> Idem, p. 130.

<sup>92</sup> Idem, p. 132.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Idem, p. 138.

<sup>95</sup> A União Europeia estabelece um quadro de cooperação multilateral com os países da bacia mediterrânica. Esta parceria representa uma nova fase nas suas relações, dado que abrange, pela primeira vez, os aspetos económicos, sociais, humanos e culturais, bem como as questões de segurança comum. Esta parceria concretizou-se pela adoção da Declaração de Barcelona pelos Estados-Membros da UE e pelos doze países

Esta Parceria Euro-Mediterrânea ganhou especial ação no pós-11 de setembro de 2001, já que foi fundamental aperfeiçoar o diálogo entre as culturas para evitar o choque civilizacional, até porque foi após os ataques terroristas que os imigrantes muçulmanos se tornaram mais perceptíveis e começaram a ser vistos pela GOPA como elemento fundamental para fazer as ligações entre os dois mundos.

Entretanto, *“a presença de muçulmanos dentro da União bem como o assunto da entrada da Turquia na União Europeia fez aumentar a questão de uma inclusiva ou exclusiva definição de identidade Europeia, em termos de herança civilizacional baseada nos valores cristãos ou normas laicas.”*<sup>96</sup> Neste sentido, é necessário recordar que a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais defende a liberdade religiosa bem como o artigo 13º do Tratado de Amesterdão afirma a não-discriminação que abrange o racismo religioso. Para além deste dispositivo normativo é imperativo não esquecer que a União Europeia participa em fóruns transnacionais onde se reúne com atores de outros Estados e lida com diferentes opiniões, ou seja, também a UE vive num processo de aprendizagem dos ideias europeus e donde emergem visões comuns dos problemas e dos objetivos a alcançar, não se limitando a pensar a nível nacional e estrito.

Em termo, *“mais do que um papel de regulação legal, a Comissão Europeia está a jogar, por enquanto, o papel de um mediador que facilita encontros inter-religiosos.”*<sup>97</sup>

#### **5.4. A secularização de instituições islâmicas na Europa**

A Europa tem um sistema religioso pluralista, porém, com algumas especificidades que variam de país para país. Contudo, as linhas básicas são as mesmas o que leva a crer que existe apenas um sistema religioso que podemos chamar secularismo europeu. Qualquer sistema ou regime religioso europeu pretende constranger o Cristianismo, particularmente. Isto porque mesmo que não se encontre especificamente consagrado na constituição, toda a sociedade europeu apresenta um carácter religioso onde baseia os seus valores culturais e éticos.

---

terceiros mediterrânicos: Argélia, Chipre, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana. Foram convidadas a assistir à conferência a Liga dos Estados Árabes e a União do Magreb Árabe (UMA), bem como a Mauritânia, na sua qualidade de membro da UMA. Esta parceria assenta num espírito de solidariedade e de respeito das especificidades próprias de cada um dos participantes. Completa as outras ações e iniciativas empreendidas a favor da paz, da estabilidade e do desenvolvimento da região.

<sup>96</sup> A. Al-Azmeh e E. Fokas (2007) *Islam in Europa*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 143.

<sup>97</sup> Idem, p. 147.



Sendo assim, o “*secularismo europeu é um sistema estabelecido a pensar nos Cristãos.*”<sup>98</sup> Situação que causa algum constrangimento no que concerne às comunidades muçulmanas visto que os conflitos nas comunidades muçulmanas divergem do tipo de conflitos que emergem nas comunidades cristãs. Isto deveu-se ao facto de a ideia sobre “tolerância” se ter alterado desde a Segunda Guerra Mundial levando a que “*(...) os líderes comesçassem a ver o secularismo não como uma maneira de gestão das relações entre comunidades religiosas mas como a transformação do papel da religião do domínio público para o privado.*”<sup>99</sup>

Todavia, o argumento do secularismo europeu é pouco definido porque enquanto existem países que seguem os valores da democracia, do individualismo, da liberdade de consciência e de expressão e que assumem que estes valores advém do Cristianismo e existe referência a “Deus” em algumas constituições, outros países assumem um “*secularismo ideológico, que visa quebrar com todas as ligações entre a religião e a vida pública (...).*”<sup>100</sup> Toda esta questão do sistema religioso pluralista e secularista europeu baseado na religião Cristã não deixa apenas a população de origem europeia confusa, como as comunidades imigrantes muçulmanas. Mais ainda quando na religião islâmica a separação entre a religião e a política não existe. Sendo assim, “*ser muçulmano na Europa (...) significa perder o relacionamento com o Islão como fator cultural e social, e em vez de isso abri-lo para interrogatório e escolha individual.*”<sup>101</sup>

Contudo, e tendo em conta as características de uma sociedade europeia, a forte presença islâmica no seio da UE resultou na reabertura de discussão da relação existente entre o Estado e a Igreja. Esta situação reflexão dos diversos cenários Euro-Islâmicos que variam consoante as especificidades culturais e políticas de cada país criaram espaço para que o relacionamento do Estado com a Religião na Europa se definisse em uma das três possibilidades: “*a cooperação entre a Igreja e o Estado, a existência de uma religião patrocinada pelo Estado, ou a total separação da religião e da política.*”<sup>102</sup> Isto porque o secularismo europeu não consiste apenas na proteção da liberdade religiosa e na independência política das organizações religiosas mas também numa colaboração entre o Estado e a Igreja. Relativamente ao secularismo do Islão, este é visto no aparecimento de organizações

---

<sup>98</sup> C. Caldwell (2010) *Reflections on the Revolution in Europe*, Londres, Penguin Books, p. 159.

<sup>99</sup> Idem, p. 160.

<sup>100</sup> Idem, P. 161.

<sup>101</sup> J. Cesari (2004) *When Islam and Democracy Meet*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, p. 45.

<sup>102</sup> Idem, p. 65.

muçulmanas adaptadas a estruturas pré-existentes das relações Igreja-Estado dentro do país anfitrião.

Esta situação varia assim, de país para país, consoante as especificidades legais, políticas e culturais de cada um. Na Bélgica, em Itália, em Espanha e na Áustria, países onde todas as religiões são legalmente reconhecidas, o desenvolvimento de instituições islâmicas é facilitado. *“Nos casos onde a religião é oficialmente reconhecida pelo Estado, parece que a resistência ao reconhecimento oficial do Islão é mais ligada a atuais atitudes e o grau de aceitação do Islão é geral, em vez de todos os obstáculos legais ou institucionais.”*<sup>103</sup> Exemplo é o caso Alemão que como consequência de não reconhecimento do Islão não permitia que nenhuma associação islâmica na Alemanha adquirisse estatuto de organização pública, porém, a boa vontade de grupos como o Concelho Islâmico Central permitiu que em 2002 se apresentasse uma declaração de compatibilidade do Islão com os princípios constitucionais germânicos. Nos casos de total separação entre o Estado e a Igreja, como é o caso de França, a institucionalização do Islão é considerada como algo externo à esfera política e que depende da própria iniciativa dos islâmicos. Nestes países, *“o governo não dá qualquer tipo de suporte a instituições religiosas, oferecendo-se exclusivamente como garante da liberdade religiosa e do igual tratamento de todas as religiões.”*<sup>104</sup> No terceiro modelo de relacionamento entre as instituições religiosas e o Estado consiste na existência de uma religião oficial do Estado como se verifica em Inglaterra, na Dinamarca e na Grécia. Neste caso onde existe uma religião oficial não significa que as outras religiões são privadas dos seus direitos. O caso Holandês é um caso híbrido *“onde o princípio da secularização tem sido parte da Constituição por dois séculos, mas onde a cooperação entre o Estado e as igrejas é igualmente bem estabelecido devido a uma longa história de pilarização.”*<sup>105</sup>

Para além destas três opções de relacionamento entre o Estado e a Religião, é importante notar que o Islão pode igualmente ganhar estatuto oficial através de outros meios como é o caso das leis que se destinam à proteção das minorias étnicas.

Finalizando e para melhor compreender o papel da religião na Europa temos de analisar a ideologia secular. O secularismo surge da visão de Auguste Comte no seu livro *A Religião da Humanidade*, de 1851, que *“tipifica a crença no poder do secularismo humano, uma doutrina que confirma o triunfo do ser racional sob as forças da religião (...)”*<sup>106</sup> É nesta sequência

---

<sup>103</sup> Idem, p. 68.

<sup>104</sup> Idem, p. 70.

<sup>105</sup> Idem, p. 74.

<sup>106</sup> Idem, p. 75.

que as manifestações islâmicas na Europa são consideradas suspeitas e por vezes retrógradas, provocando diversas reações emocionais no público. Isto juntamente com o facto de o véu ser visto como um símbolo de rejeição do progresso e da emancipação da mulher provoca a ira de muitos grupos que acabam defendendo a ideologia secular. Na prática, *“A entrada do Islão na sociedade europeia reacende a luta contra todas as religiões.”*<sup>107</sup>

### 5.5. O fator islâmico na Política Externa da União Europeia

Desde o aparecimento do Islão e da sua expansão para o continente europeu através dos impérios que existe uma ligação entre a religião islâmica e a Europa. Até ao século XVIII, a interação e a coexistência pacífica desenvolvia-se numa base de relacionamento mais ou menos igualitária. Esta situação altera-se durante o século XIX quando a Europa sofre significativas mudanças e avanços científicos e industriais, concedendo-lhe poder económico e militar, enquanto o mundo muçulmano se mantém quase inalterado. Assim, *“Esta disparidade emergente acelerou o passo da expansão colonial europeia para terras islâmicas, criando novas formas de interação e novos títulos e relações, cujo legado (...) ainda hoje configuração as dinâmicas das relações europeias com o mundo islâmico.”*<sup>108</sup> Estas relações voltam a sofrer alterações durante o século XX com a forte imigração de muçulmanos para a Europa. O facto de esta vaga de imigração se ter bem estabelecido na Europa resultou no aumento do seu número que culminou com a emergência dos muçulmanos de segunda e terceira geração, fazendo com que a religião islâmica se tornasse na segunda maior religião nos países europeus. *“Estas alterações demográficas também intensificaram a interação entre a Europa e várias partes do mundo islâmico.”*<sup>109</sup> Até porque a forte presença muçulmana força os governos europeus e a UE a considerar os acontecimentos do Médio Oriente de grande importância devido ao seu forte impacto na segurança europeia. Para além disto a Europa aumentou significativamente, nas últimas décadas, a sua dependência energética relativamente a muitas zonas estratégicas do mundo islâmico o que força a que as relações e interações entre a Europa e essas zonas sejam estáveis e equitativas.

É devido a esta relação de dependência que o fator islâmico ganha um papel importante, embora limitado, na formulação da política externa da UE. Este papel é significativo em três níveis: *“(...) estratégico e económico; o papel das comunidades muçulmanas; e o impacto*

---

<sup>107</sup> Idem, p. 76.

<sup>108</sup> S. Hunter (2002) *Islam, Europe's Second Religion*, Estados Unidos da América, Praeger Publishers, p. 258.

<sup>109</sup> Idem.

*que atividades de alguns elementos extremistas tem na relação de alguns Estados-membros da União Europeia com países islâmicos (...).*<sup>110</sup>

Economicamente, a UE depende, confia e mantém fortes relações de parceria com Estados do Médio Oriente que são seus fornecedores de energia. Estas relações económicas permitem-lhe, igualmente, acomodar os seus objetivos políticos e de segurança. Isto porque perpetuar a paz e a estabilidade na sua vizinhança é não só um interesse humanitário como económico, evitando que voltem a ocorrer instabilidades como na Chechénia, no Kosovo e na Bósnia.

Em termos securitários e políticos, o conflito Israelo-Árabe continua a ser a maior causa do radicalismo islâmico e uma forte ameaça à estabilidade regional, situação pela qual a UE tem tentado fortemente evitar encorajando a paz Israelo-Árabe. *“Ao longo dos anos, dedicou, consideravelmente, recursos económicos e diplomáticos apara alcançar esse objetivo. É o maior doador de assistência não-militar à região (...).*<sup>111</sup> Contudo, os muçulmanos europeus têm tido um grande impacto na formulação e configuração da política da UE, deixando claro a sua simpatia pela causa Palestiniana.

A Parceria Euro-Mediterrânea ou “Processo de Barcelona” é outra iniciativa com vista ao alcance da paz na região que consiste num campo de trabalho e discussão independente que pretende ajudar a estabelecer condições a longo prazo para a estabilidade e desenvolvimento económico na região. Esta parceria visa agir numa forma compreensiva de cooperação política e securitária, económica e financeira, social e cultural, entre as duas regiões, isto porque é o único fórum com todos os atores regionais onde estes se empenham no diálogo político. Diálogo que pode ser usado como o modelo de obtenção e construção da paz no Médio Oriente.

Para além da questão energética, do comércio com Estados vizinhos muçulmanos e com outros Estados muçulmanos localizados perto das fronteiras da UE terem aumentado significativamente. A Europa é vista pelos Estados Árabes e Muçulmanos positivamente, bem como o processo de integração europeia num período de pós-guerra é visto como um paradigma de estabelecimento da paz nas constantes disputas regionais.

Assim, *“O aumento da população muçulmana nos Estados-membros da União Europeia desafia os cidadãos e os líderes europeus a forjar novos caminhos de inclusão cultural e*

---

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Idem, p. 259.

*religiosa.*”<sup>112</sup> Como resultado o crescente multiculturalismo europeu está presente na consciência dos europeus.

Até agora, os muçulmanos europeus têm tido pouca influência e impacto nas relações externas da UE. Contudo, a sua presença na Europa tem vindo a influenciar as avaliações dos decisores políticos no que concerne ao mérito de diferentes opções e estratégias. Contudo, *“Esta passividade muçulmana na área da política externa pode alterar-se no futuro, e os muçulmanos europeus podem exercer maior influência na formulação da política externa da União Europeia.”*<sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> Idem, p. 269.

<sup>113</sup> Idem.

## **6. Estudo de Caso – As comunidades islâmicas nos países europeus**

### **6.1. O Islão na União Europeia**

O estudo de caso desta dissertação pretende interpretar através de dados recolhidos através de pesquisa bibliográfica; documental; artigos; periódicos; através de dados obtidos por órgãos institucionais; e ainda, através da coleta de outros dados que se encontrem disponíveis na internet, avaliar o nível e a intensidade de adaptação e integração das comunidades islâmicas nos países europeus.

O estudo de caso parece-me ser o método mais eficaz para compreender este fenómeno social complexo e compreender o significado deste acontecimento real. Este resultará de uma análise comparativa que pretende igualmente perceber quais os países com maior capacidade de acolher e integrar as comunidades islâmicas que se encontram no seu território nacional.

Por questões relativas à sua extensão, este estudo não poderá retratar todos os países da UE sendo que serão analisados dez países nomeadamente: França, Alemanha, Reino Unido, Itália, Bélgica, Holanda, a Península da Escandinava – Dinamarca, Suécia Finlândia e Noruega, Áustria, Espanha, Grécia e Portugal.

### **6.2. França**

De todos os países europeus, a França é o país com mais população de origem muçulmana, “(...) *estimada entre 3,5 e 5 milhões*”<sup>114</sup> de pessoas. Este facto deve-se à história colonial francesa, visto que os sucessivos governos sempre investiram muito nas relações com o mundo árabe, com especial destaque para as ex-colónias como Marrocos, Tunísia e Argélia. É devido a esta situação que a partir dos anos 50, a presença muçulmana em França se tornou uma realidade com base em fatores económicos e demográficos. “*Por um lado, a França teve uma enorme necessidade de mão de obra durante os períodos de conflito militar e de expansão económica. Por outro, o subdesenvolvimento, a pobreza, a elevada taxa de natalidade e a instabilidade vivida nas ex-colónias, deram um grande ímpeto à emigração para França.*”<sup>115</sup> A maioria dos emigrantes que rumavam para França eram homens solteiros, com poucas ou nenhuma qualificações e que se mostravam dispostos a fazer o trabalho que os franceses julgavam repugnante. Estes emigrantes eram uma mais-valia para a classe dirigente francesa pois evitavam a pressão do aumento salarial numa altura em que estavam em crescimento exponencial.

---

<sup>114</sup> S. Hunter (2002) *Islam, Europe's Second Religion*, Estados Unidos da América, Praeger Publishers, p. 3.

<sup>115</sup> M. do Céu Pinto (2006) *O Islão na Europa*, Lisboa, Editora Prefácio, 2006, p. 19.

No início dos anos 70, o período de grande crescimento económico terminará e consequentemente terminará a necessidade dos emigrantes árabes, até porque a França deparava-se agora com um problema diferente: o desemprego. Neste sentido, *“a emigração planeada foi interrompida e foram oferecidos vários incentivos aos emigrantes para regressarem aos respetivos países de origem.”*<sup>116</sup> Porém, esta medida teve o efeito contrário levando os trabalhadores emigrantes a optarem por ficar permanentemente em França, onde pretendiam viver e trabalhar. Consequentemente, e o facto de ter havido impedimento a uma nova vaga de emigração por parte do governo francês, deu-se uma alteração da composição e do carácter da emigração francesa, visto que com base na política de reunião de famílias, a grande maioria dos emigrantes eram constituídos por mulheres e crianças. *“Esta alteração na composição da população emigrante foi a pedra de toque que faltava para o verdadeiro arranque do processo de construção do Islão em França como símbolo de afirmação da identidade de um grupo de pessoas que tinha vindo para ficar.”*<sup>117</sup> O Islão é assim a segunda maior religião na França.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, a França foi palco de polémicas sobre a compatibilidade do Islão com os valores republicanos e democráticos ocidentais, levando a que questões como o uso do véu islâmico ressurgissem em debate na opinião pública e nos meios de comunicação social. Porém, *“Roy considera que os muçulmanos que regressam às origens muçulmanas, na sua maioria, não são fundamentalistas que visam a construção de um Estado islâmico e sim “neofundamentalistas”, na medida em que têm como grande preocupação os aspetos práticos da implementação da Sharia no quotidiano.”*<sup>118</sup> Isto porque a grande maioria dos muçulmanos franceses é absorto ao islamismo político ou radical, seguindo assim uma versão informal na expressão das suas crenças individuais; sendo apenas uma minoria de muçulmanos franceses que se revê nas ideias extremistas.

Económica e socialmente existe um grande número de muçulmanos desempregados e a viver em más condições. Face a esta situação, o governo francês tem tomado medidas de discriminação positiva em relação aos muçulmanos. Criou uma autorização de residência com um período alargado de dez anos, o que permitiu diminuir a ansiedade dos muçulmanos quanto à hipótese de expulsão a curto prazo e os aproximou do sonho de permanecerem legalmente em França. Espera-se também que com o aumento dos nascimentos e das naturalizações como cidadãos franceses contribuam para a melhoria do nível de vida e de

---

<sup>116</sup> Idem, p. 20.

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> Idem, p. 21.

integração na comunidade. Por outro lado, “*o fenómeno dos guetos é de resolução inegavelmente difícil e nada pacífica (...).*”<sup>119</sup> O que mostra problemas de integração na sociedade francesa sentidas pela segunda geração de norte-africanos, problemas que resultaram na instrumentalização do medo que a sociedade francesa tem da militância islâmica. Esta situação levou a que o Islão se tornasse num pólo identitário: muitos jovens herdaram uma visão nostálgica da cultura dos antepassados e procuram uma identidade individual e coletiva.

Neste domínio, existe ainda a influencia exercida pelos países de origem, através do envio de imãs oficiais ou “de embaixada” formados nos países de origem. Estes imãs são objeto de apostas estratégicas dos Estados islâmicos, isto porque, “*Se, por um lado, estes imãs podem desempenhar um papel fundamental no sentido de evitar que os imigrantes se integrem na sociedade francesa e que subscrevam perspectivas mais moderadas do Islão, por outro lado, podem fazer com que os seus compatriotas adiram a interpretações do islão ou a ideologias seculares, muitas vezes consideradas subversivas pelos governos dos seus países de origem, agindo, portanto, como promotores de comunidades islâmicas de cariz moderado e tolerante.*”<sup>120</sup>

Apesar de o governo francês ter tentado criar instituições que representem os muçulmanos e trabalhar estritamente com imãs e mesquitas, nenhum dos modelos conseguiu evitar a segregação nas áreas de imigrantes e a criação de condições favoráveis ao recrutamento de jovens para movimentos radicais. Isto mostra que a dependência dos muçulmanos franceses em relação aos países árabes é patente e as políticas neste sentido tem como objetivo impedir os muçulmanos franceses de se integrarem na democracia, isolando-os da sociedade francesa, para posteriormente serem atraídos e recrutados para uma causa fundamentalista global e para serem instrumentalizados no âmbito do terrorismo de inspiração islâmica.

Porém, e apesar das medidas de discriminação positiva por parte do governo francês, as divergências de interesses dos imigrantes e os dos países de origem continuam a crescer, situação que passa pelo facto de estes ignorarem a necessidade crescente de os muçulmanos aprenderem a língua do país anfitrião e de nele se integrarem, sem perderem a sua identidade cultural e religiosa.

---

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> Idem, p. 22.



Esta situação só mostra que a tática integracional francesa pode não ser a mais apropriada. A isso se junta o facto de a França “(...) reconhecer apenas indivíduos, a título singular, como elementos integrados ou a integrar, e de não reconhecer grupos (...).”<sup>121</sup> Situação que impossibilita reivindicações coletivas levando ao descontentamento das minorias. Outros factos sobre a integração em França relacionam-se com o facto de haver poucos representantes norte-africanos ou turcos na política francesa e de grande parte dos jovens presos em consequência dos distúrbios é descendente de imigrantes dos anos 50 ou 60. “Estes dados demonstram o falhanço do modelo francês de integração da imigração.”<sup>122</sup> Isto porque em França se considera que por interposto da escola e do Estado republicano, todos os que entram no país, rapidamente se tornam cidadãos iguais aos outros, mas na prática o que se verifica é que o fenómeno de ascensão social não existe, em França, como fator de integração.

Para um melhor sistema integracional o Estado francês tem de passar a reconhecer à comunidade muçulmana em França o direito de viver segundo os valores e princípios do islão, de eles serem reconhecidos pelo Estado, e de coexistirem lado a lado e sem confrontações com o secularismo francês. Até porque segundo a lei do Conselho de Estado, de 1992, “a utilização por parte dos alunos de insígnias pelas quais pretendam mostrar pertença a uma religião não é, em si mesma, incompatível com o princípio do laicismo.”<sup>123</sup>

Sendo a França o país europeu com uma maior comunidade muçulmana, é urgente esta integração para que o Islão seja reconhecido como elemento integrante da paisagem religiosa e cultural de França.

### 6.3. Alemanha

Na Alemanha o “Islão é a terceira maior religião, a seguir aos Protestantes e Católicos.”<sup>124</sup> Da comunidade islâmica na Alemanha “2/3 dos muçulmanos germânicos são de origem turca, e os restantes proveem de países no Médio Oriente, Sul da Ásia, Balcãs e da antiga União Soviética.”<sup>125</sup> Sendo que a forte e crescente presença turca na Alemanha resulta da devastação pós-II Guerra Mundial. Com uma Alemanha completamente destruída e com a necessidade de recorrerem à ajuda externa para reconstruir o país, a Alemanha, nas décadas de 60 e 70, recorreu a programas de “trabalhadores temporários”; trabalhadores que viriam

---

<sup>121</sup> Idem, p. 33.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Idem, p. 23.

<sup>124</sup> Idem, p.35.

<sup>125</sup> S. Hunter (2002) *Islam, Europe's Second Religion*, Estados Unidos da América, Praeger Publishers, p. 29.

auxiliar na reconstrução do país mas que finda o seu trabalho deveriam regressar ao seu país de origem. Esta imigração organizada para preencher as necessidades de trabalho temporário levou a que o Estado alemão cria-se uma política de diferencialismo. Isto porque “*as políticas de diferencialismo procuram evitar conflitos, minimizando ou eliminando o contacto da sociedade de acolhimento com as minorias étnicas.*”<sup>126</sup> Os imigrantes temporários eram conhecidos como “trabalhadores visitantes” ou *gasterbeiter*, visto que estes eram inicialmente considerados estrangeiros mas não imigrantes.

A forte migração de turcos para os países da Europa ocidental iniciou-se na década de 60, de modo a que estes imigrantes preenchessem as lacunas criadas pelo rápido desenvolvimento que se deram nos mercados de trabalho ocidentais. Os imigrantes turcos vinham para a Europa a trabalho na expectativa de amealhar dinheiro que lhes permitisse mais tarde regressar a casa e se possível abrir o seu próprio negócio. Assim, todos estes trabalhadores iam sozinhos para os países de acolhimento, porque acreditavam verdadeiramente que a sua estadia seria temporária. Como resultado ao enorme fluxo de trabalho estrangeiro, e com o objetivo de serem criadas medidas que facilitassem a entrada de trabalhadores, a Turquia negociou vários Acordos de Trabalho com os países recetores, sendo o primeiro datado de 1961, precisamente com a República Federal da Alemanha.

Visto que esta situação era considerada temporária nem o país acolhedor, nem o próprio imigrantes, faziam esforços para promover a integração social. Porém, na década de 60, os imigrantes aperceberam-se de que não conseguiam juntar dinheiro suficiente para regressarem no período de tempo previsto e decidiram permanecer mais tempo e mandaram vir as suas famílias. Em consequência, na década de 70, começou a tornar-se evidente que a estadia dos trabalhadores turcos não era mais temporária, visto que “*a grande maioria dos Turcos que ia para o estrangeiro acabava por ficar por um período médio de 10 a 15 anos.*”<sup>127</sup> Na Alemanha muitos desses trabalhadores obtiveram o estatuto de residente permanente e outros obtiveram mesmo a cidadania. Resultado disto, em 2004, “*o número de negócios turcos existentes na Alemanha excede os 59.000.*”<sup>128</sup> Em consequência, o aumento do número de turcos, presente em todas as cidades alemãs, deve-se à reunificação familiar e às altas taxas de natalidade.

---

<sup>126</sup> M. do Céu Pinto (2006) *O Islão na Europa*, Lisboa, Editora Prefácio, 2006, p. 36.

<sup>127</sup> Idem, p. 37.

<sup>128</sup> Idem.

Apesar desta alteração urbana, a Alemanha mantinha a política do diferencialismo e do *Gasterbeiter*. Porém, entre 1960 e 1963, surgiu a necessidade de regularizar alguns aspetos da situação dos trabalhadores estrangeiros residentes e o Partido Social-Democrata, responsável pela pasta dos Turcos residentes, tomou algumas medidas de modo a melhorar a sua situação, nomeadamente: *“começou a fazer-se a conversão dos rendimentos dos trabalhadores para a moeda turca, de modo a evitar o mercado negro; o governo alemão criou uma série de fundos que tinham como objetivo apoiar a criação de associações culturais e, simultaneamente, começou a haver transmissões televisivas em língua turca; o governo alemão incentivou a abertura de consulados turcos nas principais cidades onde estes imigrantes de concentravam.”*<sup>129</sup>

Contudo, o desemprego causado pela crise económica que se veio a sentir na Alemanha não resultou no regresso dos turcos ao seu país, como esperado, mas num desemprego temporário. Para acrescer a esta situação, na década de 70 vive-se o maior fluxo de trabalhadores turcos para a Alemanha, porém esta imigração diferenciava-se por inclui mulheres; mulheres que vinham para trabalhar e mulheres que se vinham encontrar com o respetivo marido. O ano de 1973, *“foi um ano bastante particular porque entraram na Alemanha 103.753 trabalhadores turcos.”*<sup>130</sup> A imigração massiva resultou na adoção de medidas restritivas à emigração. Estas medidas consistiam *“na instauração de barreiras administrativas (...), numa taxa suplementar à contratação de novos estrangeiros (...), e medidas para incentivar o regresso a casa dos Turcos.”*<sup>131</sup> No que diz respeito às medidas de incentivo de regresso à Turquia, estes traduziam-se em medidas positivas quando o estado alemão pagava aos imigrantes o regresso ou em medidas negativas, onde os imigrantes se viam excluídos do acesso aos benefícios de assistência social nas mesmas condições que aos cidadãos alemães ou lhes era recusado alguns dos seus direitos civis como a participação nas eleições locais. Contudo, estas medidas não finalizaram com a imigração mas reduziram-na.

Na década de 80, a situação altera-se quando a Alemanha deixa de ser um país recetor de imigrantes trabalhadores e começa a receber refugiados oriundos do Irão, do Afeganistão, da Turquia, entre outros países; eram assim imigrantes políticos que tinham direito ao estatuto de asilo político. Na década de 90 dá-se uma nova vaga de imigração muçulmana desta vez oriunda da Bósnia, porém com o fim da guerra da Jugoslávia, muitos desses refugiados regressaram ao seu país.

---

<sup>129</sup> Idem, p. 38.

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> Idem.

No início da época dos *Gastarbeiter*, os imigrantes turcos procuravam pensões ou alugavam apartamentos em bairros deteriorados. Contudo, com a chegada das mulheres e filhos, a situação altera-se e os imigrantes mudam-se para casas ou domicílios do tipo familiar. O interesse religioso começa a manifestar-se e intensificar-se e começou a surgir as primeiras mesquitas, estas situadas em zonas industriais, devido a limitações económicas da comunidade. Em resultado, a sociedade alemã começa a mostrar elevada resistência a edifícios de aparência islâmica e “*argumentava que as mesquitas podiam servir como forma de disseminação do fundamentalismo islâmico.*”<sup>132</sup> No entanto, a comunidade muçulmana mostra-se determinada a fazer cumprir os seus direitos constitucionalmente garantidos. Estes imigrantes tinham igualmente o desejo de viverem lado a lado com os seus conterrâneos e como resultado começaram a surgir os guetos turco-muçulmanos com as suas próprias mesquitas.

Os muçulmanos queixam-se da falta de apoio a nível escolar e profissional e afirmam que os seus interesses não são tidos em conta. Na questão da educação o problema “*coloca-se a três níveis: as creches ou infantários; o ensino da língua e cultura alemãs; a educação religiosa (...).*”<sup>133</sup> Tendo em conta que a educação religiosa na Alemanha só pode ser implementada em colaboração com as igrejas e sob a responsabilidade destas, visto o Estado ser neutro no que diz respeito aos aspetos religiosos, a resolução de tal constrangimento é uma tarefa complicada o que resultou num crescente aumento das escolas corânicas, sem qualquer controlo estatal. Porém, nem todos os estados alemães ficaram desinteressados com a problemática e “*em dois Estados, foram criadas medidas com o intuito de acabar com o monopólio das escolas corânicas: em Hamburgo, as crianças turcas recebem 2 horas semanais de educação religiosa, e o estado de Westfália do Norte tentou também introduzir o ensino do Alcorão nas suas escolas.*”<sup>134</sup> Como resultado dos atentados do 11 de setembro de 2001, as escolas corânicas passaram a ser observadas pelas autoridades de segurança e pelos media.

Relativamente ao uso de elementos religiosos em ambiente escolar ou profissional, a questão foi deixada à responsabilidade de cada Estado, sendo que o Estado de Baden-Württemberg foi o primeiro Estado a aprovar uma lei, a 1 de abril de 2004, a proibir o uso do véu islâmico nas escolas, sendo esta decisão baseada na ambiguidade do significado do uso do véu, visto que ele simboliza a opressão da mulher e tal situação não é compatível com a

---

<sup>132</sup> Idem, p. 39.

<sup>133</sup> Idem, p. 40.

<sup>134</sup> Idem.

constituição alemã. Em Berlim proibiu-se quer o uso do véu islâmico, quer de outros símbolos religiosos a todos os funcionários públicos isto porque *“Berlim pretende tratar todas as religiões da mesma forma.”*<sup>135</sup>

Na década de 80, surgiu a necessidade entre os muçulmanos de se organizarem melhor e desta necessidade vão surgir várias entidades de representação islâmica. Porém e apesar do Islão ser a mais forte e a mais organizada de todas as minorias étnicas e religiosas da Alemanha e da grande maioria dos líderes das organizações terem completado o ensino superior na Alemanha, os muçulmanos não têm uma estrutura unificada como as outras igrejas na Alemanha, fazendo com que o seu discurso público se efetue a diversas vozes, tornando-se não produtivo. Esta situação juntamente com o facto de *“o Estado alemão (...) demonstrou interesse em lidar com um organismo representativo dos muçulmanos que sirva de interlocutor e que tenha legitimidade para tratar as questões mais controversas (...) em nome da maioria dos muçulmanos”*<sup>136</sup>, levou a que em fevereiro de 2005, as organizações muçulmanas anunciassem a criação de uma confederação. Esta visa defender os interesses muçulmanos na política e na sociedade e a sua atuação vai basear-se na religião e não na política. *“Contudo, o facto da DITIB”*<sup>137</sup>, a maior de todas as associações muçulmanas, se ter recusado a aderir a esta iniciativa, pode causar alguns problemas ao funcionamento da confederação.”<sup>138</sup> Isto porque o Estado alemão deseja um interlocutor que fale a uma só voz e em representação de todos os muçulmanos e se assim não for, os próprios muçulmanos terão mais dificuldades em fazer valer os seus interesses.

Para além destas situações, a comunidade muçulmana deparasse com um forte sentimento de xenofobia por parte dos alemães. Isto porque os alemães entendem que a mudança de trabalhadores temporários para a situação de permanentes se deve ao facto de os muçulmanos se quererem aproveitar do sistema de segurança social alemão, que garante serviços médicos gratuitos, subsídio de desemprego e reforma. Contudo, as alemães esquecem-se que *“o sistema social alemão, se dependesse somente dos Alemães poderia desmoronar em breve, devido ao envelhecimento da população alemã e às baixas taxas de*

---

<sup>135</sup> Idem, p. 41.

<sup>136</sup> Idem, p. 44.

<sup>137</sup> União Turco-Islâmica – A União Turco-Islâmica é um filial do Instituto Turco para os Assuntos Religiosos, controlada pelo governo da Turquia. Foi criada para contrariar certas associações turcas que surgiam na Alemanha e que visavam desafiar a base secular do Estado turco. A DITIB é adepta de uma visão do Islão mais secular, em conformidade com a filosofia kemalista que informou a criação do Estado turco moderno.

<sup>138</sup> Idem.

*natalidade*”.<sup>139</sup> Mostrando que é a comunidade muçulmana com as suas elevadas taxas de natalidade que sustentam o sistema. Relativamente ainda ao sentimento de xenofobia, Gerhard Schröder “*chamou a atenção dos Muçulmanos para que eles integrem melhor na comunidade alemã (...) os muçulmanos devem demonstrar que acatam e respeitam as regras da democracia alemã*”.<sup>140</sup> Isto porque a vontade da sociedade alemã em integrar os estrangeiros também é condicionada pela vontade destes se fazerem integrar. Sendo que a aprendizagem da língua é fundamental para o diálogo e a consequente integração.

Os *gastarbeiter* acabaram por ser comunidades marginalizadas ao serem excluídos das esferas normais, ao sofrerem restrições legais e ao se sentirem marginalizados, alimentando um sentimento de revolta pela sociedade que os acolheu e existe também um ressentimento por parte dos novos imigrantes islâmicos que têm como objetivo expandir o Islão na Europa e não aceitam viver de acordo com os princípios da civilização europeia. Em resultado é necessário desenvolver esforços no sentido de criar respeito pelas diferenças e tentar desenvolver estratégias de integração dos imigrantes na sociedade, caminhando em direção ao multiculturalismo.

Ao contrário dos *gastarbeiter*, os seus filhos que já nasceram na Alemanha deviam sentir-se mais integrados e parte da comunidade alemã. Contudo, esta segunda geração rejeita a integração e a assimilação que os seus pais desejaram. Esta segunda geração de turcos sente-se pressionada ora pela identidade turca ora pelo ambiente alemão, fazendo com que criem uma identidade própria turco-alemã que se traduz num misto de duas culturas. É nesta sequência, onde a raça e a religião se começam a confundir, que estes jovens ao serem vítimas de racismo e discriminação, visto ainda existir o “*estigma de serem não-alemães, facto que lhes dificulta o acesso ao mercado de trabalho e os impede de aceder a cargos públicos*”<sup>141</sup>, acabam por recusar a integração na sociedade alemã e dar primazia à sua identidade religiosa levando ao surgimento de comportamentos extremistas.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001 os alemães ficaram preocupados com a sua segurança interna e com a vulnerabilidade do país face a ameaças terroristas, especialmente depois de se ter descoberto a Célula de Hamburgo e da confirmação de que os ataques foram preparados e realizados por estudantes árabes residentes no país. Estas preocupações aumentaram “*devido a várias “brincadeiras” (cartas com antrax por toda a*

---

<sup>139</sup> Idem, p. 44 – 45.

<sup>140</sup> Idem, p. 45.

<sup>141</sup> Idem, p. 47.

Alemanha), e também porque se tornava evidente que a al-Qaeda tinha raízes profundas neste país.”<sup>142</sup> Em resultado dos ataques, a Alemanha proibiu duas organizações fundamentalistas: o Hizb ut-Tahrir e o movimento do Califado de Kaplan, em concordância com a lei de 2002 sobre as associações religiosas que abole privilégios de que gozavam as organizações religiosas, como medida antiterrorista.

Com base no facto de os serviços secretos dizerem que existiam “*mais de 31.000 membros ou apoiantes de organizações fundamentalistas islâmicas, algumas delas com contactos à al-Qaeda*”<sup>143</sup> foram criadas e postas em ação medidas que visavam aumentar a segurança interna e a luta antiterror, mas não sem que houvesse um desgaste ao nível dos direitos civis.

Porém, a situação não acalmou e o facto de nos atentados de 11 de março de 2005 em Madrid ter sido detido um marroquino residente na Alemanha, que estava ligado aos atentados, originou que a comunidade muçulmana residente na Alemanha passasse a ser olhada de soslaio pela grande maioria dos alemães.

Apesar de com os atentados de 11 de setembro de 2001 e da “pista alemã” que ligava os atentados e o seu planeamento pela al-Qaeda a partir de Hamburgo, a Alemanha iniciou uma “*Operação Limpeza*” que permitiu às autoridades elaborar uma lista com centenas de *Muçulmanos a ser expulsos do país.*”<sup>144</sup> A Alemanha achava que tinha assim concluído o seu projeto para combater o terrorismo, contudo 11 de março de 2005 prova que a luta está longe de estar concluída e como tal as autoridades alemãs não tem dado descanso aos fundamentalistas islâmicos. Contudo, Gerhard Schröder afirmou que “*os muçulmanos pacíficos nada têm a temer uma vez que ele é o homem que, em 2000, alterou a lei da cidadania*<sup>145</sup> *de forma a possibilitar aos filhos dos imigrantes turcos um mais fácil acesso à nacionalidade alemã.*”<sup>146</sup>

---

<sup>142</sup> Idem, p. 48.

<sup>143</sup> Idem, P. 49.

<sup>144</sup> Idem.

<sup>145</sup> A lei da nacionalidade alemã era, tradicionalmente, baseada no princípio do *jus sanguinis* e não no *jus solis*. Com a nova lei foi facilitada a naturalização de estrangeiros na Alemanha. Com a lei de 2000, as crianças nascidas em solo alemão têm automaticamente direito à cidadania alemã, caso um dos progenitores prove viver na Alemanha há mais de oito anos.

<sup>146</sup> Idem.

#### 6.4. Reino Unido

No Reino Unido a presença das comunidades muçulmanas devem-se ao seu papel de antiga potência colonial. Sendo assim, os muçulmanos britânicos oriundos dos territórios sob administração britânica (colônias como a Índia, o Paquistão e o Bangladesh) e dos territórios protegidos (Chipre, Palestina e Jamaica).

A primeira experiência muçulmana do Reino Unido deu-se com a abertura do Canal do Suez, em 1869, e com a necessidade de recrutar Iemenitas para a marinha mercante britânica. A experiência não se ficou por aqui e entre 1948 e 1972 iniciou-se uma corrente migratória de trabalhadores sul-asiáticos para o Reino Unido que vinham da necessidade de recrutamento de mão de obra estrangeira para *“cobrir as necessidades produtivas da economia do pós II Guerra Mundial.”*<sup>147</sup> Inicialmente estes trabalhadores vinham com condição de imigrantes temporários visto que tinham apenas como objetivo amassar dinheiro para mais tarde voltar para junto das suas famílias. Contudo, em 1962, com a entrada em vigor da Lei da Imigração<sup>148</sup>, os imigrantes começaram a chamar as suas famílias para junto deles levando ao aparecimento dos primeiros grandes aglomerados populacionais muçulmanos no Reino Unido.

Porém, a imigração muçulmana para o Reino Unido não teve apenas razões económicas por base, visto que nos anos 80 e 90 existe uma vaga de imigração para o Reino Unido com base em factos políticos, nomeadamente, os asilados políticos provenientes sobretudo da Península Arábica. É devido a esta vaga migratória que se vai criar o Islão político no Reino Unido que está na origem dos novos movimentos radicais do Islão.

Com base na experiência colonial britânica e nas diferentes vagas migratórias, o Islão britânico apresenta uma grande diversidade étnica devido à diversidade geográfica das suas poses ultramarinas. Sendo que, *“O Islão britânico é constituído por três grupos étnicos dominantes (Paquistaneses, Bangladeshanos e Indianos), e por Árabes, que pertencem maioritariamente ao Islão sunita (85%).”*<sup>149</sup> Para além da enorme comunidade sunita, embora caracterizada pela sua diversidade de visões, o Reino Unido apresenta uma comunidade significativa da variante salafista-wahabista<sup>150</sup> e sendo esta a variante mais radical do Islão,

---

<sup>147</sup> Idem, p. 52.

<sup>148</sup> A Lei da Imigração de 1962 do governo britânico condiciona o direito de residência no Reino Unido à posse efetiva da cidadania britânica. O que significa que para poderem continuar a trabalhar no Reino Unido, os imigrantes teriam de prescindir da sua nacionalidade de origem.

<sup>149</sup> Idem, p. 52 – 53.

<sup>150</sup> Esta visão teve origem no mundo árabe e foi introduzido no Reino Unido por um conjunto de líderes radicais islâmicos exilados em Londres, que formaram, na década de 90, o “Londonistão”.



são estes os “(...) autores morais dos ataques terroristas de Londres, de julho de 2005, e marcam a nova geração de jovens radicais que encontram no Islamismo a sua identidade.”<sup>151</sup>

Apesar do modelo de integração britânica ser baseado no multiculturalismo, as políticas multiculturais britânicas conduziram à autoexclusão das primeiras gerações muçulmanas, visto que “*provocaram o desenvolvimento das redes sociais em torno das mesquitas e o distanciamento dos Muçulmanos em relação à sociedade britânica alargada.*”<sup>152</sup> Resultando na centralização da vida política e religiosa do Islão britânico nas mesquitas. A transferência das competências ao nível da gestão multicultural para os Municípios resultou na criação de um espaço público-urbano definido por linhas étnicas e nacionais, isto resultou com que as primeiras gerações de muçulmanos no Reino Unido tivessem desenvolvido as suas relações com base étnicas e nacionais e não como membros de uma comunidade religiosa.

Esta situação organizacional altera-se em 1989 aquando da publicação da obra “*Versículos Satânicos*” de Salman Rushdie, que a comunidade muçulmana considera um ataque ao Profeta e ao Islão. Este episódio faz com que a comunidade islâmica desperte e começa a agir e a falar em uníssono, levando ao nascimento do Islão político. Assinala-se “*o fim da situação de marginalidade das minorias muçulmanas e a criação de um sentimento de unidade.*”<sup>153</sup> Contudo, “*ao mesmo tempo que a comunidade muçulmana começa a firmar a sua identidade no seio da sociedade civil britânica, os Ingleses (“nativos”) dão mostras de sentimentos de islamofobia (...).*”<sup>154</sup>

O Londonistão designa o estabelecimento em Londres, na década de 90, de uma geração de líderes radicais islâmicos que visam derrubar os governos que consideram opressivos e hereges, nomeadamente os Estados árabes e os regimes ocidentais. Estes neo-islamistas não pretendem “*(...)o fortalecimento da sociedade civil muçulmana no Reino Unido e na afirmação da sua identidade e cultura, mas sim na constituição de uma plataforma geral de apoio à jihad mobilizada para uma ação externa e global.*”<sup>155</sup> Neste sentido não visualizam a comunidade muçulmana do Reino Unido como uma via de relançar o diálogo civilizacional, mas como um centro de recrutamento de jovens para fazer a guerra

---

<sup>151</sup> Idem, p. 53.

<sup>152</sup> Idem, p. 55.

<sup>153</sup> Idem, p. 61.

<sup>154</sup> Idem, p. 56.

<sup>155</sup> Idem, p. 65.

santa. Sendo assim, Londres transformou-se no “*centro do mundo político árabe radical e constitui um santuário do terrorismo internacional.*”<sup>156</sup>

A escolha de Londres para tal efeito deve-se aos seguintes motivos: o Reino Unido não possui uma comunidade muçulmana coesa e estruturada; as comunidades étnicas muçulmanas são autossuficientes, na medida em que possuem as suas escolas, o seu comércio, os seus meios de comunicação sociais, as suas mesquitas e redes de vizinhança, permitindo aos grupos radicais islâmicos beneficiarem de autonomia suficiente para desenvolver as suas atividades e implementar os seus próprios centros de difusão e propaganda política radical, sem temer a intervenção estatal; Londres é um centro político e económico mundial e a liberalização do mercado de capitais permite a entrada e saída de dividendos sem que haja qualquer controlo sobre essas transações – o que permite que as organizações islâmicas funcionem como centro emissor e recetor da ajuda islâmica e como organizações de apoio financeiro à guerra santa contra os infiéis; o regime de asilo britânico permite a entrada de líderes muçulmanos radicais em Londres, “*transformando o Reino Unido na capital do Islamismo radical.*”<sup>157</sup>

Neste sentido, este movimento baseada na corrente salafista-wahhabita é o eixo central da guerra do Islão contra os seus inimigos, o que resulta numa ligação direta entre o terrorismo e o “Londonistão”. Isto não quer dizer que a comunidade muçulmana islâmica seja mais radical que as outras comunidades islâmicas na Europa, mas os extremistas têm mais condições de conseguir operar com sucesso no Reino Unido.

O “Londonistão” têm conseguido o apoio de cada vez mais jovens islâmicos de terceira geração que apesar de já terem nascido no Reino Unido e de possuírem a nacionalidade britânica, adotarem os seus usos e costumes e falarem a língua inglesa, se continuam a ser discriminados, pobres, pouco instruídos e marginalizados na sociedade britânica, ou seja não são aceites como parte integrante do todo nacional. Estas condições fazem com que haja um aumento do extremismo religioso entre os jovens muçulmanos de terceira geração, que procuram assim encontrar e construir a sua identidade com base na religião. Neste sentido, “*os grupos radicais islâmicos surgem como uma panaceia para todos os seus problemas: financeiros, sociais, políticos e identitários.*”<sup>158</sup>

---

<sup>156</sup> Idem, p. 66.

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> Idem, p. 68.

Se por um lado os jovens se sentem marginalizados, por outro lado, as organizações terroristas desenvolvem estratégias de propaganda para os jovens que *“fruto da sua imaturidade, da sua instabilidade emocional e da sua vontade de alterar o mundo, se entregam sem condições à causa islâmica.”*<sup>159</sup> Resultado disto é que surgiu um novo tipo de terrorismo baseado em estruturas informais, entre amigos, através da Internet, em habitações particulares, abandonando a ideia da existência de um quartel-general fixo ou de infraestruturas de treino radical. *“(…)O novo terrorismo forma-se à margem das comunidades muçulmanas e respetivos grupos familiares e baseia-se em pequenos grupos de amigos que estruturam a sua ação através da Internet.”*<sup>160</sup>

Após os ataques do 11 de setembro de 2001 e uma atividade de inspiração racista e nacionalista por parte do Partido Nacionalista Britânica<sup>161</sup> criaram um ambiente de suspeição em relação aos muçulmanos. *“A sociedade britânica vive atualmente sob um clima de desconfiança e verdadeira crispação entre os Ingleses e as minorias, minorias que buscam nas suas comunidades a necessária solidariedade e identidade face a uma sociedade abertamente xenófoba.”*<sup>162</sup> As mostras da islamofobia intensificaram-se com o 11 de setembro quando se registaram diversas agressões físicas e verbais contra os muçulmanos e a destruição de símbolos religiosos, levando a que no *“Terrorism and Community Relations”*<sup>163</sup> se concluísse que os ataques de 11 de setembro são os principais responsáveis pelas mudanças de atitudes relativas aos muçulmanos.

O Reino Unido assume uma política multicultural assente na Lei das Relações Raciais de 1976, *“cujas cláusulas visam sancionar as práticas discriminatórias para com as minorias étnicas.”*<sup>164</sup> Contudo, esta lei define as minorias em termos étnicos e raciais, considerando o aglomerado muçulmano britânico como um universo plural de etnias, independentes entre si, mas legitimadas pelo poder político local e nacional. Isto resulta na “etnização” da religião e não numa integração social, política e económica dos muçulmanos como um todo. No multiculturalismo britânico são os órgãos locais que definem as políticas em relação às comunidades étnicas e culturais, o que significa que a situação das minorias depende da vontade do poder político local em pôr em aplicar medidas de valorização e promoção das

---

<sup>159</sup> Idem, p. 69.

<sup>160</sup> Idem.

<sup>161</sup> Em 2001 registaram-se confrontos entre os muçulmanos e os líderes do partido nacionalista britânico na cidade de Bradford, Oldham, Burnley, Leeds e Stoke-on-Trent.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> House of Commons, Terrorism and Community Relations, sexto relatório da sessão 2004-2005, Londres, 2005.

<sup>164</sup> Idem, p. 57.

comunidades muçulmanas. A definição em termos local têm a vantagem de permitir às comunidades muçulmanas exercer uma pressão mais centrada sobre estes poderes, contudo esta situação não permite que se crie uma plataforma de âmbito regional ou nacional, nem a afirmação da comunidade muçulmana como um todo no Reino Unido.

Outra questão significativa para as comunidades muçulmanas no Reino Unido diz respeito à questão da cidadania e da nacionalidade. Isto porque segundo a Lei da Nacionalidade de 1981, o nascimento em território britânico não confere automaticamente o direito à nacionalidade, exceto se o ascendente (pai ou mãe) for cidadão britânico de pleno direito ou se aí residir de forma legal e permanente. Esta legislação conduz a uma maior dificuldade no processo de integração da comunidade muçulmana na Grã-Bretanha, que não possui um “vínculo de sangue” ao território britânico, resultando que parte da comunidade muçulmana não possui nacionalidade britânica. Contudo, esta situação não impede que a comunidade muçulmana exerça os seus direitos de cidadania, independentemente da nacionalidade.

Neste sentido, o 11 de setembro alterou a atitude do poder político face à comunidade muçulmana que passou a ser observada com preocupação, como uma possível ameaça ao Estado de Direito. Neste sentido, em 2001, o governo britânico aprovou a primeira legislação antiterrorista<sup>165</sup> “*que permite às autoridades britânicas deter, por um longo período e sem culpa formada, os indivíduos suspeitos de atentados terroristas.*”<sup>166</sup> “*Embora esta medida não vise “formalmente” a comunidade muçulmana, são os seus membros e os seus espaços (...) os principais alvos desta legislação.*”<sup>167</sup> Porém, o governo britânico não se ficou por esta medida legislativa e em 2002 aprovou a lei *Secure Borders Safe Heavens*, que introduz testes obrigatórios de cidadania e de língua para os candidatos à obtenção da nacionalidade britânica e impõe limites aos casamentos negociados com o propósito de integrar as minorias étnicas na comunidade nacional.

Contudo, estas práticas são um pouco contraditórias e não deixam claro qual a relação que o Estado britânico quer desenvolver com as minorias muçulmanas no território. Pois se por um lado deseja o entendimento entre o poder e as minorias, por outro lado desenvolve medidas restritivas e de permanente vigilância, como a legislação antiterrorista. É comum, o Estado britânico demonstrar sentimentos de fobia para com as minorias étnicas muçulmanas,

---

<sup>165</sup> Terrorism Act

<sup>166</sup> Idem, p. 59.

<sup>167</sup> Idem.

fobia proveniente dos atentados terroristas de 11 de setembro 2001 e de 2005 em Londres. Nesta questão, os desequilíbrios da integração local também impedem a aceitação dos Muçulmanos como uma comunidade unificada.

### 6.5. Itália

Durante os séculos VII, VIII e IX, a ilha da Sicília apresentava uma enorme importância estratégica e a sua posição geográfica fazia com que fosse extremamente apetecível tanto para os Muçulmanos como para o Império Bizantino. Nesta sequência, em 652, o ataque à ilha, liderado por Mu'awiya ibn Hudaij não foi inesperado. Posteriormente, os muçulmanos virão a beneficiar do assassinato do Imperador Constantino II, a 15 de setembro de 668, que alterou os equilíbrios de poder na região durante um longo período de tempo, fazendo disputar o assédio islâmico à Ilha.

A tomada definitiva da ilha por parte dos Muçulmanos ocorreu numa altura em que as ofensivas islâmicas se tinham tornado mais frequentes, visto que toda a parte leste da costa mediterrânea do Norte de África estava sob domínio muçulmano. Nesta sequência, a conquista de Creta fragilizou ainda mais o Império Bizantino, uma vez que tornava impossível qualquer intervenção rápida por parte de Constantinopla. Face a esta situação, Eufémio, comandante naval bizantino inicia uma rebelião e autoproclama-se Imperador da Sicília. Face a esta insurreição, em junho de 827, o novo imperador solicitou apoio aos muçulmanos Aglabitas – provenientes do Norte de África. No ano de 827 concretiza-se, ainda, uma aliança entre o Reino de Nápoles e os Muçulmanos, levando à conquista da cidade de Brindisi e em 841, da cidade de Bari. No ano de 846 dá-se um movimento expansionista em direção a Roma, porém este sem sucesso. Após vários anos de confrontos pela ilha, em 902 a Sicília fica em mãos muçulmanas, com exceção de Rometta. Desde aqui as ofensivas à ilha multiplicaram-se e nos séculos seguintes concretizou-se a ocupação efetiva. Resultado disto é que a presença muçulmana ia deixando marcas nos territórios. *“O expoente máximo do interesse suscitado pela cultura islâmica é o Imperador Frederico II (1194-1250) (...), Imperador da Sicília e de Jerusalém, que, em vez de prosseguir a política das Cruzadas, como tinham feito os seus predecessores, cultivou, na sua corte de Palermo, (...), a cultura islâmica.”*<sup>168</sup>

A segunda vaga da presença islâmica em Itália iniciou-se na década de 70 e têm estado desde então em nível crescente. Numa primeira fase, a comunidade islâmica que se começou

---

<sup>168</sup> Idem, p. 73.

a formar “ (...) vinha sobretudo de Marrocos, da Tunísia e da Albânia”<sup>169</sup>, posteriormente vieram da Líbia, do Egito, do Paquistão e da Turquia. Em Itália a comunidade muçulmana é composta por 2 grupos: os cidadãos italianos que se convertem ao Islão – estimassem “*que possam ser entre 30 a 50 mil (...).*”<sup>170</sup> – e os muçulmanos imigrantes. Relativamente ao número de muçulmanos presentes no país não existem dados oficiais definitivos, visto a grande maioria entrar de forma ilegal e assim permanecer mas as “*estimativas admitem que possam ser entre um milhão e um milhão e meio os muçulmanos residentes em Itália (...).*”<sup>171</sup> O que significa que não chegam a ser 2% da população total, porém o islão é a segunda maior religião do país. No entanto, o facto de a sociedade italiana ser extremamente envelhecida pode alterar esta situação visto que “*32% das crianças em idade escolar são muçulmanas.*”<sup>172</sup> Para além deste facto, existem indícios de uma possível islamização da sociedade visto que é frequente a celebração de casamentos mistos. “*Através deste mecanismo, a presença islâmica penetra profundamente na sociedade e com um enraizamento de perspetivas muito duradouras.*”<sup>173</sup>

Ao contrário das outras comunidades muçulmanas na Europa, a comunidade muçulmana italiana apresenta características muito distintas: não provêm das ex-colónias; o processo de entrada e estabelecimento é rápido; têm um elevado número de imigrantes ilegais; estão geograficamente dispersos e apresenta uma grande diversidade de países de origem.

As relações com a sociedade maioritariamente envolvente podem ser, segundo Bruno Oliveira Martins<sup>174</sup>, vistas por duas perspetivas: a comunalista – uma sociedade que se concentra mais em si e que se organiza autonomamente; e a integrada – uma comunidade que vê as suas especificidades diluídas na sociedade em que integram. Na realidade italiana não se verifica uma sociedade comunalista devido ao facto de não haver grandes centros de concentração muçulmana, devido à dispersão geográfica, e ao facto de não existirem políticas de apoio ao multiculturalismo por parte do Estado italiano. Porém, também não se verifica a existência de uma comunidade integrada visto que os “*preconceitos de natureza religiosa num país com uma população de 97% de Católicos (...), os efeitos colaterais do 11 de setembro e ainda problemas relacionados com a imigração (sobretudo ilegal) fazem com que*

---

<sup>169</sup> Idem, p. 75.

<sup>170</sup> Idem, p. 76.

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> Idem, p. 77.

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> Idem.

*a integração pacífica desta comunidade islâmica na sociedade civil seja ainda uma realidade muito distante.*”<sup>175</sup>

O facto de a comunidade muçulmana se encontrar dispersa por todo o território italiano faz com que a sua capacidade negocial com o Estado italiano seja muito pouco, visto não ser complicado encontrar consenso e levar os Muçulmanos a falar a uma só voz. Com base neste facto, nos anos 70, foi criada a primeira associação muçulmana em Itália, a Associação de Estudantes Muçulmanos em Itália, na Universidade de Perugia, onde os vários estudantes se organizavam em torno desta associação, “(...) *trabalhando na definição das prioridades de forma a apresentar as suas reivindicações ao Estado italiano.*”<sup>176</sup> Desta iniciativa foram-se multiplicando as associações muçulmanas para diversas áreas, bem como os locais de culto, de onde merece especial destaque a mesquita de Roma, visto esta se encontrar situada muito próxima da sede do Catolicismo e de ser “*o maior espaço de culto muçulmano na Europa.*”<sup>177</sup>

Para além da falta de pressão política, o Islão em Itália depara-se com outra dificuldade. O facto de não existir nenhum centro institucionalizado que defina as regras, a hierarquia ou a doutrina islâmica em geral e a diversidade de correntes islâmicas com costumes, práticas e doutrinas próprias, seja cada vez mais notada e contribua para a dispersão e para a indefinição do Islão italiano.

Segundo o artigo 8º da Constituição Italiana todas as confissões religiosas são iguais perante a lei, e que as suas relações com o Estado italiano são reguladas através de acordos com os representantes dessas comunidades e a proibição da discriminação em função da religião são complementadas pela Lei 286/98. Em função disto, os Muçulmanos baseiam as suas reivindicações ao Estado Italiano na sua situação social e política, reivindicando: o ensino do Alcorão nas Escolas ou o direito de estabelecer escolas próprias com estatuto igual ao de outras instituições; autorização para que as mulheres possam aparecer, nas fotografias dos documentos de identificação oficial, com o cabelo coberto; reconhecimento da sexta-feira como dia de descanso para os Muçulmanos; reconhecimento do direito à oração durante o horário de trabalho; reconhecimento dos casamentos celebrados de acordo com os rituais islâmicos.<sup>178</sup>

---

<sup>175</sup> Idem, p.78.

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> Idem, p. 79.

Após os atentados de 7 de julho de 2005 em Londres, o governo italiano, por iniciativa do Ministro do Interior, Giuseppe Pisanu, criou, em setembro de 2005, a Consulta Islâmica, um órgão constituído por pessoas de cultura e religião islâmica com o objetivo de encontrar um interlocutor que ajude à compreensão das complexidades e dos problemas da comunidade muçulmana, de modo a que a longo prazo possa existir uma comunidade muçulmana pacificamente integrada na sociedade económica e social italiana. Porém, esta atitude e perspetiva não é partilhada pela totalidade do governo italiano. O próprio Ministro das Reformas Constitucionais, Roberto Calderoni, afirmou posteriormente que *“não existe um Islão italiano e nunca poderá existir integração, visto que a lógica dos Muçulmanos compreende um “desrespeito e sobrevalorização das outras identidades.”*<sup>179</sup> Estas divergências de opinião no seio do governo italiano mostram que *“(...)a sociedade italiana está dividida relativamente à comunidade muçulmana e que, qualquer tentativa de organização e regulamentação das suas atividades, terá de percorrer um longo percurso (...).”*<sup>180</sup>

Após os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, espalhou-se um sentimento de islamofobia pela Europa e pelos Estados Unidos da América, e Itália não foi exceção. Para além das seguidas manifestações, este sentimento de islamofobia continua a ser um obstáculo à realização de acordos que pudessem levar à legitimação da comunidade e a uma mais eficaz integração. Desde 2001 que os focos de tensão entre os Muçulmanos residentes em Itália e a sociedade civil têm vindo a aumentar, devido a fatores como a recente necessidade islâmica de se afirmar e de a mesma sentir que em vez de se encaminharem para a integração estão a dirigir-se para o comunalismo e ao facto de na sociedade civil italiana terem crescido sentimentos de intolerância e de preconceito relativos a uma força emergente que poderá mudar a Europa.

As tensões não ficam por aqui e num país extremamente ativo em movimentos terroristas, o risco é uma realidade válida e a especificidade da ameaça requer medidas específicas e neste sentido existe também o desafio de não cair em generalizações precipitadas. Neste sentido, em julho de 2005, entrou em vigor um pacote de medidas antiterrorismo que visam *“(...) facilitar a expulsão do país de suspeitos de prática de atos*

---

<sup>179</sup> Idem, p. 80.

<sup>180</sup> Idem.



*terroristas ou de incremento à violência.*”<sup>181</sup> Sendo que existe igualmente a necessidade de combater o facilitismo da generalização.

A existência de núcleos terroristas em território italiano data da década de 90, sendo que o primeiro atentado contra o World Trade Center, em 1993, e os ataques às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, em 1998, foram planeadas no centro islâmico de Milão e por terroristas que passaram pelo Instituto Cultural Islâmico de Milão. Esta foi, igualmente, “(...)uma das células da Al-Qaeda mais ativas na Europa no pré-11 de setembro, nomeadamente por ser o núcleo responsável pela organização das viagens, para os campos de treino do Afeganistão, de fundamentalistas oriundos de diversas parte da Europa e Norte de África.”<sup>182</sup> Para além de Milão, existem centros de fundamentalismo em Roma, Turim, Bolonha, Nápoles e Carmagnola. Sabe-se que estes centros de terrorismo preparam igualmente ações terroristas com destino ao território italiano, e não sou a territórios estrangeiros. Isto porque, “desde finais de 2001 que têm vindo a público notícias de atentados falhados (...)”<sup>183</sup>, onde Veneza, Roma e o Vaticano se apresentam como os principais alvos. Logo concluisse que à semelhança dos ataques em Madrid e em Londres, estas ações são preparadas dentro do próprio território “(...)mas com a colaboração de elementos que vêm do exterior e que se movimentam permanente de célula para célula, reforçando os laços entre os núcleos fundamentalistas e o cariz global da ameaça.”<sup>184</sup>

## 6.6. Bélgica

A imigração muçulmana para a Bélgica é consequência da colonização francesa no Magrebe. Sendo que a primeira vaga se deu em 1910 e esta foi intensificada nos anos 60, onde se verificou um aumento do número de muçulmanos. Estas vagas migratórias foram apoiadas “(...) por diversos acordos que se celebraram a partir de 1964, bem como de duas convenções bilaterais que regularam a mão de obra vinda da Turquia e de Marrocos, aos quais se seguiram em 1960/70, dois acordos com a Argélia e a Tunísia.”<sup>185</sup> Apesar dos primeiros sinais da presença muçulmana na Bélgica se terem dado numa importante época de desenvolvimento e prosperidade económica no setor industrial, os muçulmanos foram-se alastrando para outros setores de atividade. A consolidação da presença muçulmana, à

---

<sup>181</sup> Idem, p. 82.

<sup>182</sup> Idem, p. 83.

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> Idem, p. 84.

<sup>185</sup> Idem, pp. 85-86

semelhança do que ocorreu noutros países, foi possível graças ao reagrupamento familiar; à constituição de novas famílias que tiveram descendência já em território belga; a chegada constante de estudantes que acabavam muitas vezes por permanecer definitivamente; à chegada de refugiados políticos; e à aquisição de nacionalidade belga por muitos desses imigrantes.

Apesar de só em 1974 a religião islâmica ter sido reconhecida, o Islão conquistou o reconhecimento oficial ao mesmo nível da religião católica, protestante, anglicana, ortodoxa e judaica. *“Este reconhecimento tardio deveu-se a considerações estratégicas ligadas à dependência petrolífera da Bélgica em relação a países árabes.”*<sup>186</sup> O reconhecimento da religião islâmica foi tardio e deveu-se essencialmente à pressão das comunidades muçulmanas residentes na Bélgica que se queixavam constantemente das dificuldades que sentiam devido à falta de reconhecimento por parte do Estado. Contudo, o reconhecimento do Islão, em 1974, não trouxe efeitos imediatos visto não existir um representante muçulmano que funcionasse como interlocutor entre as comunidades muçulmanas e o governo belga. Só em 1998 foi criado um órgão com esse efeito: o Executivo dos Muçulmanos na Bélgica<sup>187</sup>.

Segundo o Executivo dos Muçulmanos e os peritos estima-se que existam na Bélgica *“(...) uma média de 400 mil Muçulmanos. (...) representam cerca de 4% da população do país.”*<sup>188</sup>

A Constituição da Bélgica institui o princípio da separação do Estado e da religião. Contudo, o artigo 181º da Constituição afirma que os benefícios e pensões dos ministros religiosos e dos delegados das organizações que oferecem assistência espiritual, são assumidos pelo Estado. Sendo assim, o princípio do laicismo não representa a separação total do Estado e das religiões. Esta situação do financiamento que é regulada pela Lei de 4 de março de 1870, prevê um sistema de reconhecimento das religiões, sendo que até hoje são seis as religiões que receberam esse reconhecimento oficial. *“A consequência do reconhecimento de uma comunidade religiosa é que as crianças dessa comunidade podem receber educação*

---

<sup>186</sup> Idem, p. 86.

<sup>187</sup> Resultou de um trabalho conjunto entre as comunidades muçulmanas, o Centro para a Igualdade de Oportunidades e o Ministro da Justiça no período de 1993-1996, com o objetivo de criar uma organização representativa da religião muçulmana. Segundo a lei de 3 de julho de 1996 esse órgão teria a missão de preparar ações desenvolvidas por um órgão de chefia da religião islâmica e simultaneamente seria o interlocutor junto dos poderes públicos da Bélgica. Este trabalho em conjunto com os representantes dos governos levou à criação do Executivo Muçulmano na Bélgica, órgão escolhido mediante a realização de uma consulta eleitoral junto dos muçulmanos. A primeira direção foi eleita em 1998.

<sup>188</sup> Idem, p. 87.

*religiosa nas escolas públicas, por professores nomeados pelos representantes da comunidade e pagos pelo Estado.*”<sup>189</sup>

A presença muçulmana na Bélgica cria alguns problemas de integração visto estas comunidades serem socioeconómicas muito desfavorecidas mas socialmente bastante coesas. Com os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001 e o terrorismo islâmico internacional foram levantados inúmeros debates sobre a integração muçulmana na União Europeia. Sendo que a questão de existência de terrorismo na Bélgica despertou com o assassinato do Comandante Ahmed Shah Massoud, a 9 de setembro de 2001. *“Contudo, as investigações levadas a cabo até à atualidade não conseguiram revelar a existência de focos significativos extremistas no seio da comunidade muçulmana belga.*”<sup>190</sup>

Porém, os efeitos desses acontecimentos levam a manifestações de intolerância e de incompreensão entre o Oriente e o Ocidente, tornando mais problemáticas as relações com os muçulmanos. Sendo que após o 11 de setembro se verificaram fenómenos de discriminação e de violência contra a comunidade muçulmana, fazendo com que o vocábulo “islamofobia” começasse a ter uma utilização constante no discurso dos líderes muçulmanos.

Inversamente ao que acontece na Europa em que a questão religiosa passa para um processo de secularização e de privatização, onde o religioso ocupa cada vez menos espaço político, público e cívico das sociedades, no seio das comunidades muçulmanas a religião é parte integrante e continua a ser um elemento fundamental na construção da identidade individual e coletiva. *“Contrariamente ao que afirmavam as teorias da modernização, as identidades étnicas e religiosas dos imigrantes muçulmanos e seus descendentes não passaram para segundo plano com a sua integração na sociedade.*”<sup>191</sup> *“Ainda que 85% dos jovens sejam pouco praticantes, estão muito ligados ao Islão e respeitam, numa proporção significativa (mas de forma seletiva), as normas, tais como as restrições alimentares ou a obrigação de jejuar durante o Ramadão.*”<sup>192</sup> Concluindo-se que a prática religiosa não é tão intensa entre as gerações mais recentes no seio das comunidades muçulmanas. Isto porque se constata uma espécie de desinteresse em relação a rituais e práticas religiosas tradicionais, importadas do país de origem, e se verifica um maior interesse em optar por uma prática religiosa com acesso às fontes e à tradição, bem como integrar-se e adaptar-se ao meio sociocultural belga, tornando-se cada vez mais independentes e autónomos. Esta geração

---

<sup>189</sup> Idem, p. 89.

<sup>190</sup> Idem, p. 92.

<sup>191</sup> Idem, p. 94.

<sup>192</sup> Idem.

mostra estar a par das atividades como conferências, debates, serviços de apoio social e animação cultural. Como resultado “(...) *algumas iniciativas comprovam o alargamento dos quadros de referência e ação dos Muçulmanos belgas através das colaborações a nível europeu.*”<sup>193</sup> Esta situação permite uma maior mobilidade das ideias e poderá dar origem a novas formas de agir e contribuir para uma reforma do pensamento.

Com a sua constituição e a partir de maio de 1999, o Executivo dos Muçulmanos ficou responsável pela gestão administrativa do culto muçulmano e representa igualmente o Islão junto do governo federal, das regiões ou das comunidades. Neste sentido, as responsabilidades do Executivo dos Muçulmanos na Bélgica são inúmeras. Em matéria de ensino, o Executivo está encarregue de elaborar um estatuto para os docentes da religião, de formar os imãs, de elaborar um programa de formação contínua de professores, socialmente, os assuntos mais relevantes da agenda são as esmolarias, as inumações e a integração dos Muçulmanos na sociedade. Culturalmente, a missão do Executivo consiste em gerir a atribuição dos financiamentos para os locais de culto e estabelecer um sistema de controlo da matança ritual dos animais, garantindo o cumprimento das ordenações religiosas no que diz respeito à carne que se pode consumir. Relativamente à comunicação, o Executivo elabora um boletim informativo sobre o Islão e encarrega-se do acesso ao espaço mediático utilizando o tempo de antena atribuído pelas rádios e televisões nacionais.

Esta organização procura responder ao desafio apresentado pela “nova” presença muçulmana e do ponto de vista dos muçulmanos, esta organização não lhes dá apenas acesso ao bem-estar religioso como lhes confere, igualmente, vantagens como a legitimidade face ao Estado e à sociedade.

Tal como acontece em outros países, o Islão belga é alvo de interesses e manipulações dos Estados árabes. Porém, o Executivo Muçulmano na Bélgica assume o papel de interlocutor entre o Estado e as comunidades muçulmanas, tentando desempenhar funções de mediação e de conciliação. Contudo, a existência de algumas disputas no seio das comunidades não têm dado credibilidade ao Executivo nem face às comunidades muçulmanas, nem face ao Estado, de cujo financiamento depende. Consequentemente, o Executivo não têm conseguido avançar num conjunto de dossiers fundamentais. Um dos dossiers importantes é o do pagamento dos imãs que dirigem a oração nas mesquitas, visto terem um estatuto jurídico precário. Durante o mandato anterior foi proposto um programa de formação dos imãs, de forma a integrá-los no contexto belga, contudo o projeto não avançou

---

<sup>193</sup> Idem, p. 95.

devido a falta de financiamento. Outro dossier importante é o do reconhecimento das mesquitas pelo Estado e de todo o processo prévio à sua subsidiação. *“O Executivo deve propor uma lista de mesquitas a ser reconhecidas pelo Estado e garantir o seu financiamento, de forma a que elas disponham de um quadro claro de funcionários.”*<sup>194</sup> O financiamento para esta secção ficou disponível em 2001, contudo as tensões internas e o ativismo político por parte de algumas mesquitas retardaram o processo.

Apesar de uma das funções do Executivo ser elaborar um boletim para ser emitido nas cadeias radiofónicas e televisivas, os muçulmanos ainda têm pouca influência nos media. Esta situação melhorou um pouco com a chegada da televisão árabe Al-Jazeera ou do canal turco – Kanal 7 -, porém estes canais exigem o conhecimento da língua árabe ou turca, excluindo uma grande percentagem da população onde se incluem os muçulmanos mais jovens. Esta situação resulta em parte de negligência por parte dos muçulmanos que continuam a privilegiar meios de comunicação mais privados como a Internet.

## **6.7. Holanda**

Na análise da comunidade muçulmana na Holanda é necessário ter em conta que a Holanda foi uma grande nação colonial e que teve desde muito cedo contacto com a cultura islâmica. Sendo que, *“(...)vivem na Holanda cerca de 700.000 Muçulmanos, sendo ao maiores grupos de origem turca e marroquina.”*<sup>195</sup>

A presença muçulmana na Holanda começou a verificar-se só a partir do século XX, sendo que o maior fluxo de imigrantes ocorreu na década de 60, na então conhecida época da grande migração, isto é, o crescimento económico e a necessidade de mão de obra para o setor industrial e mineiro *“(...) levou os Consulados holandeses a promover o recrutamento temporário de trabalhadores provenientes principalmente da Turquia e de Marrocos.”*<sup>196</sup> Estes trabalhadores eram pouco qualificados e não tinham qualquer ligação à Holanda, levando a que estes imigrantes não tivessem como objetivo uma permanência definitiva na Holanda, pretendendo apenas ganhar algum dinheiro e regressar posteriormente aos seus países de origem. Porém, *“(...) o desnível económico entre os países de origem destes imigrantes e a Holanda, e as oportunidades oferecidas por esta, levaram a que muitos*

---

<sup>194</sup> Idem, p. 97.

<sup>195</sup> Idem, p. 103.

<sup>196</sup> Idem, p. 104.

*imigrantes turcos e marroquinos, decidissem permanecer no país, acompanhados pelas suas famílias.*”<sup>197</sup>

Na década de 70, e apesar do abrandamento do processo de recrutamento de trabalhadores imigrantes, deu-se outra vaga migratória. Desta vez, estabeleciam-se na Holanda os imigrantes provenientes das antigas colônias holandesas, nomeadamente das Antilhas Holandesas, da Guiana Holandesa (Suriname), das Ilhas Molucas e da Indonésia. Estes imigrantes diferenciam-se dos primeiros por virem para a Holanda por motivos políticos e virem atraídos pelos elevados salários e por um nível de vida melhor.

No final da década de 70, surgiram tensões com base no alargamento da permanência dos imigrantes turcos e marroquinos, visto acontecer a reunificação familiar dos imigrantes em grande escala, levando à formação das primeiras comunidades de imigrantes, entre elas as comunidades muçulmanas que começaram a formar as suas próprias organizações e iniciar o processo de reconhecimento da sua cultura e religião.

Outra vaga migratória ocorre nas décadas de 80 e 90, sendo esta uma vaga migratória de refugiados e exilados provenientes do Irão, Iraque, Somália e Afeganistão.

Atualmente, o Islão é a segunda maior religião na Holanda. Mas, “*o aumento do número de imigrantes muçulmanos não produziu efeitos visíveis na sociedade holandesa, porque o aspeto religioso estava virtualmente apagado da sociedade.*”<sup>198</sup> Sendo assim, as relações inter-raciais têm sido caracterizadas pela tolerância e as dificuldades e tensões sempre resolvidas diplomaticamente.

As comunidades muçulmanas na Holanda são constituídas por muçulmanos provenientes da Turquia, Marrocos, Suriname, Iraque, Somália, Irão, Paquistão, Afeganistão e Egito, sendo que estas comunidades se concentram em quatro principais cidades holandesas: Amesterdão, Roterdão, Haia e Utrecht. Organizacionalmente, estes centros sociais e culturais muçulmanos são organizados segundo critérios étnicos criando uma grande diversidade étnica nos locais de culto muçulmano. Contudo, esta diversidade étnica apresenta pontos negativos visto criar oportunidade para a manipulação política, por parte de Estados muçulmanos que colocam os seus imãs responsáveis pelas mesquitas.

A nova geração de muçulmanos, já nascidos na Holanda, não pretende estar ligada às várias versões do Islão e pretendem “*(...) criar condições para o desenvolvimento de um*

---

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> Idem, p. 105.

*Islão Europeu que englobe as várias comunidades étnicas e que seja adaptado às situações particulares do Estado onde residem.*”<sup>199</sup>

Em termos integracionais, a Holanda segue as opções Inglesas e adota o modelo de integração multicultural, o que permite a cada imigrante seguir os seus valores e praticar a sua religião, desde que isso não interfira com a ordem instituída. Este modelo permite a criação de um espírito de tolerância ao mesmo tempo que assegura os direitos individuais.

Exatamente como aconteceu por toda a Europa, após os ataques de 11 de setembro de 2001, as comunidades muçulmanas na Holanda começaram a viver num contexto de hostilidade e constantes ataques, visto o Islão passar a ser temido e odiado. Em 2002, a situação agravasse quando Pim Fortuyn do partido nacionalista sobe ao poder na Holanda. Fortuyn tinha um discurso xenófobo e criticava a política permissiva de entrada de Muçulmanos na Holanda. Este discurso foi igualmente adaptado por outros partidos que defendiam restrições à imigração, verificando-se um abandono do multiculturalismo.

As instituições islâmicas na Holanda, como as mesquitas e as salas de oração, assumem grande importância visto os muçulmanos se identificarem com as instituições islâmicas, não só por os fazerem sentir mais seguros e protegidos, mas também porque estas estão atentas às suas necessidades diárias. Inicialmente, na década de 80, “(...) o governo holandês promovia o auxílio financeiro e algumas igrejas e mesquitas mas estes subsídios foram abolidos, uma vez que iam contra o princípio da separação entre a religião e o Estado.”<sup>200</sup> Neste sentido, o sistema educativo holandês engloba escolas públicas que são da responsabilidade do governo e abertas a todos, e escolas privadas que são organizadas de acordo com determinadas linhas filosóficas ou religiosas. Contudo, as escolas públicas são livres de fornecer instrução religiosa e neste sentido existem escolas primárias e secundárias públicas que inclui no currículo escolar uma disciplina denominada “movimentos religiosos”, “(...) como forma de encorajar os jovens alunos ao entendimento das diferenças religiosas e da tolerância.”<sup>201</sup>

O Estado holandês é secular, visto não existir uma religião de Estado ou laços estreitos entre o Estado e as comunidades religiosas específicas. Contudo, este secularismo não impede “(...) a existência de contactos, cooperação e o apoio financeiro a certas atividades específicas das organizações religiosas.”<sup>202</sup> Porém, estes apoios devem ser disponibilizados a

---

<sup>199</sup> Idem, p. 106.

<sup>200</sup> Idem, p. 107.

<sup>201</sup> Idem.

<sup>202</sup> Idem.

todos os grupos na base da igualdade no tratamento. Constitucionalmente, os muçulmanos são livres de seguirem as suas leis e regras religiosas, contudo a liberdade religiosa está dependente da interpretação e do equilíbrio da mesma com os restantes direitos.

Na realidade holandesa, existem práticas muçulmanas que são suscetíveis de contrariar determinados princípios e de prejudicar os interesses de outros cidadãos como é os casos da circuncisão das crianças sejam do sexo masculino ou feminino; da matança dos animais; do uso do véu; dos feriados e festas religiosas; ou da capelania muçulmana. E é nesta lógica de igualdade e estabilidade social que a sociedade holandesa tem de encontrar soluções para estas práticas. Relativamente à circuncisão das crianças na Holanda a prática ainda não está institucionalizada, “(...) *mas estão em análise algumas propostas com vista à introdução de um programa de formação de especialistas em circuncisão e a introdução de um diploma oficialmente reconhecido.*”<sup>203</sup> No que diz respeito à matança dos animais, as organizações que defendem os direitos dos animais compreendem estas práticas no seio das religiões muçulmana e judaica, apenas alegam que estes métodos de “matança”, como o atordoamento prévio antes do abate ou o uso de uma faca afiada na garganta, estão ultrapassados. Apesar de polémico o uso do véu na Holanda está fundamentado legalmente pela liberdade religiosa e por leis antidiscriminatórias; contudo esta questão tem sido bastante controversa ao longo das décadas porque se existem responsáveis escolares e empregadores que o veem como símbolo de opressão e discriminam as mulheres que insistem em seguir os códigos de vestuário islâmico, existem outros que aceitam o uso do véu nas suas instituições querendo passar uma imagem de multiculturalismo e aceitação da diferença. No que diz respeito aos feriados e as festas religiosas a questão é bastante difícil de resolver porque têm de ser conjugada com todas as festividades das diferentes religiões na Holanda. No caso muçulmano, o Estado holandês não reconhece a sexta-feira como dia santo, não permitindo aos trabalhadores ausentarem-se, com exceção de alguns estabelecimentos comerciais que permitem o encerramento à sexta-feira contrapondo com a abertura ao domingo. Nas escolas, algumas optam por encerrar durante as cerimónias religiosas muçulmanas visto mais de metade das crianças faltarem à escola tendo em conta que as “obrigações religiosas” são legalmente reconhecidas como justificação de ausência. Com vista a obter uma solução mais duradora e estável, “*O Supremo Tribunal estipulou que o trabalhador pode o dia livre por motivos religiosos, e este pedido só pode ser recusado se este feriado provocar algum prejuízo aos*

---

<sup>203</sup> Idem, p. 109.



*interesses da própria empresa.*”<sup>204</sup> A emergência da capelania muçulmana na Holanda é um fenómeno recente e a assistência espiritual tem ocorrido na visita dos imãs a prisioneiros ou pacientes muçulmanos que têm aumento na última década, levando a que na última década tenham “(...) sido realizadas algumas tentativas para responder às necessidades dos Muçulmanos detidos ou doentes, de forma mais estruturada.”<sup>205</sup> As respostas aos vários pedidos têm sido dadas pelos imãs das mesquitas locais que receberam formação para trabalhar em ambientes prisionais e nos hospitais. Nesta situação é importante ter em conta que muitos muçulmanos optam por ser enterrados no seu país de origem mas devido ao elevado custo de transporte e ao facto de nem todos terem seguros que incluem esta “deslocação”, existem crianças muçulmanas que já foram enterradas em cemitérios holandeses. Para resolver esta questão e visto ainda não existirem, na Holanda, cemitérios muçulmanos, devido ao investimento brutal que é necessário para a compra de um terreno apropriado, tem-se reservado secções específicas dos cemitérios públicos para os Muçulmanos.

Como foi referido anteriormente o Estado holandês caracteriza-se pelo princípio laico da separação entre o Estado e a religião. Neste sentido, o Estado não interfere nos assuntos internos das organizações religiosas ou crenças filosóficas, e estas nada interferem com os assuntos do Estado. “*As relações são baseadas nos princípios constitucionais de liberdade religiosa e da não-discriminação.*”<sup>206</sup> Porém, “*em algumas áreas específicas, o Estado facilita e apoia determinadas atividades sociais e culturais das comunidades religiosas, tais como a criação de escolas, as transmissões televisivas e radiofónicas e assistência espiritual, entre outros.*”<sup>207</sup> Neste sentido, o governo holandês considera que a religião ou crenças podem ter uma influência positiva no processo de integração das minorias e é neste sentido que a política de minorias de 1983 do parlamento holandês procura organizar a integração dos estrangeiros através da promoção da participação igualitária na área de emprego, educação e habitação; incitando, igualmente, na sociedade a aceitação da diversidade cultural. Indo de encontro a esta política de minorias deveria ser criada uma sociedade multicultural, onde os imigrantes gozem de direitos e oportunidades iguais aos da população de origem holandesa. Neste sentido, “*o termo integração é o conceito-chave desta política, definindo-se como o processo que torna os imigrantes em parte aceite da sociedade, sem que estes percam a sua*

---

<sup>204</sup> Idem, p. 111.

<sup>205</sup> Idem, p. 112.

<sup>206</sup> Idem, p. 113.

<sup>207</sup> Idem.

*identidade cultural.*”<sup>208</sup> Porém, e apesar de a sociedade holandesa ser conhecida como multicultural, esta apresenta também características do processo de integração através da assimilação<sup>209</sup> visto que “(...) *as políticas governamentais para as minorias em matéria de educação e emprego, incidem sobre o indivíduo imigrante, independentemente do contexto cultural deste.*”<sup>210</sup> Apesar de tradicionalmente as políticas holandesas se processarem numa base multicultural, foi nos anos 90 que as políticas assimilacionistas começaram a crescer na Holanda.

Relativamente à nacionalidade holandesa, esta não é adquirida automaticamente pelos descendentes dos imigrantes nascidos já na Holanda, sendo que estes apenas podem obter a nacionalidade holandesa entre os 18 e os 25 anos e através de uma declaração na qual optam pela nacionalidade holandesa. Contudo, os imigrantes de terceira geração, ou seja os filhos de pais já nascidos na Holanda, obtêm a nacionalidade holandesa de forma automática.

No que diz respeito à participação política dos muçulmanos na Holanda, foi aprovada em 1990, pelo parlamento holandês, uma lei que permite aos imigrantes que residem na Holanda, por um período igual ou superior a 5 anos, participar nas eleições, quer como eleitores quer como candidatos.

Os atentados terroristas de 11 de setembro tornaram mais tensas as relações entre Muçulmanos e não Muçulmanos. Em novembro de 2004, com o assassinato do cineasta Theo van Gogh por um jovem muçulmano de origem marroquina, a situação agravou-se na Holanda. “*O assassinato tem uma visão negativa sobre os Muçulmanos e o Islão, facto que fez aumentar a sensação de insegurança entre os Muçulmanos.*”<sup>211</sup> Este acontecimento trouxe ao de cima, a realidade do radicalismo islâmico na Holanda, fazendo crescer sentimentos de xenofobia. Antes disto, os Serviços de Inteligência e de Segurança Holandesa (AIVD), afirmam no Relatório de 2002, a dificuldade em perceber o nível e a natureza da ameaça do terrorismo islâmico na Europa, sendo que “*o atual recrutamento para a jihad é apenas uma das dimensões de um sistema bastante complexo. O processo de recrutamento não é um fenómeno isolado e está intrinsecamente ligado com questões de marginalização, questões de*

---

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> No modelo de integração assimilacionista, as minorias são integradas totalmente na sociedade através do abandono das suas especificidades culturais, tradições, e da sua própria língua, individualizando a responsabilidade do imigrante ou membro de uma minoria no esforço pela sua própria integração, ou seja, o imigrante procura a igualdade de direitos e oportunidades no espaço público.

<sup>210</sup> Idem, p. 115.

<sup>211</sup> Idem, p. 116.

*identidade religiosa e questões no âmbito de contestação e protesto político.*”<sup>212</sup> Em 2004, a EUROPOL chega à mesma conclusão no seu Relatório Anual, afirmando “(...) *que a Europa é afetada por ameaças externas e internas, distribuídas de forma desigual (...) a al-Qaeda transformou-se, acima de tudo, numa ideologia inspiradora de atos terroristas em todo o mundo.*”<sup>213</sup>

Em 2004, o assassinato de Theo van Gogh acabou com a imagem de uma Holanda tolerante e fez despertar o país para a presença do radicalismo islâmico. Como resultado, no dia seguinte ao assassinato, “(...) *cerca de 20 mil manifestantes reuniram-se para denunciar o crime, tendo sido realizadas 30 detenções por incitamento ao ódio e à violência contra os Muçulmanos.*”<sup>214</sup> Nas semanas que se seguiram ocorreram mais incidentes entre eles mais de vinte incêndios de origem criminosa e atentados à bomba a mesquitas, igrejas e outras instituições.

Neste sentido, é necessário estar atentado ao desenvolvimento do islão radical também na Holanda, visto os jovens muçulmanos holandeses estarem a seguir a linha fundamentalista, tal como os jovens muçulmanos de Madrid e de Londres.

## **6.8. Península Escandinava – Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega**

*“O encontro entre o povo escandinavo e os Muçulmanos acontece por volta do século IX, momento em que as frotas de Dakars vikings rasgavam mares e calcorreavam as estepes com intuitos comerciais.*”<sup>215</sup> Na altura ambos os povos travavam conhecimentos no território hoje correspondente à Ucrânia, Bielorrússia, Rússia e Ásia Central, onde os muçulmanos trocavam bens por moedas de prata. Moedas estas que serão o principal atrativo da Arábia para os Escandinavos, visto na península não existir este recurso mineiro e estes preferirem a prata como valor de câmbio.

Em termos comerciais, os bens eram os seguintes: enquanto que os Árabes vendiam prata, seda, navios, cristal e ornamentos, os vikings tinham objetos pretendidos como peles ou vestuário confeccionado das peles, âmbar, mel, avelãs, falcões, gado, espadas, escudos e escravos. Em sequência, no século X, as rotas comerciais escandinavas foram alargadas até ao Mar Negro e Cáspio e a Bagdade – cidade de enorme importância devido à sua posição

---

<sup>212</sup> Idem, p. 117.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Idem, p. 118.

<sup>215</sup> Idem, p. 122.

geográfica ladeada pelos rios de maior caudal, o Tigre e o Eufrates, no cruzamento de várias rotas comerciais estratégicas, e detentora de um nível elevado de civilização.

Na confraternização entre Escandinavos e Árabes destaca-se o desenvolvimento organizacional árabe, visto estes serem detentores de conhecimentos culturais e científicos que se refletiam na construção civil, no planeamento urbanístico, na exploração agrícola, na atividade comercial e no cálculo matemático. Neste sentido, e com base na natureza cosmopolita da sociedade árabe e o seu elevado nível cultural, a presença dos Nórdicos entre os Árabes não suscitava admiração. Devido à elevada convivência muitos foram os escandinavos que se converteram ao Islão, “(...) *embora transgredissem alguns dos costumes religiosos, como a exclusão de carne de porco da dieta alimentar, e mantivessem algumas tradições pagãs (...).*”<sup>216</sup>

O século XIV foi caracterizado por mudanças políticas significativas na península escandinava, isto porque a Rainha Margarida I da Dinamarca realizou a união do Estado da Dinamarca com a Noruega, a Suécia, a Finlândia, as Ilhas Faroé, a Islândia e a Gronelândia. A união não foi permanente e em 1520, a Finlândia e a Suécia separaram-se; em 1814 segue-se a Noruega; e em 1944, após a segunda Guerra Mundial, é a vez da Islândia adquirir a sua independência. Porém, estas alterações políticas não alteram as relações comerciais entre os povos escandinavos e árabes.

Comercialmente, a Dinamarca exercia o seu poder no Oriente através da Companhia das Índias. A Suécia juntava o poder político ao comercial e estabeleceu relações diplomáticas com o Império Otomano. A ideia e o interesse era criar uma aliança para fazer face ao adversário geográfico comum que era a Rússia. Contudo, a Suécia e a Rússia envolveram-se num conflito armado, resultando em ganhos territoriais para a Rússia, levando a que o rei sueco, Carlos XII, fosse forçado a retirar-se para Bender (atual região moldava) que se encontrava sob domínio do Sultão Ahmet III. O relacionamento entre ambos fortalecesse e em 1577, a Suécia, estabelece a sua primeira embaixada.

Os muçulmanos presentes na Península Escandinava iam à procura de melhores condições de vida, sendo que à Suécia chegaram Muçulmanos de origem finlandesa<sup>217</sup> e à Dinamarca e à Noruega chegaram emigrantes árabes, durante a década de 60.

---

<sup>216</sup> Idem, p. 123.

<sup>217</sup> Estes eram muçulmanos de origem tártara que residiam na Finlândia desde o século XIX, quando esta estava integrada no Império Russo. Estes dirigiram-se para a Suécia não só em busca de melhores condições de vida mas também à vontade de sair da Finlândia devido à sua posição delicada face à URSS.

Na Península Escandinava, o país com maior presença de Muçulmanos é a Suécia numa “(...) média de 250 mil habitantes (...)”<sup>218</sup> provenientes da Bósnia, do Irão, do Iraque e da Turquia. De seguida está a Dinamarca com muçulmanos provenientes da Turquia, da Bósnia, da Somália e do Iraque, que “Atingiram, em 2000, os 122 mil residentes muçulmanos.”<sup>219</sup> Por último está a Noruega, apresentando “(...) um total de 74 mil pessoas (...)”<sup>220</sup> estes vindos da Turquia, da Bósnia e do Irão. De referir que nestes valores constam apenas os muçulmanos emigrantes e não os convertidos ao Islão de nacionalidade sueca, dinamarquesa e norueguesa.

Apesar das variações dentro do próprio Islão e que se encontram presentes na população muçulmana da Península Escandinava, estes encontram geograficamente distribuídos pelas grandes cidades e arredores não numa lógica sectorial do Islão, mas de acordo com a ligação étnica. Da parte dos Estados Escandinavos têm-se verificado incentivos financeiros e governamentais no sentido de criação de medidas e instrumentos de apoio à fixação de emigrantes nas regiões mais interiores, no entanto, os resultados têm-se mantido devido ao facto de serem nas grandes metrópoles que existem maiores e melhores perspetivas profissionais, sendo que na Suécia os muçulmanos concentram-se em Estocolmo e nos arredores, nomeadamente Malmö e Gotemburgo; na Dinamarca a situação é semelhante sendo que estes estão focalizados em Copenhaga, Aarhus, Aalborg, Odense e Roskilde; e na Noruega a organização dos muçulmanos está distribuída entre Oslo, Akershus, Bergen, Drammen, Stavanger e Trondheim.

Tal como se verifica em outros países, na Suécia, na Dinamarca e na Noruega também se foram formando organizações, conselhos e associações muçulmanas tendo em consideração a realidade dos Estados de acolhimento.

Na Suécia, a criação dessas organizações muçulmanas partiram de uma iniciativa estatal que tinha como objetivo sistematizar o Islão. A estas organizações, o Estado sueco concede auxílios financeiros iniciais, “(...) mediante o cumprimento de requisitos formais, como o estabelecimento de um molde institucional comum e uniforme a todas as organizações (Presidente, Secretariado, Quadro, Tesouraria, lista de membros).”<sup>221</sup> Neste sentido, existem atualmente na Suécia, várias organizações, entre elas a União de Congregações Islâmicas na Suécia (1974), a Federação Sueca Muçulmana (1982) e a União

---

<sup>218</sup> Idem, p. 124.

<sup>219</sup> Idem.

<sup>220</sup> Idem.

<sup>221</sup> Idem, p. 126.

de Centros Culturais Islâmicos na Suécia (1984). Estas, formaram, em 1988, o Conselho Islâmico para a Cooperação responsável por gerir os fundos governamentais. Na Suécia existe um jornal mensal, *Salaam*, que trata de assuntos de cariz muçulmano com relevância para a sociedade sueca.

Na Dinamarca existe o Centro Cultural Islâmico (1976) situado na cidade de Copenhaga que apresenta “(...) *funções de ensino e divulgação do Islão, quer para crentes, quer para não crentes, estabelecendo-se assim uma ponte de ligação com a sociedade dinamarquesa.*”<sup>222</sup> Na Dinamarca verifica-se, ainda, um patrocínio pela Liga Muçulmana Mundial, à mesquita de Fredriksberg e à mesquita de Hesingor.

Na Noruega, as primeiras organizações muçulmanas foram criadas na década de 70 e desde 1992 até aos dias de hoje, todas essas organizações estão interligadas entre si e o Estado norueguês através do Conselho Islâmico da Noruega e da Associação Islâmica de Informação. A Missão Islâmica Mundial<sup>223</sup> tem uma presença ativa na Noruega, sendo que causou controvérsia na sociedade norueguesa ao pedir autorização oficial para emitir, na rádio, pública, o chamamento às cinco orações diárias. “*O chamamento será efetuado na mesquita de Gamle Oslo para uma população de 36 mil Muçulmanos e cingir-se-á, de momento, à Oração Comunitária, todas as sextas-feiras, ao meio-dia.*”<sup>224</sup> Contudo, o chamamento para a oração está limitado em termos de conteúdo e não pode passar de um convite para os crentes participarem na oração. Apesar de não ter obtido a totalidade do pedido e pretendido, este “ganho” é um passo simbólico para a comunidade muçulmana presente na Noruega pois indica presença de igualdade na manifestação religiosa, visto as Igrejas cristãs também tocarem os seus sinos, e mantêm acesso o ideal de estender este direito a todas as mesquitas presentes na Noruega.

Em comum nos três países, existem também diversas mesquitas, associações e centros locais de apoio à população muçulmana residente, sendo que estes se encontram organizados e divididos com base na etnia. Estes centros de âmbito local funcionam muitas vezes como escolas, clínicas e postos de acolhimento à população muçulmana local.

Os países da Península Escandinava apresentam uma forte característica integradora da comunidade muçulmana tanto a nível social, económico e político. Em consequência, após

---

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> A Missão Islâmica Mundial é uma organização internacional de cariz humanitário, fundada em 1972, em Meca, na Arábia Saudita, por Maulana Shah Ahmed Noorani Siddiqui, e de tendência sunita. Esta organização presente também na América do Norte, na Europa e na Ásia desenvolve ações de cooperação, auxílio e promoção da paz.

<sup>224</sup> Idem, p.127

as duas Grandes Guerras Mundiais, verificaram-se várias vagas de imigração para a Europa de população muçulmana que vinha em busca de melhores condições de vida. Chegando à Europa estas populações depararam-se com diferenças sociais e religiosas significativas, no sentido em que no Islão todas as áreas sociais, políticas, económicas e culturais estão sobre a alçada religiosa e o mesmo não acontece no Ocidente onde coexistem vários códigos civis, políticos e religiosos independentes entre si. Neste sentido, os muçulmanos residentes na Europa, com especial nos imigrantes de segunda geração, começam a entrar em “conflito” numa tentativa de conciliar o respeito pelos princípios doutrinários da *Sharia* e a necessidade de evolução e acompanhamento da modernidade. Como tal verifica-se uma “(...) *redefinição dos Muçulmanos europeus, através da instauração do Euro-Islão, termo que designa a necessidade da comunidade muçulmana residente na Europa aceitar e agir em favor da valores como a separação entre a Fé e o Estado, democracia, o respeito pelos Direitos individuais e o pluralismo.*”<sup>225</sup> O Euro-Islão pretende o estabelecimento de uma ligação entre ambas as identidades e a afirmação da conformidade, quer com a tradição, quer com a cultura europeia. Apesar do elevado nível integracional que estes países apresentam, surgem questões como o uso do véu que põe em causa esta característica; contudo perante as atitudes de não-aceitação das tradições da comunidade muçulmana, registasse o empenho dos Estados em promover medidas de combate à discriminação e de reforço da integração. Exemplos disso são: na Noruega, em 2004, o proprietário de uma loja de mobiliário despediu uma funcionária por não retirar o véu no local de trabalho, este foi posteriormente forçado a reintegrar a funcionária por uma Comissão de Igualdade; e na Dinamarca deram-se alterações nos uniformes de empresas como a MacDonalds e a fábrica de chocolates Toms, de modo a garantir a liberdade de usar o véu.

Numa perspetiva de construção de uma sociedade multiétnica é fundamental o conhecimento do Outro e é neste sentido que os países escandinavos introduziram no sistema escolar público meios de divulgação e de ensino do Islão e da língua árabe. É fundamental conferir igualdade de direitos a esta religião que ocupa um lugar de destaque nos Estados escandinavos. Contudo, e apesar das medidas tomadas para conferir igualdade, o nível de educação da população muçulmana na Escandinávia encontra-se abaixo das médias nacionais, verificando-se, igualmente, a discriminação em relação às minorias, visto que independentemente dos resultados escolares os imigrantes ou os seus filhos em idade escolar terão sempre de se “contentar” com empregos inferiores.

---

<sup>225</sup> Idem, p. 129.

Governamentalmente têm-se verificado esforços para combater esta discriminação através da criação de instrumentos de apoio à inserção laboral das minorias étnicas e da estimulação da prossecução e conclusão da escolaridade. Até porque, *“Para o Estado, a colocação destes trabalhadores é vital, em termos económicos para diminuir a dependência em relação ao auxílio financeiro institucional e para reforçar a quantidade da população ativa, tendo em conta o acentuado envelhecimento populacional.”*<sup>226</sup>

Estas situações discriminatórias dificultam também a participação política da população muçulmana que não acredita totalmente na utilidade do seu voto como garantia de melhores condições e qualidade de vida. Na prática a intervenção muçulmana na vida política escandinava está num nível inferior ao desejado, tanto a nível local como nacional. Contudo, já se começam a verificar algumas alterações, através das organizações muçulmanas que *“(...)conscientes do seu poder de voto, têm tentado negociar, com os principais partidos políticos, regalias e apoios financeiros para a construção de mesquitas, escolas, e de centros culturais; para a aceitação de cursos universitários e de formação de imãs; para a organização de certas práticas até aqui vedadas, como o abate de animais segundo as regras muçulmanas, ou enterros e cerimónias fúnebres.”*<sup>227</sup>

Por oposição aos primeiros imigrantes muçulmanos, os jovens escandinavos de origem muçulmana exercem o seu direito de participação política de forma ativa, com vista às preocupações sociais e económicas. Destaca-se também a participação feminina muçulmana na defesa dos seus direitos e posições, adquirindo uma voz pública que não têm, tradicionalmente, no seio da comunidade muçulmana.

No entanto e apesar de todos os esforços e projetos desenvolvidos de forma a incluir a população muçulmana na sociedade escandinava continua a ser evidente a discriminação ao nível educacional, do emprego e da participação política, atenuada por uma opinião pública mais hostil e por maiores problemas de identidade social desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e reforçada com os atentados bombistas de 11 de março de 2004, em Madrid, e julho de 2005, em Londres.

Em consequência destes atentados terroristas, na Europa começaram-se a verificar repercussões negativas sobre as populações muçulmanas e embora se tenham assistido a manifestações de rejeição por parte dos dirigentes muçulmanos aos eventos sucedidos, os muçulmanos continuaram a ser vistos como culpados e cúmplices do sucedido. Mas nem tudo

---

<sup>226</sup> Idem, p. 130.

<sup>227</sup> Idem, p. 131.



é negativo e “(...) estas crises recentes tiveram um aspeto positivo porque, pela primeira vez na história ocidental, os Muçulmanos adquiriram uma voz pública.”<sup>228</sup> Na Escandinávia, esta exposição e conhecimento público dos Muçulmanos, poderia ter sido melhor se houvesse uma eficaz organização das várias entidades muçulmanas e se a sua participação política fosse mais significativa. Após o 11 de setembro, os ambientes de segurança nacional modificaram-se numa resposta às ameaças terroristas e como tentativa de eliminação dos grupos operativos ligados à al-Qaeda.

Na Dinamarca tentou alistar-se os imãs residentes para reforçarem a luta contra o terrorismo, ideia que recebeu o apoio da comunidade muçulmana visto esta também estar interessada na construção de uma sociedade mais segura. Na Suécia, o Primeiro-Ministro, Goran Oersson, introduziu um conjunto de medidas antiterroristas e a colaboração e intercâmbio de informação com os Estados Unidos da América, resultando na detenção de alguns Muçulmanos por ligações a grupos radicais islâmicos, situação que levou a um conjunto de protestos por parte dos líderes muçulmanos que argumentavam com discriminação religiosa e étnica. Na Noruega a situação é diferente porque apesar de ser o país escandinavo com menor população muçulmana faz parte de um conjunto de países onde é realizado o recrutamento de *kamikazes* para atuação no Iraque, contra a presença militar estrangeira. Isto porque segundo “(...) Robert Leiken, a Europa é vista pelos radicais como a nova Medina, que (...) servirá como local de recrutamento para a conquista islâmica do mundo (...).”<sup>229</sup> Sendo que esta recruta feita pela al-Qaeda incide especialmente nos jovens de segunda e terceira geração, de preferência na captação de jovens universitários ou que ainda frequentem o liceu.

Na Península Escandinava o esforço de combate ao terrorismo têm sido feito com base num envolvimento de todos os elementos da sociedade através de uma integração real e no esforço do conhecimento mútuo e do diálogo.

## 6.9. Áustria

A presença Muçulmana no território agora conhecido como Áustria existe desde os séculos dezassete e dezoito desde o avanço militar Otomano-Turco pela Europa Central, inclusive pelo Império Austro-Húngaro. Posteriormente e já sob o comando do Imperador Joseph II foi estabelecido um período de tolerância, formalizado com a Declaração de

---

<sup>228</sup> Idem, p. 132.

<sup>229</sup> Idem, p. 134.

Tolerância, que permitiu que uma comunidade de mercadores muçulmanos se estabelecesse em Viena. Como possível consequência, a cultura Oriental como a poesia e a filosofia começaram a tornar-se “famosas” entre os mais altos círculos sociais austríacos.

As lutas constantes entre a Áustria e a Turquia (Império Otomano) foram deixando marcas na sociedade austríaca, sendo que “(...) *o terceiro distrito de Viena é casa para os imigrantes vindos da Turquia e da ex-Jugoslávia.*”<sup>230</sup>

Em 1867 com a Lei Fundamental sobre Direitos Gerais dos Cidadãos foi garantida a liberdade de crença e consciência e dada a independência a todas as igrejas e religiões comunitárias legalmente reconhecidas pelo Estado. Neste sentido, a 20 de maio de 1874, saiu a primeira Lei de Reconhecimento que reconhece legalmente igrejas e religiões comunitárias como órgãos públicos com privilégios especiais como praticar religião em público, independência relativa aos seus assuntos internos e proteção sobre o património comunitário. Sendo assim, o Islão é reconhecido legalmente pelo Estado austríaco desde 1874.

Em 1878 quando a Áustria incorpora oficialmente as antigas províncias turcas, Bósnia e Herzegovina, trouxe mais de “(...) *um milhão de Muçulmanos (...)*”<sup>231</sup> para dentro do governação austríaca. Posteriormente, durante a Primeira República Austríaca (1918-1938), a comunidade muçulmana estava organizada na União da Cultura Islâmica, organização que foi dissolvida, em 1939, pelos Nazis. Durante a Segunda Guerra Mundial e o regime Nazi na Áustria, a Comunidade Islâmica em Viena estabeleceu-se, contudo foi dissolvida em 1948 devido a uma tendência pró-nazi de alguns dos seus membros. De seguida criou-se, em 1951, a Organização dos Muçulmanos Austríacos.

No ano de 1964 foi fundado o Serviço Social Muçulmano por cidadãos austríacos com origem bósnia que tinha como objetivos principais “(...) *providenciar estruturas adequadas (salas de oração e bibliotecas) para os Muçulmanos na Áustria e providenciar assistência social para os refugiados muçulmanos da Europa oriental.*”<sup>232</sup> O passo seguinte foi dado em 1979 com a abertura da primeira mesquita em Viena. Esta estava localizada junto do Quartel-Geral das Nações Unidas em Viena e apresentava ligações à Arábia Saudita fazendo com que muitos crentes se mantivessem afastados. Neste sentido, em 1981, o Serviço Social Muçulmano estabeleceu uma segunda mesquita.

---

<sup>230</sup> S. Hunter (2002) *Islam, Europe's Second Religion*, Estados Unidos da América, Praeger Publishers, p. 142.

<sup>231</sup> Idem.

<sup>232</sup> Idem, p. 143.

Em busca de melhores condições, em 1971, o Serviço Social Muçulmano juntamente com a União de Estudantes Muçulmanos, a Associação Social de Trabalhadores Turcos e a Associação de Estudantes Muçulmanos Iranianos solicitaram o reconhecimento legal do Islão. Como resultado, em 1979, o Islão foi legalmente reconhecido como uma religião comunitária com a sua própria constituição e corpo institucional<sup>233</sup>, levando a criação da Comunidade Islâmica Religiosa na Áustria, sediada em Viena. Esta Comunidade representa os interesses Muçulmanos na Áustria e promove e desenvolve relações entre a Comunidade Muçulmana e o Estado austríaco. Neste sentido, a Comunidade Islâmica Religiosa na Áustria é de muita importância para os Muçulmanos austríacos e representa legalmente a comunidade muçulmana junto do estado austríaco e outras instituições políticas e sociais através do diálogo inter-religioso com o objetivo de uma melhor integração dos muçulmanos na sociedade austríaca. Entre as várias tarefas à responsabilidade desta Comunidade está a de organizar a instrução da religião islâmica nas escolas públicas, desde 1982, assegurando professores qualificados e o recrutamento de assistentes para os imãs.

Socialmente a comunidade muçulmana é muito diversa, tanto a nível religioso, ao verificar-se muçulmanos das diversas linhas e diretrizes do islão, tanto etnicamente, visto estar presentes na Áustria muçulmanos de origem turca, bósnia e herzegóvina, kosovar, albana, egípcia, iraniana, iraquiana, libanesa, liba, marroquina, paquistanesa, tunisiana e síria, que se organiza e divide segundo a sua etnia.

Económica e socialmente as condições de vida dos muçulmanos na Áustria são inferiores aos nacionais austríacos, isto porque na Áustria o sistema laboral dos imigrantes é baseada em “(...) *três diferentes categorias de licenças laborais (...)*”.<sup>234</sup> Sendo que a terceira licença só é concedida após o mínimo de cinco anos a trabalhar na Áustria, sendo esta a categoria que permite uma mais ampla e flexível entrada no mercado laboral. Sendo que, “*Em 1999, 68,385 pessoas estavam registadas como desempregadas.*”<sup>235</sup> Como consequência deste elevado nível de desemprego e de difícil acesso ao mercado de trabalho por parte dos imigrantes muçulmanos, estes vivem em edifícios antigos e com infraestruturas muito pobres, mostrando que a maioria da população muçulmana na Áustria é pobre e vive em condições de carência. Em contraste com esta situação, têm chegado recentemente a Viena vários

---

<sup>233</sup> A Comunidade Islâmica Religiosa na Áustria é representada por três corpos organizacionais: o Concelho Shura – o órgão legislativo; o Concelho Elevado – o órgão executivo; e o Mufti ou Primeiro Imã – o líder espiritual. Em acréscimo, as comunidades religiosas islâmicas regionais são representadas por uma Assembleia Comunitária, por um Comité Executivo Comunitário e por Imãs.

<sup>234</sup> Idem, p. 144.

<sup>235</sup> Idem, p. 145.

académicos e formados provenientes de diversos países Árabes que vem gozar de melhores condições sociais e económicas.

A interação entre os próprios muçulmanos e suas instituições na Áustria deve ser vista num quadro relacional que é definido pelo discurso e pela estrutura dos seus países de origem, ou seja, seguem as suas políticas, as políticas relativas ao Islão e às minorias políticas e as políticas do país anfitrião; o que significa que dentro da comunidade islâmica na Áustria existem muitas divisões representativas da própria sociedade Muçulmana. Na prática isto significa que as políticas, estruturas e atividades da comunidade muçulmana tem-se modernizado de modo a ficar também mais visível e ativa, deixando de ser tão tradicional como se verifica nos seus países de origem. Neste sentido, *“As mais importantes organizações Muçulmanas na Áustria tende a estabelecer “sociedades paralelas” às austríacas.”*<sup>236</sup> Estas organizações pretendem estabelecer grupos de interesse cultural, desportivo e associativo a vários níveis, à imagem dos países de acolhimento, de modo a permitir e garantir uma maior mobilidade social à comunidade muçulmana.

Apesar disto e da Comunidade Islâmica Religiosa na Áustria apresentar funções como centro comum em termos administrativos e ser reconhecida por todas as organizações muçulmanas, esta não é considerada a única organização representativa do Islão na Áustria, sendo que muitas outras organizações muçulmanas na Áustria têm a sua central não só no seu país de origem como em outros países da União Europeia. Estas organizações têm uma grande importância visto que muitas comunidades apresentam um contacto muito limitado com as autoridades dos seus países de origem - por exemplo devido à sua condição de refugiado; e interagem muito pouco com outros grupos muçulmanos.

Dentro da própria Áustria verifica-se os vários grupos das várias vertentes do Islão, sendo que *“A maior comunidade muçulmana na Áustria continua a consistir em Muçulmanos Sunitas, seguidos pelos Alevitas e Muçulmanos Kurdos de origem na Turquia.”*<sup>237</sup> Neste sentido, as interações com outras organizações são determinadas pelas políticas do seu país de origem e pela tentativa de reconstrução de uma identidade, da mobilização e da institucionalização da sua identidade pluralista na Áustria.

Na Áustria os Muçulmanos de origem em países árabes são uma minoria sendo que é necessário ter em atenção quando se fala de Árabes Muçulmanos devido à diversidade dos países de origem. Neste sentido, existe um conjunto de organizações Austríacas-Árabes que

---

<sup>236</sup> Idem, p. 146.

<sup>237</sup> Idem, p. 147.

não fazem qualquer referência à religião, tendo como objetivo promover relações diplomáticas e cooperativas entre a Áustria e os seus países e dar a conhecer à sociedade austríaca um pouco do mundo árabe.

Na Áustria a Comunidade Muçulmana Turca é a maior, e mostra plenamente a diversidade existente em termos étnicos, políticos, irmandade e ligações associativas. Recentemente, as organizações não tem procurado a “aquisição” de mais membros mas têm sim trabalhado para desenvolver serviços e instituições para grupos especiais dentro da comunidade muçulmana, com especial incidência para os jovens e as mulheres. Apesar da grande maioria das organizações Turcas na Áustria terem sido criadas nos anos 70, foi com o aumento dos imigrantes turcos nos anos 90, que os encontros privados com cariz de reuniões foram transformados em associações e organizados em uniões. Sendo que as mais importantes organizações Muçulmanas Turcas são a Federação Islâmica (Milli Görüs), a União dos Centros Culturais Islâmicos e a União Islâmico-Turca para a Cooperação Cultural e Social na Áustria.

A Milli Görüs (MG) foi estabelecida na Áustria durante o início dos anos 80. Sendo que todas as mesquitas e infraestruturas afiliadas a esta ideologia política foram coordenadas pela Federação Islâmica, fundada em 1988. A Federação Islâmica foi estabelecida para responder às necessidades religiosas e sociais dos Muçulmanos Turcos, sendo que a sua estrutura e força institucional foi consolidada graças às relações que mantinha com outros parceiros noutros países europeus. Na Áustria existem vinte e seis mesquitas que são coordenadas pela Federação Islâmica, sendo que estas são organizacionalmente independentes, sendo que cada mesquita é responsável pelas suas despesas e por encontrar contributos financeiros junto da sua comunidade muçulmana local. O projeto sociopolítico da Milli Görüs apoia-se numa ideia de “sociedades paralelas” visto que “(...) *tenta estabelecer instituições que espelhem as austríacas, providenciando aos seus seguidos possibilidade de ter uma mobilidade social ascendentes na sociedade austríaca mas com uma forma de viver Islâmica.*”<sup>238</sup> A Milli Görüs caracteriza-se por ter muito boas relações e facilidades de contacto com a Comunidade Islâmica Religiosa na Áustria e com várias instituições em Viena, porém estas relações não estão institucionalizadas.

A União de Centros Culturais Islâmicos foi fundada em 1980 na Áustria e caracteriza-se por ser um órgão coordenado para garantir a independência legal das mesquitas associativas. Este órgão foi criado devido ao afastamento dos Muçulmanos Turcos do Serviço

---

<sup>238</sup> Idem, p. 150.

Social Muçulmano e da Comunidade Islâmica Religiosa na Áustria, isto é, a tensão constante entre ambas as organizações devido a desacordos no que diz respeito a áreas organizacionais, ao recrutamento de imãs e a associações religiosas islâmicas, levaram a que a própria comunidade muçulmana se fosse distanciando destas organizações. A criação da União de Centros Culturais Islâmicos reverteu a situação, e as relações melhoraram consideravelmente. *“Se a MG pode ser chamada por um grupo islâmico moderno focado na integração muçulmana na Áustria e na Europa, a União de Centros Culturais Islâmicos é uma organização neotradicional focada em assuntos como a educação religiosa e nas necessárias habilidades neste contexto, especialmente para as gerações mais novas.”*<sup>239</sup>

A União Islâmico-Turca para a Cooperação Cultural e Social na Áustria estabeleceu-se na Áustria em 1990/1991 e foi uma reação às atividades limitadas e esporádicas que a Diyanet Turca na Áustria realizou desde os anos 70. Neste sentido, *“o Centro em Viena da União Islâmico-Turca para a Cooperação Cultural e Social representa cinquenta e duas associações independentes e registadas espalhadas por toda a Áustria e fundadas segundo a Lei de Associação.”*<sup>240</sup> Relativamente às relações desta União com a Comunidade Islâmica Religiosa na Áustria, e ao contrário do que se verificou com outras organizações, estas raramente foram tensas, sendo que a principal fonte de desacordo entre ambas deveu-se ao reconhecimento formal dos professores de religião islâmica e dos imãs. Em sequência, o nível de interação entre as organizações muçulmanas é limitada aos níveis formais, oficiais e institucionais de cooperação e criação de alianças. Sendo que para as organizações muçulmana, as suas comunidades e mesquitas associativas têm maior importância do que a própria Comunidade Islâmica Religiosa na Áustria.

Após análise das organizações verifica-se que nenhum apresenta uma estratégia política para os seus membros na Áustria. Contudo, os líderes das diferentes associações apresentam uma opinião política, no sentido em que aconselham os cidadãos austríacos no voto. De salientar também que o facto de nem todos os cidadãos imigrantes terem direito ao voto levou a que muitos líderes políticos se esquecessem da importância destas comunidades, sendo só descoberto o seu potencial recentemente. Isto porque a *“Áustria é o único Estado-membro da União Europeia onde trabalhadores e empregados com cidadania estrangeira não são chamados a votar nas eleições dos vários trabalhos e nos comités relacionados ao*

---

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> Idem.

trabalho.”<sup>241</sup> Neste sentido, foi sentida a necessidade de se criarem Concelhos para os Estrangeiros ou Conselhos para os Imigrantes, a nível dos governos locais.

O nível de comunitarismo entre os Muçulmanos é elevado e o nível de integração social e política entre os Muçulmanos é abaixo do desejado, devido à falta de oportunidades oferecidas pelo sistema legal austríaco e pela sociedade austríaca. No entanto, os esforços institucionais, sociais e políticos por parte das organizações muçulmanas para uma maior e melhor integração na sociedade austríaca têm-se acentuado. As organizações muçulmanas turcas “(...) iniciaram e participaram em atividades ao serviço inter-religioso ou do diálogo intercomunitário, tendo também como objetivo o que eles chamam “encher o vácuo social e organizacional entre o Estado austríaco e a sociedade.”<sup>242</sup> Crê-se que este vácuo pode ser resolvido com elementos islâmicos, visto que se desenvolvem esforços para melhorar e para permitir uma mobilidade social ascendente para os muçulmanos, o que se traduz num grande contributo para a integração da comunidade muçulmana na sociedade.

## 6.10. Espanha

A História de Espanha conta com oito séculos (século VIII ao século XV) de presença islâmica, tendo uma relação longa, complexa e nem sempre fácil com o Islão. Neste sentido, e antes de analisar a atual presença islâmica no território é necessário uma análise histórica e contextual da chegada e do estabelecimento das comunidades em Espanha.

Quando o príncipe Abd al-Rahmân chegou a Córdoba, já a Península Ibérica estava sujeita ao domínio muçulmano desde 711. Nesta cidade, o príncipe, inaugura um governo independente da dinastia abássida, que dominava todo o mundo islâmico a partir de Bagdade. No ano de 756, al-Rahmân restabeleceu a dinastia Omíada a partir do al-Andalus, tentando criar um Estado organizado, política e administrativamente, que incorporasse todos os elementos constitutivos da sociedade andaluza. “O al-Andalus era então uma mistura de povos, culturas e clãs, professando as três religiões monoteístas: o Islão, o Cristianismo e o Judaísmo.”<sup>243</sup> Mostrando que havia lugar para todos nesta sociedade e esforçando-se para manter um clima de concórdia e paz. Apesar dos esforços de al-Rahmân a tarefa não foi fácil já que teve de enfrentar várias revoltas e crises, durante as quais manteve uma postura

---

<sup>241</sup> Idem, p. 151.

<sup>242</sup> Idem, p. 152.

<sup>243</sup> M. do Céu Pinto (2006) *O Islão na Europa*, Lisboa, Editora Prefácio, 2006, p. 138.

imparcial, não tomando partido de nenhum dos clãs. Contudo, não negligenciou a organização de um exército bem treinado.

*“Habitado à atividade cultural e artística de Damasco, Abd al-Rahmân inicia um movimento que entre os séculos VIII e XI fez do al-Andalus um dos dois centros culturais do Mundo, e Córdoba a sua capital.”*<sup>244</sup> Em Córdoba emergiram palácios e mesquitas e a cidade tornou-se um centro ativo de criação de cultura e ensino. No ano de 788 foi fundada a grande mesquita de Córdoba, edifício que foi sofrendo várias alterações, amplificações e transformações durante os anos seguintes, de modo a adaptar o espaço às necessidades de uma cidade florescente. Contudo, quando esta foi transformada numa catedral cristã rompeu-se com a harmonia e apesar da alteração esta ainda é conhecida como *la mezquita*.

Em 912, quando Abd al-Rahmân III sobe ao poder inicia-se a *Época de Ouro* da história do al-Andalus. Durante o seu reinado, de 912 a 961, reprimiu as revoltas, recuperou os territórios perdidos pelos seus antecessores e restaurou a autoridade nas regiões mais a norte do al-Andalus. Este adotou o título de Califa, em 929, como meio de resposta à proclamação do Califado fatímida no Norte de África. A prosperidade iniciada naquele território em 756 atingiu o seu auge com o Califado, sendo os cem anos mais esplêndidos da presença islâmica no al-Andalus, levando Córdoba a tornar-se a cidade mais avançada do Ocidente. *“Os seus palácios recebiam sábios das três religiões, sendo comum naquela sociedade multicultural a existência de Judeus e Cristãos no desempenho de funções governativas.”*<sup>245</sup>

Em 930 iniciou-se a construção da *Madinat al-Zahrâ*, nas proximidades de Córdoba, para residência do Califa, da sua corte e dos organismos estatais. Toda esta cidade-palácio era rodeada por muralhas. Em 941 é inaugurada a mesquita dentro do recinto, cujas obras continuaram com al-Hakam II, filho de Abd al-Rahmân III. Contudo, Al-Mansur deixou esta mesquita ao abandono, para edificar outra mesquita que deveria rivalizar com a primeira, *Madinat al-Zahira*.

O Califa viria a morrer em 961, sucedendo-lhe o seu filho. Al-Hakam II, que continuou a linha de governação do seu pai. Al-Hakam II soube manter a estabilidade política no território e dedicou-se à proteção dos sábios mais destacados. Contudo, quando este morreu em 976, deixou um filho menor de idade que foi proclamado terceiro Califa Omíada sob o nome de Hisham II, mas ficou conhecido como al-Mansur. Al-Mansur estudou jurisprudência

---

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> Idem, p. 139.



islâmica e teve ascensão após a morte de Hakam II, detendo o controlo efetivo do poder durante os anos seguintes. Al-Mansur era um chefe militar implacável levando-o a dirigir várias campanhas contra o norte, onde atacou Santiago de Compostela e empenhou campanhas militares contra os Cristãos no Norte de África. Relativamente ao território sob o seu domínio não foi descurado, aumentando a segurança, melhorou a administração, tornou a justiça mais célebre, melhorou o nível de vida e financiou várias melhorias na cidade. Al-Mansur veio a morrer em 1002, sucedendo-lhe o seu filho Abd al-Malik, que faleceu em 1008.

Foi só a partir do ano de 1008 que começaram a surgir os primeiros sinais de divisões e disputas internas levando Córdoba a mergulhar na anarquia. A guerra civil levou à queda do Califado em 1031. Iniciou-se, assim, um novo período no al-Andalus, com o aparecimento dos reinos Taifas<sup>246</sup>. *“Os chefes destes pequenos reinos procuraram imitar o esplendor da sociedade califal, ao receberem nas suas cortes sábios e artistas, e dando azo ao desenvolvimento das artes e letras.”*<sup>247</sup> Estes reinos em contrapartida mostraram-se frágeis ao permitirem o avanço dos reinos do norte cristão.

No ano de 1085, a última taifa foi tomada por Afonso VI, levando ao aumento do medo das movimentações cristãs e consequentemente a que os reis taifas peçam auxílio aos Almorávidas, no poder em Marrocos. Estes deslocam-se para a península e vencem Afonso VI na Batalha de Zalaca, em 1086. É em sequência que os territórios peninsulares são incorporados nos seus domínios, com o centro no Norte de África. As circunstâncias políticas e a sedução exercida pela cultura e modo de vida do al-Andalus levou ao enfraquecimento dos Almorávidas, sendo substituídos pelos Almóadas.

Esta nova dinastia magrebina com origem em Ibn Tumert impôs no al-Andalus um maior rigorismo religioso e trouxe prosperidade económica. O segundo califa almóada, Abû Ya'qûb Yûsuf prosseguiu as campanhas militares do seu pai, mas ao contrário do anterior, promoveu atividades culturais e o desenvolvimento da filosofia e das ciências. O filho Abû Yûsuf Ya'qûb al-Mansûr herdou o poder em 1184. *“Os frequentes desentendimentos entre os reinos cristãos levaram Afonso IX de Leão a aliar-se a Ya'qub al-Mansûr contra a coligação de Castela, Aragão e Portugal, a quem venceram na Batalha de Alarcos em 1195. Contudo, os cristãos venceram a Batalha de Naves de Tolosa, em 1212, data a partir da qual o domínio*

---

<sup>246</sup> Reinos partidários.

<sup>247</sup> Idem, p. 140.

*do Islão na península começa a recuar.*”<sup>248</sup> Os cristãos vieram a conquistar Córdoba, em 1236, e Sevilha, em 1248. A conquista de Sevilha teve o apoio do rei Muhammad Ibn al-Ahmar de Granada que ao ver-se rodeado pelas forças cristãs, ofereceu os seus serviços em troca da manutenção do seu poder na cidade.

Contudo, o domínio dos Nasridas perdurou em Granada, através de uma política em que procuravam manter o equilíbrio de poderes entre Castela, Aragão e Marrocos. Levando a que, enquanto na península estalaram uma série de lutas dinásticas e em Marrocos novas dinastias subiam ao poder, os soberanos daquele reino iam mantendo o seu estatuto, ora pagando contribuições a Castela, ora fazendo acordos comerciais com Aragão. Porém, esta situação não impediu que fossem sofrendo ataques dos Cristãos, que se vieram a tornar constantes quando os reis Fernando e Isabel sobem ao poder.

Em 1238, os Nasridas iniciam a construção de Alhambra, cujas obras se prolongam até ao século XIV. Contudo, e apesar dos Acordos de Capitulação<sup>249</sup> do último reino muçulmano em Espanha terem sido assinados meses antes, a 2 de janeiro de 1492, os Reis Católicos entram em Alhambra. Os Reis Católicos permitiram a liberdade de manter a fé islâmica, sendo que quem fez essa escolha ficou conhecido como mudéjares e os que optaram por se converter ao Cristianismo ficaram denominados por mouriscos. Contudo, houve quem se manifestasse contra esta manutenção da situação de coexistência; enquanto uns Cristãos se opunham à existência de uma minoria que pertencia ao povo que os havia dominado durante oito séculos, havia os líderes religioso muçulmanos que achavam uma desonra a sujeição a um soberano de religião diferente. Apesar destas opiniões e reações contrárias, mudéjares e mouriscos viveram tranquilamente durante um longo período de tempo.

A situação só se agravou quando os Cristãos começaram a exigir a expulsão dos Judeus. Em 1502, a situação agravasse de tal maneira que aos mudéjares de Granada é apresentada apenas a alternativa da expulsão ou do batismo e em 1525 a medida é aplicada a todos os mudéjares presentes em Espanha. *“A maioria aceitou o Cristianismo, mas isso não os impediu de serem discriminados e perseguidos pela Inquisição.*”<sup>250</sup> Tal situação levou a que muitos se dirigissem para o Norte de África. Em 1609 a situação culmina quando Filipe II

---

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> Em 1491, Mohammad XI e os Reis Católicos negociaram a rendição de Granada, nas mãos dos Nasridas quase há três séculos. Este acordo enunciava os termos de rendição da cidade, salvaguardando o estatuto de dignidade de milhares de Muçulmanos que lá habitavam. Em contrapartida por acatarem a autoridade dos soberanos católicos, eram dadas aos Muçulmanos garantias de proteção, segurança, autonomia e respeito pela fé, a qual poderiam continuar a praticar abertamente, ao mesmo tempo que mantinham os seus direitos de cidadãos.

<sup>250</sup> Idem, p. 141.

ordenou a expulsão por motivos políticos, resultando na deslocação de milhares de pessoas que vão procurar refúgio no sul do Mediterrâneo.

A fusão étnica e religiosa que caracterizou a civilização do al-Andalus deixou na história o nome de numerosos pensadores, cientistas, poetas e artistas que com eles traziam as influências, as modas, as ciências e as técnicas que por aquela altura marcavam presença na sociedade dos Ábassidas. Neste sentido, o al-Andalus exerceu um importante papel, ao servir de elo de transmissão da ciência e filosofia grega à Europa cristã, o que veio permitir a transição entre a Idade Média e o Renascimento. O que significa que a Europa dificilmente teria atingido o grau de desenvolvimento que alcançou, se não tivesse primeiro usufruído dos conhecimentos que os Árabes reuniram nos mais diversos ramos. Sendo que posteriormente muitas obras foram traduzidas do árabe para o latim de modo a serem dadas a conhecer a todo o Ocidente. A filosofia teve lugar de destaque e veio a extinguir-se no Oriente durante o século XI, permanecendo ainda no Ocidente como ramo de eleição. A medicina era uma das ciências mais importantes para os Muçulmanos, tanto que “(...) *todos os grandes filósofos terem sido simultaneamente médicos.*”<sup>251</sup> Na altura, tudo o que se sabia sobre o corpo humano provinha das descobertas gregas e “*os árabes, não tendo levado a cabo muitas descobertas, inovaram nas áreas relacionadas com o exame e diagnóstico de doenças.*”<sup>252</sup> Numa relação treita com a medicina desenvolveu-se a botânica. “*Ibn al-Baytar foi o mais famoso neste campo, tendo elaborado um livro onde organizou alfabeticamente cerca de mil e quatrocentas plantas medicinais, o qual terá grande influência durante o Renascimento.*”<sup>253</sup> Nestas contribuições hispano-árabes destacaram-se, também, a matemática e a astronomia.

Ao contrário do que sucedeu durante o domínio muçulmano, em 1609, logo após a expulsão dos últimos muçulmanos, a coexistência entre as diversas comunidades religiosas em Espanha começou a apresentar sinais de deficiência. No século XX e sob a ditadura do General Francisco Franco, a convivência também não era a melhor visto que a falta de liberdade dificultava a existência de outras comunidades religiosas que não fosse a católica.

Espanha, país tradicionalmente emigrantes por não apresentar condições atrativas para receber trabalhadores de fora, altera a sua “tradição” ao começar a receber imigrantes do Médio Oriente e do Norte de África, logo após o fim do regime de Franco. Na mesma altura “(...) *tiveram lugar as primeiras conversões ao Islão de cidadãos espanhóis.*”<sup>254</sup> Resultando

---

<sup>251</sup> Idem, p. 142

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> Idem, p. 143.

<sup>254</sup> Idem.

no aparecimento de uma comunidade de Muçulmanos. Atualmente estima-se que as comunidades<sup>255</sup> muçulmanas em Espanha sejam “constituídas por cerca de 800 mil indivíduos, mas é impossível determinar a dimensão da imigração ilegal (...)”<sup>256</sup> Dentro da comunidade islâmica em Espanha distinguem-se aqueles com cidadania espanhola – aqueles que se converteram ao Islão e aqueles que passaram por um processo de naturalização; e os que não têm esse estatuto. Ambos apresentam origens e trajetórias diversas, vivem em condições sociopolíticas e económicas diferentes, que se refletem no impacto que têm na comunidade espanhola, e na forma como se relacionam.

A comunidade de imigrantes muçulmanos começou a tomar forma no fase final da ditadura do General Franco com a assinatura, na década de 50, de vários acordos culturais com o Egito, Iraque, Irão, Jordânia, Líbano, Síria e Marrocos, que previam o intercâmbio de estudantes. Posteriormente, as relações com estes países continuaram a ser incrementadas o que possibilitou a chegada por primeiros imigrantes provenientes de países do Médio Oriente como a Síria, o Líbano, a Jordânia e o Iraque. Em 1977 chegaram refugiados políticos da Palestina e a partir de 1979 começam a chegar refugiados Iranianos devido à revolução no Irão e posteriormente Iraquianos em fuga do conflito. Todos estes imigrantes vinham com ideia de transformar a sua estadia em Espanha como uma passagem para outros países europeus contudo, muitos acabaram por ficar. Mais tarde começaram a chegar imigrantes de outros países árabes, asiáticos e da África Central. Felizmente, a integração social e profissional destes grupos imigrantes decorrem sem problemas, sendo que “*Muitos destes elementos ocupam hoje cargos de gestão, executivos, técnicos e profissionais liberais. Pertencem à classe média, e grande parte deles têm cidadania espanhola, o que reflete a sua boa integração na sociedade de acolhimento.*”<sup>257</sup>

Durante a década de 1960 chegou, também, a Espanha um pequeno grupo de imigrantes marroquinos com caráter ilegal e transitório visto muitos considerarem Espanha como meio de chegar a países como a França, a Alemanha ou a Bélgica. Contudo, com o encerramento das fronteiras em 1973, muito dessa população acabou por se fixar em Espanha. Este estabelecimento marroquino coincidiu com o abandono do caráter tradicional de país de emigração e com a intensificação do êxodo da população rural para as cidades. A partir da

---

<sup>255</sup> Em Espanha falasse em Comunidades Muçulmanas e não Comunidade devido à heterogeneidade de nacionalidades, etnias e culturas; o estatuto socioeconómico e os vários graus de integração social; as divergências políticas e sociais e a sua dispersão espacial.

<sup>256</sup> Idem, pp. 143 – 144.

<sup>257</sup> Idem, p. 144.

década de 80, inicia-se em massa a imigração para Espanha devido a esta se começar a tornar um país atrativo para quem procurava melhores condições de vida. É a partir de aqui que começa a crescer a diversidade cultural e nacional na comunidade muçulmana. Nesta situação, nunca se pode descurar, o facto de a este cada vez maior número de imigrantes se seguir processos de reunificação familiar e de nascimentos no seio da comunidade já em solo espanhol.

Esta imigração deve-se principalmente a motivos económicos, ou seja à deterioração da economia nos países de origem ou a crises sociais acentuadas. Visto que, *“a quase totalidade destes imigrantes é proveniente de estratos populacionais que se situam na base da pirâmide social e com baixo nível de instrução.”*<sup>258</sup> Como tal, estes procuram trabalho nos setores não-especializados da economia e constituem uma das classes sociais mais marginalizadas. São as precárias condições de vida e as diferenças culturais que criam obstáculos à integração na sociedade espanhola.

A imigração espanhola veio a debate político no fim da década de 90 quando havia a ideia de que se a imigração era necessária para colmatar o problema do envelhecimento populacional, era desejável que esses imigrantes viessem de países com afinidades culturais, linguísticas e religiosas. Paralelamente a esta discussão e opinião foram surgindo vários episódios de xenofobia e racismo para com muçulmanos.

Inicialmente estes imigrantes identificaram-se pela sua nacionalidade e não pela sua religião o que juntamente com o facto de Espanha ainda não estar dotada de estruturas que pudessem lidar convenientemente com a situação, dificultou a integração dos imigrantes. Contudo, a situação altera-se entre 1985 e 1991. Em 1985 a legislação espanhola é adaptada à legislação comunitária e entre em vigor uma lei sobre os direitos e liberdades dos estrangeiros que pretendia praticar uma política de controlo de entrada e saída dos imigrantes e lutar contra a imigração ilegal. Desde essa data e até 1991 foi possível legalizar a condição de muitos muçulmanos. *“Aproximadamente 13 mil marroquinos adquiriram cidadania espanhola (...).”*<sup>259</sup> Contudo, durante a década de 90 continuaram os processos de legalização permitindo *“(...) que mais de 200 mil muçulmanos, muitos dos quais provenientes de bolsas de imigração ilegal, formalizassem a sua situação em Espanha.”*<sup>260</sup>

---

<sup>258</sup> Idem, p. 145.

<sup>259</sup> Idem, p. 146.

<sup>260</sup> Idem, p. 147.

Em Espanha o fenómeno da conversão assume especial importância, com destaque para na década de 70 nas províncias que tinham sido centros históricos do Islão em Espanha: Córdova, Granada e Sevilha. Isto porque “*muitos convertidos foram fundadores e lideram hoje várias instituições muçulmanas (...)*.”<sup>261</sup> Em Espanha os convertidos assumem função de ligação com a sociedade em geral e vão gradualmente transferindo para as segundas gerações de muçulmanos os seus papéis nas associações religiosas e culturais. O casamento levou à existência de algumas conversões visto que, apesar de um muçulmano poder casar com qualquer mulher, independentemente da sua religião, um homem de outra religião para casar com uma muçulmana, tem obrigatoriamente de se converter ao Islão.

Em Espanha as comunidades muçulmanas são maioritariamente pertencentes à corrente Sunita, sendo que os poucos Shiitas encontram-se dentro da comunidade iraniana e alguns convertidos.

A preocupação de institucionalizar a religião islâmica e assinalar a sua presença em Espanha veio juntamente com o estabelecimento dos primeiros muçulmanos no século XX. Neste sentido “*o número de instituições e associações islâmicas existentes na atualidade reflete a enorme diversidade desta comunidade, em termos étnicos, nacionais, culturais, sociais, económicos e religiosos.*”<sup>262</sup> Estas instituições pretendem representar e defender os interesses das comunidades muçulmanas e como tal estas instituições vieram tentar dar resposta às necessidades dos muçulmanos, independentemente de estas serem de ordem religiosa e cultural ou de ordem socioeconómica. As atividades destas instituições foram despertando interesse nos corpos diplomáticos dos países muçulmanos e árabes, levando a que surgissem novas associações e ajuda financeira para aquelas com as quais têm maiores afinidades culturais ou nacionais. A ajuda económica proveniente desses países destina-se ao desenvolvimento de atividades culturais e religiosas e à construção de mesquitas ou outros edifícios. Contudo, existe algum receio que os Estados que as apoiam, exerçam tentativas de manipulação sobre estas associações. Até porque a questão do financiamento é o grande problema das associações islâmicas porque para além das contribuições das embaixadas, os recursos financeiros das mesmas provêm das contribuições dos próprios membros e de ajudas provenientes de organizações islâmicas internacionais, fazendo com que as associações se deparem muitas vezes com dificuldades em continuar com as suas atividades religiosas ou de

---

<sup>261</sup> Idem.

<sup>262</sup> Idem, p. 148.

apoio à comunidade. Correndo o risco “(...) de se fomentar apenas as visões e ideias veiculadas por algumas dessas embaixadas e organizações.”<sup>263</sup>

A Constituição de 1978 ao estabelecer a separação entre o Estado e a Igreja Católica permitiu o reconhecimento de outras religiões, sendo que só desta maneira – a existência oficial por parte do Estado – algumas as comunidades religiosas conseguiram adquirir certos direitos e garantias legais. Contudo, o facto de a presença islâmica em Espanha ser constituída por diversas e pequenas comunidades dificultou a definição de uma posição comum e tornou evidente que era necessário existir um interlocutor, legitimado por todas as associações, para se chegar a um acordo de cooperação com o Estado Espanhol. É assim que surge, em 1989, a Federação Espanhola de Entidades Religiosas Islâmicas (FEERI) como resultado da união de várias associações. Contudo, alguns grupos opostos criam, em abril de 1991, a União das Comunidades Islâmicas de Espanha (UCIE). Um ano depois estas duas organizações sofreram uma fusão resultando na Comissão Islâmica de Espanha, que conseguiu juntar diversas tendências divergentes.

O Acordo de Cooperação entre a Comissão Islâmica de Espanha o Estado Espanhol, de abril de 1992, surgiu como consequência do crescimento das comunidades e do crescente papel social que estas assumiam e não devido a uma consciência histórica. “*Este acordo confirmou o reconhecimento do culto muçulmano e da sua diversidade em Espanha*”<sup>264</sup> e trata questões relevantes para os muçulmanos e preocupasse em facilitar a prática religiosa, ou seja, com este acordo é garantido aos trabalhadores a possibilidade de saírem uma hora mais cedo durante o Ramadão, de se ausentarem para assistir às orações de sexta-feira, entre outras coisas. “*Contudo, para usufruírem deste direito, têm que contar com o consentimento das entidades patronais.*”<sup>265</sup> O que não torna linear a aplicação prática do Acordo e mostra que em efeitos práticos ficou um pouco aquém das expectativas.

Há medida que as comunidades islâmicas foram adquirindo visibilidade e reivindicando um papel social e político mais ativo na sociedade espanhola, foram surgindo sinais de existirem tendências fundamentalistas em alguns divisões da sua população, assistindo-se à implementação de algumas correntes como o Salafismo e o Wahabismo. “*Estas correntes entraram em Espanha por intermédio de alguns indivíduos que, inspirados*

---

<sup>263</sup> Idem, p. 149.

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> Idem, p. 150.

*por uma interpretação radical das fontes do Islão, se declaram defensores de um aprofundamento da fé e rejeitam os valores ocidentais.*”<sup>266</sup>

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 iniciaram-se um conjunto de investigações que vieram confirmar a existência de grupos radicais islâmicos em Espanha, estes com ligações a redes internacionais. Como resultado da investigação, as autoridades espanholas concluíram que os focos extremistas estão presentes pelo menos desde 1994. Contudo, tudo indicava que estes centros fossem a retaguarda de grupos de inspiração salafita que operavam em outros países europeus. *“Contudo, a presença de dois dos terroristas que perpetraram o ataque de 2001 em Tarragona, dois meses antes da execução daquele atentado (Mohammed Atta, o cabecilha do grupo e Ramzi Binalshibh), é a prova que eles encontraram neste país uma importante infraestrutura de apoio àquela ideia criminosa.*”<sup>267</sup> Desde então, as investigações levaram à descoberta de importantes células radicais em Espanha, muitas ligadas às redes internacionais da al-Qaeda e inclusive que uma das células esteve ligada ao planeamento dos atentados de 11 de setembro.

*“As provas recolhidas pelas autoridades mostraram que Espanha constituía uma importante base logística, de financiamento, lavagem de dinheiro, recrutamento de operacionais e fornecimento de documentos falsos (que permitem total liberdade de movimento) a diversos grupos e indivíduos, muitas vezes já referenciados pelas autoridades de outros países.*”<sup>268</sup>

O ataque de Madrid, a 11 de março de 2004, mostrou que Espanha não acolhia somente as células adormecidas e que estas não apoiavam apenas atividades que tinham como plano de ação outros países e regiões do mundo mas que era certa a presença de militantes capazes de desenvolverem um plano de ataque e arranjar os meios materiais e financeiros para os executarem. Este atentado terrorista que chocou toda a Espanha e abalou as comunidades muçulmanas aí presentes foi justificado, pela política externa de José Maria Aznar de apoio à invasão do Iraque. *“Alguns dos responsáveis pelos ataques de Madrid estavam ligadas aos radicais que, em maio de 2003, tinham levado a cabo o atentado em Casablanca, após o qual fugiram de Marrocos.*”<sup>269</sup> Os grupos extremistas em Espanha, tal como nos outros países, colhem simpatizantes através da exploração dos sentimentos de exclusão e falta de horizontes que afetam muitos dos elementos das comunidades islâmicas.

---

<sup>266</sup> Idem.

<sup>267</sup> Idem, p. 151.

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> Idem, p. 152.



De modo a combater também este desvio de jovens para correntes extremistas é de destacar a importância da formação dos imãs - visto que muitos deles também professam discursos radicais no seio das suas mesquitas; uma vez que estes são os líderes religiosos que transmitem princípios e valores islâmicos às novas gerações que nascem, crescem e são educadas no seio de uma cultura diferente. Ou seja, é de extrema importância o modo como as diversas visões são transmitidas aos jovens bem como o modo como estes são ensinados a conjugar a sua cultura e religião com a do país de acolhimento.

### **6.11. Grécia**

As ligações entre o mundo Muçulmano e o mundo Helénico iniciaram-se nos primeiros séculos do Islão. No século IX o Califa Abássida Al-Mamûn estabeleceu a Casa da Sabedoria (Bait al-hikma) e acumulou estudos gregos e muçulmanos com o objetivo de traduzir os conhecimentos e trabalhos científicos e filosóficos helénicos para Árabe e criar uma síntese entre as civilizações Helénica e Muçulmana. Só devido a este facto foi possível redescobrir clássicos gregos pelos Europeus, situação que veio contribuir, posteriormente, para o Renascimento. Para além deste fenómeno, houve também uma relação comercial na época medieval que permitiu um aumento do intercâmbio cultural. Contudo, as relações Greco-Muçulmanas nem sempre foram pacíficas e marcadas pelo construtivismo intelectual e trocas comerciais. A conquista de Constantinopla em 1453 pelo Sultão Otomano Muhammad, o Conquistador e a expansão Otomana a sudeste Europeu, incluindo a Grécia, marcou um longo período de tensão e animosidade entre os dois mundos. Esta experiência teve um grande impacto na definição do carácter das relações Greco-Turca, marcadas por longos períodos de tensão. Contudo, nos últimos anos as relações Greco-Turca tiveram melhorias significativas, que assim continuando podem favorecer as relações da Grécia com o restante mundo muçulmano. Até porque, a Grécia tem conseguido com sucesso estabelecer relações cordiais com outros países árabes e muçulmanos, realidade facilitado pelo facto de a Grécia não ter tido um passado colonial.

A questão da existência de uma comunidade muçulmana na Grécia é controversa. Enquanto uns defendem que a criação dessa comunidade única e com liderança reconhecida é desejável e que isso iria permitir que a comunidade muçulmana se tornasse num lobby mais poderoso e com maior habilidade de negociar com o governos, outros defendem que caminhar para a existência de uma única comunidade muçulmana iria criar inibições pessoais e fazer com que as pequenas minorias étnicas e religiosas fossem dominadas por outras de maior

tamanho, isto porque os muçulmanos gregos não constituem um grupo etnicamente e culturalmente homogéneo. A presença muçulmana na Grécia consiste numa pequena minoria proveniente da Trácia<sup>270</sup> Ocidental e em muçulmanos imigrantes.

A vaga de imigração de muçulmanos na Grécia começou quase 20 anos depois da imigração nos outros países europeus, apenas quando a economia grega começou a prosperar e a Grécia passou de um mercado exportador para um mercado importador. A vaga iniciou-se na década de 70 com a chegada de trabalhadores africanos e asiáticos, principalmente paquistaneses, chegaram à Grécia. Contudo, foi na década de 80 que começaram a chegar trabalhadores em massa, sendo que muitos chegaram ilegalmente. Na década de 90, os imigrantes albaneses estavam em maior grupo entre os imigrantes, contudo havia números significativos de imigrantes de países do Médio Oriente, do Bangladesh, do Paquistão e do Irão. Contudo, “*não há estatísticas oficiais em relação ao número de muçulmanos a viver na Grécia porque os censos gregos não incluem questões de filiações religiosas.*”<sup>271</sup>

Em termos de segurança, a questão das aspirações turcas em se ligarem à minoria muçulmana da Trácia gera uma análise da segurança grega. Isto porque alguns extremistas turcos aclamam uma intervenção na Trácia de modo a liberar os seus conterrâneos da opressão. Porém, até agora, essa visão extremista não é apoiada pelo governo Turco. Contudo, o governo e a sociedade grega aperceberam-se que a minoria muçulmana da Trácia tem sido vítima de discriminação e como tal têm desenvolvido medidas e condições para acabar com esta situação. “*O comportamento do Estado Grego pode ser explicado pela muito ativa propaganda e outras atividades suspeitas do consulado Turco na região e pelos sentimentos irredentistas expressos pelos membros líderes do Grupo de Língua Turca da minoria.*”<sup>272</sup>

A participação política dos muçulmanos na Grécia tem de ser analisada segundo dois grupos: a minoria muçulmana da Trácia Ocidental e os imigrantes muçulmanos. Os muçulmanos da Trácia são cidadãos gregos e como tal tem todos os direitos civis e políticos desde a assinatura do Tratado de Lausanne, ou seja, tem o direito de estabelecer associações, uniões e partidos políticos bem como o direito de votar e de serem eleitos. O facto de este grupo de muçulmanos estar concentrado numa região geográfica específica resulta numa

---

<sup>270</sup> Os egípcios habitavam a Trácia desde metade do século XI e a história indica que tenham abraçado o Cristianismo abandonando a sua língua e cultura. Contudo, quando a Trácia ficou sob a alçada do império Otomano, na metade do século XIV, muitos egípcios cristãos converteram-se ao Islão, embora outros tenham permanecido fiéis ao Cristianismo. Quando o Tratado de Lausanne foi assinado em 1923, reconhecendo a República da Turquia como sucessora do extinto Império Otomano, os muçulmanos egípcios e outros de origem turca e búlgara foram excluídos pela população, tornando-se na minoria muçulmana da Trácia Ocidental.

<sup>271</sup> S. Hunter (2002) *Islam, Europe's Second Religion*, Estados Unidos da América, Praeger Publishers, p. 178.

<sup>272</sup> Idem, p. 180.

elevada representação local e nacional, para além de existir sempre candidatos muçulmanos na grande maioria dos partidos. Contudo, estes muçulmanos não estão totalmente integrados na sociedade grega e isso nota-se logo pelo programa educacional visto que o governo grego e a sociedade em geral “(...) não insistiram sobre a helenização linguística e cultural da comunidade muçulmana, embora sejam cidadãos gregos.”<sup>273</sup> Bem como, “(...) as horas de estudo dedicadas à língua Turca comparadas com o número de horas dedicadas à língua grega falada é a razão principal para a não integração dos alunos muçulmanos dentro das estruturas do sistema nacional de educação grego.”<sup>274</sup> Estas ações podem contribuir para preservar a identidade e a especificidade cultural desta minoria contudo, são as mesmas ações geram a marginalidade social destes muçulmanos.

No caso dos imigrantes muçulmanos na Grécia a situação é diferente visto não terem representação nas instituições a nível local e nacional. Contudo, é possível que estes imigrantes formem grupos que representem os seus interesses e trabalhem como lobbys para a comunidade junto às autoridades locais e nacionais. O facto de muitos destes muçulmanos pretenderem, um dia, regressar ao seu país de origem, traduz-se no interesse limitado dos mesmos em estabelecer qualquer tipo de instituição ou organização na Grécia. Contudo, se os imigrantes gregos, em sintonia com os restantes imigrantes na Europa, abandonarem o desejo de regressar ao país de origem, vai ser inevitável a criação de infraestruturas religiosas, culturais e educacionais.

Ao contrário da minoria muçulmana da Trácia, o grau de integração dos imigrantes muçulmanos na sociedade e na política grega depende de vistos e de autorização de trabalho. “Isto deve-se, principalmente, ao facto de a constituição grega garantir um número de direitos to estrangeiros que entram no país legalmente mas praticamente nenhum direito aqueles que entram no país sem permissão oficial.”<sup>275</sup> Contudo, o facto de a grande maioria dos imigrantes estar ilegal tem as seguintes consequências: os imigrantes ilegais não têm acesso aos serviços públicos; legalmente não têm direito a qualquer forma de hospitalização, embora geralmente sejam aceites nos hospitais gregos; não estando registados não podem estudar em nenhuma instituição educacional; estão muitas vezes envolvidos em atividades criminais e a grande maioria vive isolado e em guetos.

---

<sup>273</sup> Idem, p. 182.

<sup>274</sup> Idem.

<sup>275</sup> Idem, p. 183.

A 30 de junho de 2000, o governo socialista grego, de acordo com o artigo 7º da Lei sobre assuntos da preparação dos Jogos Olímpicos de 2004 e outras disposições, aprovou a construção do primeiro edifício de grande escala, o Centro Cultural Islâmico e a Mesquita de Atenas. A construção de tal edifício traduz-se na legitimação da presença muçulmana na Grécia, uma vez que até à data os muçulmanos a viver em Atenas praticavam a sua religião em casas convertidas, casas de trabalho e lojas. Esta lei pretende o estabelecimento de um espaço de culto, estudo e informação. Contudo, a construção deste edifício levantou opiniões muito controversas, sendo que as reações podem ser divididas em três categorias: reações dos membros do parlamento e de partidos políticos; reações da Igreja Ortodoxa Grega e reações das autoridades locais e cidadãos. Dentro do Parlamento as opiniões divergem essencialmente não contra a construção do edifício mas na lei em que se encontra agrupado, no modo de financiamento e na escolha do local. Já da parte dos partidos políticos, muitos deputados mostram-se contra a construção do edifício por motivos ideológicos e há quem seja da opinião que a construção de um edifício de tal envergadura significa a construção de um centro de terrorismo internacional, identificando o Islão em geral com extremismo. No que toca à opinião da Igreja Ortodoxa Grega esta está de acordo com o Parlamento, apoiando a construção do Centro Cultural Islâmico e da Mesquita de Atenas, contudo, alguns membros do clero mostraram-se desde o início contra a ideia da construção da mesquita no distrito de Peania, considerando ser um perigo para a população local, visto considerarem este local como pertencente ao seu espaço religioso e habitado maioritariamente por ortodoxos. Relativamente às autoridades locais todas, com exceção do perfeito de Peania, se mostraram contra a construção do Centro Cultural Islâmico e da Mesquita de Atenas, sendo que as maiores objeções diziam respeito ao encorajamento de um grande número de imigrantes muçulmanos em se estabelecerem na zona e que tal se iria traduzir na diminuição da qualidade de vida e na erosão dos valores de propriedade; que na zona não existia um número significativo de muçulmanos que justificasse a construção do edifício naquela zona; e que a construção de uma mesquita em Peania não era só culturalmente mas estilisticamente inadequado. Nesta categoria apenas alguns cidadãos apoiavam a construção do edifício na zona dizendo que isso não iria afetar a região ou os habitantes locais comparando mesmo a mesquita ao ashram Hindu que já existia na área e que nunca causam problemas.

A Grécia como país etnicamente e religiosamente homogêneo e com uma história recente de imigrantes muçulmanos, ainda não está pronta para dar respostas adequadas a diversas situações religiosas e culturais. Mostra disto foi a incapacidade do Estado Grego e da

sociedade em lidar com o multiculturalismo quando surgiu o assunto do estabelecimento do Centro Cultural Islâmico e da Mesquita de Atenas e só quando o debate veio a público é que muitos cidadãos ganharam consciência de que os muçulmanos presentes no país precisavam de um local de culto. Ou seja, até à data a sociedade grega ainda não se tinha apercebido que o Islão era já uma religião doméstica e não um fenómeno estrangeiro.

O desenvolvimento de uma sociedade multicultural é um processo difícil. Contudo, *“a Grécia pode beneficiar tendo em conta não apenas os muitos problemas sociais que surgem da presença muçulmana mas também muitas oportunidades importantes como a revitalização dos laços culturais e comerciais de longa data entre a Grécia e o mundo muçulmano, quer numa base bilateral ou no quadro da Parceria Euro-Mediterrânea<sup>276</sup> que esta presença pode criar.”<sup>277</sup>*

## 6.12. Portugal

A relação de Portugal com o mundo muçulmano e o Islão não se reduz à presença de muçulmanos nas suas ex-colónias ou às comunidades islâmicas em Portugal, na atualidade. É uma relação bem mais longa e complexa visto que a própria criação do país resultou deste processo de lutas, conflitos e desejo de domínio sobre o Outro. Contudo, o passado conjunto entre Portugal e o mundo muçulmano não foi feito apenas de guerras e movimentos expansionistas, existe também um passado de troca de saberes, alianças, influências e intercâmbios entre os dois mundos.

*“A islamização do al-Andalus ficou-se a dever a um longo processo de aculturação das populações, especialmente as urbanas, a uma nova realidade cultural e religiosa, a qual foi acompanhada pela abertura de novas rotas marítimas e de novos mercados.”<sup>278</sup>*

Inicialmente, o processo de arabização da sociedade não foi muito significativa principalmente nas zonas periféricas como era o *Gharb* (Ocidente da Península Ibérica). Contudo, a situação altera-se com o Califado de Córdoba, sendo que existe uma aceleração do processo de arabização que só foi possível devido à acalmia social nessas regiões.

---

<sup>276</sup> A União Europeia estabeleceu um quadro de cooperação multilateral com os países da bacia mediterrânea, que abrange os aspetos económicos, sociais, humanos, culturais e as questões de segurança comum. Esta parceria assenta num espírito de solidariedade e de respeito das especificidades próprias de cada um, completando assim outras iniciativas a favor da paz, da estabilidade e do desenvolvimento da região. Esta Parceria Euro-Mediterrânea concretizou-se com a adoção da Declaração de Barcelona pelos Estados-Membros da União Europeia e pelos doze países terceiros mediterrâneos: Argélia, Chipre, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestiniana.

<sup>277</sup> Idem, p. 187.

<sup>278</sup> Idem, p. 156.

*“O Gharb assume-se como um território individualizado e com algumas particularidades no contexto do al-Andalus. Estando afastado dos centros decisórios de Córdoba, Granada e Sevilha, esta região resiste às tentativas de centralização por parte dos emires e califas.”*<sup>279</sup> Neste momento, o Rio Tejo era a linha separadora entre o norte, menos islamizado e arabizado, e o sul, com uma maior presença de populações muçulmanas. O al-Andalus teve prática na incorporação dos territórios do Norte em regiões islamizadas através da negociação do estatuto das populações residentes; ou seja, as populações residentes para garantirem a sua autonomia eram obrigadas ao pagamento de tributos: *“o kharaj, para conservarem as suas terras e bens, e a kizya para manterem a sua religião.”*<sup>280</sup> Neste sentido, designavam-se por moçárabes aqueles que aceitavam sujeitar-se à dominação islâmica mas que continuavam a professar a sua fé e estes foram uma presença constante em todo o território peninsular até ao século XII.

A sul do Rio Tejo, os processos de islamização e arabização foram mais intensos, o facto de ser um território mais próximo do mar Mediterrâneo tornou-o mais recetivo às influências vindo do exterior. Os principais pólos económicos do *Gharb* e as suas zonas mais densamente povoadas estavam localizadas nas regiões de Lisboa e Algarve.

*“A presença muçulmana no Gharb pode ser dividida nas seguintes etapas, delimitadas por importantes datas que marcaram a história do al-Andalus: de 711 a 1031 com o início da invasão berbero-árabe, representada tradicionalmente pela batalha de Guadalete, até à queda do Califado do Córdoba; de 1031 a 1091 com a proliferação dos reinos taifas até à queda do reino Abádida; de 1091 a 1250 com o domínio das dinastias magrebins até à conquista do reino de Faro por Afonso III, que assinala o fim da islamização do Gharb.”*<sup>281</sup>

No ano de 755, chega a al-Andalus o príncipe Abd al-Rahmân e aqui se proclama emir independente e funda a Dinastia Omníada de Córdoba. Nesta altura, o Gharb era dominado por clãs iemenitas e sírios, que ao verem a sua posição em risco, desenvolvem um conjunto de revoltas para resistirem ao poder cordovês. Em 763, o chefe do clã dos Yahsubi proclama-se representante da dinastia de Bagdade no al-Andalus, numa rebelião que se estende a todo o território ocidental. Contudo, esta rebelião, tal como outras que lhe seguem, é esmagada pelo emir.

---

<sup>279</sup> Idem.

<sup>280</sup> Idem, p. 157.

<sup>281</sup> Idem.

Nos séculos IX e X, desenvolve-se outro movimento de resistência por uma família de muladis (convertidos ao Islão). Os Banu Marwan conseguiram várias concessões por parte do emir, nomeadamente o poder de cobrança dos impostos, consagrando a soberania dos muladis na região. Neste sentido e com o intuito de manter o seu poder e autonomia, Ibn Marwan incentiva alianças quer com o poder de Córdoba, quer negociando com os cristãos do Norte. Contudo, a invasão de Évora pelo rei Ordonho II, em 913, e consequente ajuda oferecida por Abd ar-Rahmân III, garante a este califa o poder numa região que sempre rejeitou qualquer domínio externo. Durante o califado, o Gharb fica ofuscado pelo brilho de outras cidades do al-Andalus e sem grande protagonismo.

A partir de 1008, a deterioração do Califado tem um forte impacto no ocidente peninsular que volta a ganhar expressão política e cultural. A manifestação de diferentes interesses regionais conduz à fragmentação do território em vários reinos politicamente independentes entre si – as Taifas.

A primeira taifa do Gharb surgiu no ano de 1022, em Badajoz, quando Ibn al-Aftas toma o poder e inicia a dinastia dos Aftácidas. Esta taifa era um dos reinos mais importantes, visto abranger todo o território que ia do Rio Douro a Beja, cidade disputada entre os Aftácidas e a dinastia de Sevilha. Quando o fundador desta dinastia morre, em 1045, é o seu filho al-Muzzafar que sobe ao poder, fazendo, seis anos depois, a paz com o reino de Sevilha. Contudo, em 1057, com uma série de perdas territoriais o rei é obrigado a pagar tributo aos cristãos.

A taifa de Ossónoba, atual Faro, foi dirigida por uma família da região, os Banu Harun, com a ajuda dos muladis que ali existiam. Em 1052-54, este reino é absorvido pelos Abádidas.

A taifa de Mértola, de Ibn Tayfur, durou apenas quinze anos, após o que se aliou à dinastia de Badajoz com o objetivo de enfrentar o poder crescente de Sevilha. Contudo, em 1044, também Badajoz fica sob domínio de Sevilha.

A última taifa surgiu em Silves, considerada uma das cidades mais importantes do Ocidente, e que teve grande destaque na fase final da islamização. Contudo, esta foi anexada à taifa de Sevilha, em 1063, sendo al-Mutamid, filho do soberano sevilhano, nomeado seu governador.

Na segunda metade do século XI, as ambições territoriais de al-Mutadid, da dinastia de Sevilha, levam-no a controlar quase todo o Gharb. Após a sua morte, em 1069, sobe ao poder o seu filho, al-Mutamid. Este que até então estava responsável pelo governo de Silves,

deixa o seu amigo e poeta, Ibn Anmâr, no seu lugar. Contudo, apesar de esta ser o reino mais forte vai ser constantemente debilitado pelas lutas constantes com os Aftácidas e pelas pressões crescentes dos reinos cristãos.

*“Os cristãos tentavam enfraquecer os reinos muçulmanos através da celebração de acordos, com os quais impunham o pagamento de tributos. Tanto al-Muzaffar, como al-Mutamid, tiveram de pagar um tributo a Afonso VI de Castela para manterem a paz.”*<sup>282</sup> Contudo, isto não impediu os reis cristãos de continuarem a atacar estes territórios. Em resultado, e para tentar enfrentar as investidas cristãs, al-Mutamid é obrigado a pedir ajuda a Yûsuf Ibn Tâshfin, emir almorávida no Norte de África. Este vem para a península em auxílio de al-Mutamid e acaba por vencer o rei de Leão e Castela. Contudo, o medo que o crescente poder de Yûsuf Tâshfin inspira nos soberanos das taifas, leva a que estes tentem fazer alianças com Afonso VI. Como tal e no âmbito desses acordos, al-Mutamid oferece ao rei cristão a sua filha, Zaida, em casamento, ao que o soberano cristão responde com o envio de um exército. Porém, al-Mutamid sai derrotado pelos Almorávidas. Como retaliação pela traição, o soberano e toda a sua família são deportados para Marrocos, vindo al-Mutamid e morrer em Agmat, em 1095. A morte deste rei e notável poeta, com fortes ligações ao Gharb, marcou o desaparecimento de um dos expoentes máximos da cultura do al-Andalus.

*“Deste regime de autonomias locais ficaram muitos vestígios. Apesar de ter sido um período de grande agitação e conflitualidade, as Taifas permitiram o fortalecimento dos circuitos e rotas económicas inter-regionais e a proliferação dos espaços de cultura, à semelhança dos que tinham outrora existido em Córdoba.”*<sup>283</sup> Neste sentido, e embora tenham existido alguns períodos mais problemáticos, Muçulmanos, Cristãos e Judeus sempre coexistiram no mesmo espaço sem grandes tensões. Contudo, os Almorávidas ao chegar ao al-Andalus impuseram um clima de intolerância religiosa.

Os Almorávidas apenas exerceram poder entre 1091 e 1117, sendo que durante este período desenvolveram várias campanhas militares que levassem à tomada de Sevilha, Lisboa, Badajoz, Santarém e de importantes posições em torno de Coimbra, naquilo que foi a derradeira tentativa de expansão para Ocidente desta dinastia. *“A unificação política empreendida permitiu o incremento da circulação monetária e uma intensa atividade económica nos portos do Gharb.”*<sup>284</sup> Contudo, as populações sujeitas a pesados impostos,

---

<sup>282</sup> Idem, p. 158.

<sup>283</sup> Idem, p. 159.

<sup>284</sup> Idem.



desenvolveram um estado de rebelião constante, facto que impulsionou a construção de edifícios de cariz militar, como a reparação e o reforço das muralhas, mas obrigou, igualmente, o emir a fazer concessões. O desenvolvimento da conquista cristã foi um sinal claro da decadência desta dinastia. Sendo que, por volta de 1143, aparecem novos reinos independentes que ficam conhecidos pelas segundas taifas. Na mesma altura, Ibn Qâsi, um muladi de Silves, empreendeu uma nova tentativa de reunificar toda a região do Gharb. Em 1144, Ibn Qâsi e os seus discípulos assumem o controlo de Mértola, Beja, Silves, Faro, Huelva e Badajoz, sendo que esta liderança do movimento lhe será retirada por Ibn Wazir de Beja e é nesta sequência que Ibn Qâsi procura ajuda junto do califa almóada que acabara de tomar o poder no Norte de África. O pedido de Ibn Qâsi era o motivo que faltava para o califa almóada intervir no al-Andalus. O exército almóada conquista várias cidades, sendo o governo de Silves entregue a Ibn Qâsi. Contudo, e mesmo ficando soberano em Silves, Ibn Qâsi recusasse a prestar vassalagem ao soberano almóada e alia-se a D. Afonso Henriques para resistir ao poder dos magrebinos, levando ao seu assassinato em 1151, na cidade de Silves.

As últimas tentativas de progressão no território do Gharb são conduzidas por Abû Yûsuf Ya'qub al-Mansûr, com a conquista de Torres Vedras, Alcácer do Sal, Palmela e Almada. *“A derrota dos Almóadas em Naves de Tolosa, em 1212, marcou o avanço final dos reinos cristãos sobre o Alentejo e Algarve.”*<sup>285</sup> A debilidade militar daquele império originou uma nova vaga de estados muçulmanos independentes. Neste sentido, os cristãos ocuparam as principais cidades a Sul, sendo que em 1249, Afonso III conquista Faro, Loulé, Albufeira e Aljezur, marcando o fim do Portugal Islâmico.

Embora a presença islâmica no Gharb não tivesse deixado um legado tão significativo como noutras regiões da Península Ibérica, deixou um contributo inegável na cultura portuguesa. *“A concentração de artistas e poetas durante os tempos áureos do Califado, em Córdova, tornaram o Ocidente peninsular quase invisível em termos culturais e artísticos. As Taifas vieram permitir um revivalismo daquelas áreas, tomando como exemplo a corte califal. Estes pequenos focos de cultura resultaram em obras originais em diversos campos, fruto da mistura de influências orientais com elementos indígenas.”*<sup>286</sup> Neste sentido, as atividades culturais e intelectuais assumiram novas expressões ao recorrerem a todas as vivências do Gharb. Contudo, o domínio dos Almorávidas interrompeu este ciclo devido ao

---

<sup>285</sup> Idem, p. 160.

<sup>286</sup> Idem, pp. 160-161.

seu rigorismo e preceitos religiosos. E só quando se verificou um desanuviamento da austeridade, é que alguns poetas, filósofos e cientistas puderam retomar as suas atividades, porém estavam sempre sujeitos à condenação dos líderes religiosos caso estes se desviassem da fé.

A língua árabe assume-se como língua internacional do comércio e da cultura, estatuto que vai manter mesmo após o final do domínio islâmico. Durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) foram traduzidas importantes obras do árabe por intelectuais portugueses e muçulmanos. No século XV ainda se encontram escrituras públicas elaboradas em árabe, prática que D. João I acabou por proibir.

A cultura hispano-árabe assume a sua maior expressão no Gharb através da literatura e poesia, sendo que os poetas assumem um lugar de destaque nesta sociedade, como em todo o al-Andalus.

A presença muçulmana também se verifica nos vestígios arquitetónicos no sul de Portugal. Nalgumas cidades são ainda visíveis as muralhas, construídas para sua proteção. Em muitas casas alentejanas são ainda evidentes as influências hispano-árabes nas chaminés e nos arcos de ferradura, nas casas viradas para o interior, com um pátio, no uso de tijolo, estuque ou azulejo.

A mesquita era um dos elementos mais importantes dos meios urbanos e existem várias referências a estes edifícios em Lisboa, Évora ou Silves, mas muitas acabaram por ser destruídas pelas guerras de reconquista, enquanto outras foram transformadas em igrejas de culto cristão, como é o caso da Mesquita de Mértola.

Contudo a herança destes tempos não se fica por aqui, sendo que se receberam e desenvolveram conhecimentos noutras domínios como a medicina, a astronomia, a geografia, a historiografia e a matemática. Neste sentido, durante séculos, os portugueses foram beneficiando destes saberes não só a nível prático mas também como base para o desenvolvimento de vários ramos do conhecimento. Exemplo disto foi que as inovações náuticas árabes muito contribuíram para o sucesso português durante os Descobrimentos. Sendo que o astrolábio, a bússola, as cartas árabes, a caravela como evolução do kârib e os conhecimentos geográficos, transmitidos por autores como Ibn Said e Ibn Kaldun, foram suportes imprescindíveis para o sucesso português.

A presença islâmica em Portugal também introduziu novas técnicas agrícolas como os moinhos a vento, as azenhas, os moinhos de tração animal e a nora. Na área do artesanato,

sobretudo na olaria e na tapeçaria foram herdadas algumas técnicas. No sul do país são muitos os vestígios cerâmicos, cuja produção se verificou nos períodos almorávidas e almóadas.

Religiosamente, os muçulmanos não impunham a sua religião aos Cristãos ou aos Judeus, pois tal como eles, estes tinham recebido a mensagem de Deus, pelo que eram chamados de *Gentes do Livro*.

As relações de parentesco entre Cristãos e Muçulmanos eram frequentes exemplo disso são: “(...) o califa *Abd ar-Rahmân III* era filho de uma princesa cristã; *Afonso VI* casou com *Zaida*, filha de *al-Mutamid*; o soberano almorávida *Ali Ibn Youssef* era filho de uma escrava espanhola; *Afonso Henriques* teve um filho com uma muçulmana, *Martim Afonso Chicoro*. ”<sup>287</sup>

Na grande maioria do tempo a relação entre as comunidades foi pautada por alianças e acordos. Contudo, a partir do século XI, o clima de relativa aceitação e tolerância é posto em causa pela rigidez das posições das dinastias magrebina. “*Para tal contribui a radicalização dos Cruzados, que passavam pelo território português a caminho da Terra Santa.*”<sup>288</sup> Levando a que se viesse a assistir à degradação das relações entre as diversas comunidades religiosas e a um aumento da intolerância, gerando-se um clima de desconfiança e agressão mútua.

Após a reconquista final, os muçulmanos permanecem na Península Ibérica, como religião dominada, até ao decreto de expulsão de D. Manuel em 1496. Durante este período o estatuto social, económico e religioso é semelhante aquele dos Cristãos durante o domínio muçulmano; sendo-lhes impostas várias obrigações.

Durante o processo de alargamento dos territórios cristãos para sul, em 1170, um decreto de D. Afonso Henriques reconheceu estatuto jurídico às comunas muçulmanas de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal, ao mesmo tempo que as submete à maioria cristã. “*Este documento define as obrigações fiscais destas comunidades e defende a autonomia dos muçulmanos, perante tentativas de ingerência nos seus assuntos por parte dos Cristãos.*”<sup>289</sup> Em 1217. Afonso III confirma estes deveres e direitos. Em 1269, um documento idêntico é consignado aos mouros de Faro, Silves, Tavira e Loulé. Contudo, em dezembro de 1469, o rei D. Manuel assina um decreto em que coloca Muçulmanos e Judeus perante a alternativa de expulsão ou conversão. Os Muçulmanos que aceitaram a conversão passaram a designar-se

---

<sup>287</sup> Idem, p. 163.

<sup>288</sup> Idem.

<sup>289</sup> Idem, p. 164.

por Mouriscos. Muitos continuaram a praticar o Islão na Clandestinidade, contudo, a partir do reinado de D. João III serão vítimas da Inquisição. Neste sentido, ao longo dos séculos seguintes, a presença dos muçulmanos foi sendo cada vez mais escassa até deixar de existir.

Nas primeiras décadas do século XX começa a verificar-se a existência de seguidores de outras religiões em território nacional. Portugal era um país colonizador cujo domínio ia de África a Timor e em territórios como Moçambique, Guiné e Timor existiam significativas franjas populacionais a professar o Islão. A existência de muçulmanos criou alguma tensão visto que os muçulmanos eram olhados como uma ameaça à unidade nacional por um Portugal profundamente católico, conservador e fechado ao mundo.

Durante muitos anos, a comunidade islâmica não foi alvo de atenção por parte dos órgãos de poder, dos meios académicos, nem da própria sociedade. *“Como parte de uma corrente migratória intensa, a grande massa de imigrantes muçulmanos que chegaram na sequência da descolonização passaram quase despercebidos.”*<sup>290</sup> Estes imigrantes também não eram identificados pela sua religião mas quanto à sua nacionalidade étnica. Por outro lado, a comunidade islâmica em Portugal sempre foi muito bem sucedida ao integrar-se na sociedade dominante não sendo conotada com problemas sociais que muitas vezes afetam as minorias.

A atual presença muçulmana em Portugal *“(...) é essencialmente um fenómeno pós-colonial, sem qualquer relação étnica ou de nacionalidades com a presença histórica referida anteriormente.”*<sup>291</sup> Sendo que nesta minoria o número de convertidos é pouco significativo e dos muçulmanos presentes em Portugal que ronda *“(...) os 35 e os 40 mil (...), aproximadamente 70% terão cidadania portuguesa.”*<sup>292</sup>

Até 1974, a comunidade islâmica em Portugal era pequena rondando as duas dezenas de imigrantes muçulmanos, provenientes de Moçambique e de origem indiana. Estes pertenciam a uma classe média instruída e deslocavam-se para a metrópole essencialmente por motivos académicos. Com o Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e a descolonização a situação alterasse. Milhares de pessoas dirigem-se para a ex-metrópole, entre estas, muçulmanos que se fixam em Lisboa e arredores. Deste fluxo de imigrantes muitos tinham trabalhado para o Estado português e eram membros das forças militares portuguesas durante a guerra colonial e tal como todos os refugiados, fugiam da instabilidade em que o seu país de

---

<sup>290</sup> Idem, p. 164 – 165.

<sup>291</sup> Idem, p. 165.

<sup>292</sup> Idem.

origem tinha mergulhado, dirigem-se para Portugal em busca de melhores condições de vida. *“O facto de serem provenientes das ex-colónias e dominarem o Português, foi decisivo para facilitar a sua chegada e integração na sociedade.”*<sup>293</sup> O grupo mais número chegou de Moçambique, sendo muitos de origem indiana; chegaram igualmente imigrantes da Guiné-Bissau que embora tenham chegado em menor número que os de Moçambique constituem, hoje, o *“(...)maior grupo nacional entre a população muçulmana.”*<sup>294</sup> Começaram também a chegar Muçulmanos oriundos de outros países como do Senegal, de alguns países árabes, da Índia, do Paquistão e de Marrocos. Durante os anos 90 cheguem novos grupos de imigrantes desta vez do Bangladesh, que contribuem ainda mais para diversificar a presença islâmica em Portugal. Contudo, estes apresentam uma maior dificuldade na integração social e profissional e em conseguirem um estatuto legal, devido ao facto de não conhecerem a língua nem terem quaisquer laços com o país de acolhimento.

*“A diversificação étnica, cultural e de vivências que estes grupos trazem, reflete-se na variedade de práticas religiosas observadas no seio da comunidade e no aparecimento de novos locais de culto por todo o país.”*<sup>295</sup> Isto verifica-se porque a grande maioria dos imigrantes em situações de integração tornam-se mais conscientes da sua religião e consequentemente frequentam as mesquitas e os centros islâmicos logo após a sua chegada isto deve-se ao facto de necessitarem de adquirir um sentimento de pertença a um grupo, o que ajuda os recém-chegados a recuperar e a afirmar as suas identidades numa sociedade que lhes é estranha. O Islão é sinónimo de lar, pois é a única coisa que têm como certo numa situação nova que é repleta de incertezas.

Durante o processo de institucionalização da comunidade muçulmana, os muçulmanos que aqui se instalaram, nos anos 1950 e 1960, tiveram um papel preponderante, sendo estes que em 1968, criaram a Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL), instituição que os representa junto da sociedade e do poder político. Contudo, e embora, a desconfiança em relação aos muçulmanos fosse diminuindo, com a criação da CIL foram levantadas muitas dúvidas, principalmente num regime com fortes ligações à Igreja Católica e com receio de possíveis ligações a países terceiros. Neste sentido, Valy Mamede – presidente da CIL; é obrigado a ter de prestar declarações à PIDE por várias vezes, de modo a reafirmar o não envolvimento da comunidade em atividades que pudessem por o regime em risco.

---

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> Idem.

<sup>295</sup> Idem, p. 166.

Se até 1974 há uma tentativa de controlar as comunidades islâmicas, após o golpe de estado, o regime democrático tenta aproximar-se da CIL com vista a fins políticos, isto porque o Estado está interessado em fomentar boas relações políticas e económicas com os países árabes e as comunidades islâmicas podem ser um elo de ligação com vista a esse fim. A ligação do Estado democrático à comunidade islâmica deve-se também à necessidade que este sente em se afastar do catolicismo salazarista. É neste seguimento que o presidente da CIL “(...) *enceta uma série de contactos com as delegações dos países árabes e consegue obter uma série de apoios financeiros e logísticos.*”<sup>296</sup> Sendo assim, a CIL beneficiou de contribuições de países como a Arábia Saudita, o Kuwait, os Emirados Árabes Unidos, a Líbia, o Irão, o Iraque, entre outros; sendo que estas contribuições foram-se tornando escassas à medida que emergiam conflitos no Médio Oriente.

A comunidade islâmica em Portugal finalmente começa a poder expressar a sua identidade religiosa e a marcar presença e como tal começa a aspirar a possuir um local de culto próprio onde se pudessem reunir para as orações e para festejar as datas e eventos importantes para o Islão e é neste sentido que em 1979, o Primeiro-Ministro, Mota Pinto, lhes faculta um edifício como local de culto provisório que irá durar até 1985, ano em que a Mesquita Central de Lisboa é inaugurada.

No ano de 1982, a Comunidade Islâmica do Sul do Tejo funda a Mesquita do Laranjeiro e desde 1996 que esta inclui uma madrasa (escola) para ministrar o ensino do Alcorão a crianças e jovens. Em 1983 surge a sala de culto em Odivelas que viria, em 1991, a tornar-se na Mesquita Aicha Siddika. Existe, também, em Odivelas, desde 1997, o Darul-Ulum Kadria-Ashrafia, um centro de cultura e educação islâmica.

O crescimento das comunidades islâmicas em várias cidades do país criou a necessidade de se criar novos espaços, onde estes se pudessem reunir. Como resultado, nos locais onde havia meios e número de crentes que o justificassem, criaram-se mesquitas para a realização das orações diárias com os respetivos imãs. Quando não existia um número de crentes que justificassem a construção de uma mesquita, tratou-se de assegurar as condições necessárias para a realização dos ritos básicos como são as reuniões de sexta-feira e os encontros durante o mês do Ramadão. Foi neste sentido que, em 1991, aparece a Mesquita de Coimbra, local de reunião e de oração para algumas famílias e estudantes.

A Mesquita do Porto surgiu mais tardiamente devido ao número reduzido de Muçulmanos a residir na cidade. Em 1999, “(...) *já com cerca de dois mil muçulmanos na*

---

<sup>296</sup> Idem, p. 169.

*região, dá-se a criação formal da comunidade.*”<sup>297</sup> O local onde a comunidade se costuma reunir, um antigo ginásio, é finalmente transformado numa mesquita.

*“Para além destes locais, existem numerosas salas de culto islâmico espalhadas por todo o país, que servem as pequenas comunidades que estão afastadas ou impossibilitadas de irem às mesquitas existentes.”*<sup>298</sup> Sendo que, o crescimento do número de salas de culto mostra o crescimento da comunidade, a sua maior dispersão geográfica e a diversificação de nacionalidades e de práticas religiosas.

Em 1989, Valy Mamede já afastado da presidência da CIL, fundou em Lisboa o Cento Português de Estudos Islâmicos e a Associação para a Educação Islâmica. Para além destas, os Ismaelitas constituíram a Comunidade Muçulmana Shia Imani Ismaili e o Centro Ismaelita de Lisboa foi inaugurado em 1988.

De modo a que fossem aprofundadas ligações entre as comunidades islâmicas e estas e o mundo não muçulmano, surgiram meios de comunicação criados pelos membros da comunidade. *“O aparecimento de órgãos informativos sobre o Islão permitiu que este fosse representado através de um discurso com origem no interior da comunidade.”*<sup>299</sup> Sendo que estas comunicações eram feitas por muçulmanos portugueses que falam sobre o Islão em português, no seu país, e na sua língua, sendo que para alguns esta era a única fonte de acesso à sua religião. *“A primeira destas publicações saiu por altura da formação da CIL. A revista Islão foi publicada numa base anual até 1983. Em 1981, aparece a Al-Furqân, inicialmente ligada à CIL, mas que mais tarde se torna independente desta.”*<sup>300</sup> Esta revista vai manter-se e vai posteriormente criar um site na Internet. Porém, a editora e o corpo dirigente desta revista não se fica por aqui e vai ser igualmente responsável por alguns livros e panfletos sobre questões islâmicas. Entre 1982 e 1984, a CIL teve como órgão oficial de informações a *Al-Qalam*. Entretanto, a Comunidade Islâmica a Sul do Tejo iniciou a publicação do *Al-Nur*, em 1987, e a *Al-Madinah* a partir de 2001.

A existência destas instituições e veículos de informação foram essenciais para a integração da maior minoria religiosa de Portugal. Contudo, a comunidade islâmica foi constantemente vítima de desatenção por parte das autoridades consequência da ausência de políticas facilitadoras da prática do Islão e da promoção de um estatuto legal mais favorável. *“A nova Lei da Liberdade Religiosa, aprovado no Parlamento, em abril de 2001, parece ter*

---

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> Idem, p. 170.

<sup>299</sup> Idem.

<sup>300</sup> Idem.

*vindo de encontro a algumas reivindicações dos Muçulmanos portugueses.*”<sup>301</sup> Com esta lei a celebração de casamentos religiosos passa a ser considerada válida perante a lei, é permitida a assistência a doentes em hospitais e a educação religiosa passa a ser permitida nas escolas. Porém, o mais importante é que esta lei garante às minorias religiosas o reconhecimento do seu estabelecimento no país.

Quando as populações moçambicanas e guineenses imigraram para Portugal, estas já tinham experiência em viver numa sociedade religiosa e culturalmente marcada pelo Catolicismo, na qual eles constituíam uma minoria. Porém, com a chegada de imigrantes provenientes de sociedades e países de maioria islâmica, na década de 80, a situação é diferente e implica a introdução de novos elementos e características no modo de viver o Islão. *“A convivência entre pessoas de várias nacionalidades e realidades culturais tem vindo a operar transformações importantes no panorama português.”*<sup>302</sup> Ao chegarem a Portugal, estes imigrantes procuram apoio para a sua integração na sociedade portuguesa através das comunidades e instituições islâmicas existentes. E é passada esta fase de integração e adaptação que alguns avançam para formas de organização diferentes.

Alguns dos imigrantes que chegam a Portugal já passaram por outros países o que significa que para além das suas tradições e culturas, adquiriram influências desses locais. Para além disto, o fator das novas tecnologias desempenha um importante papel ao promover contactos com outras comunidades e populações muçulmanas. *“Os Muçulmanos portugueses, sobretudo as gerações mais novas, veem-se hoje perante uma enorme diversidade de fontes de acesso ao Islão, o que cria ligações transnacionais bastantes diferentes das que existiam há alguns anos atrás.”*<sup>303</sup> Isto traduz-se na partilha de experiências, de valores e ideais com muçulmanos membros de outras comunidades noutros países. Para além disto, *“A Internet tem importância considerável ao forjar um sentimento de consciência coletiva e pertença entre os Muçulmanos dispersos nas várias partes do mundo, formatando deste modo uma visão global do Islão.”*<sup>304</sup>

A Comunidade islâmica portuguesa tem o cuidado de se manter afastada de questões políticas, sobretudo se estas estiverem ligadas a movimentos radicais. Porém, existem dados recentes que referem a presença no país de elementos que constituem pequenos focos de radicalismo político e religioso. Sendo que estes escolhem algumas das salas de culto criadas

---

<sup>301</sup> Idem, p.171.

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> Idem, p.172.

<sup>304</sup> Idem.



nos últimos anos, e que se encontram fora da alçada da Comunidade Islâmica, para veicularem as suas opiniões, não existindo assim nenhum controlo sobre os discursos proferidos e as ideias defendidas.

Neste sentido, Portugal é muitas vezes referido com ligação a atividades criminosas, como redes de falsificação de documentos e de apoio à imigração ilegal. Sendo que *“estas constituem importantes instrumentos de suporte e financiamento ao terrorismo internacional.”*<sup>305</sup> É neste sentido que o desmantelamento de algumas destas redes em território português, em conjunto com as investigações a decorrer em Espanha no âmbito dos atentados de 11 de março, que levaram à detenção de suspeitos na posse de documentação falsa de elaboração portuguesa, lançam a suspeita que Portugal se possa vir a tornar numa base logística de apoio a grupos ligados a redes do terrorismo islâmico. Ou seja, não se verificam as condições em Portugal, que em outras sociedades facilitam a formação de agrupamentos radicais, contudo existem indícios que apontam para a passagem de extremistas pelo país, relacionados com questões logísticas, de financiamento e mesmo de doutrinação.

### 6.13. Balcãs

A comunidade muçulmana na península balcânica tem a sua origem no Império Otomano. Isto porque a entrada dos Turcos nos Balcãs veio criar uma nova realidade na região e a comunidade muçulmana teve aí um enorme crescimento durante o período otomano, não apenas à migração muçulmana mas também à conversão dos Eslavos ao Islão. Neste sentido, a população da Bósnia-Herzegovina tornou-se a mais heterogénea da região dos Balcãs. Esta realidade contribuiu para a multiplicidade de etnias e para a existência de uma identidade étnica muçulmana diferente da das outras etnias bósnias.

A ligação próxima que existe entre a religião e a identidade nos Balcãs é uma herança do sistema otomano denominado *millet*. *“O sistema otomano millet descentralizava o poder central e concentrava-o na esfera local. Cada região tinha o seu administrador que normalmente era um patriarca religioso e este reportava diretamente ao Sultão.”*<sup>306</sup> Esta descentralização fazia com que cada região do Império tivesse uma forte autonomia relativa ao poder central. Neste sentido, a política do Império Otomano em relação às minorias étnicas e religiosas sob o seu domínio era a não assimilação das mesmas mas a preservação do espírito multinacional. Ou seja, o Império Otomano moldava as outras etnias à sua cultura

---

<sup>305</sup> Idem, p. 173.

<sup>306</sup> Idem, p. 176.

fazendo assim a sua evangelização, contudo privilegiava a manutenção das estruturas sociais existentes. Contudo, neste processo de evangelização Otomano era evidente a falta de estruturas tecnológicas e institucionais que pudessem integrar e unificar as populações do Império. É desta situação que resultou “(...) *a incapacidade otomana de controlar o império(...)*”<sup>307</sup> fazendo com que as populações conseguissem manter as suas identidades e culturas separadas.

O sistema *millet* ao dar autonomia às várias comunidades da Bósnia-Herzegovina deu espaço para que as identidades étnico-religiosas se desenvolvessem no território. Isto porque “*a autonomia que as comunidades tinham em setores vitais, como a educação, a religião ou a organização social, permitiu que as comunidades cristãs reproduzissem socialmente, ao longo do tempo, tradições e hábitos, alguns dos quais marcados pelo ressentimento para com os Muçulmanos.*”<sup>308</sup>

O Império Otomano durante grande parte da sua existência foi governado de acordo com os princípios islâmicos e a sua chegada aos Balcãs foi significativa para as mudanças que se vieram a verificar a vários níveis, na região. De acordo com os princípios islâmicos o território balcânico não foi dividido por regiões étnico-linguísticas mas por afiliações religiosas. Nesta divisão por afiliações religiosas as comunidades gozavam de autonomia para se regerem sob os seus próprios regulamentos em vez de pela Sharia. “*O Império Otomano incentivava estas comunidades a manter as suas estruturas e as suas hierarquias, pois lidava apenas com os seus líderes, em vez de tratar com os indivíduos.*”<sup>309</sup>

Contudo, este sistema de hierarquia *millet* permitiu que as novas ideologias nacionalistas vindas da Europa Ocidental se propagassem sem o controle do poder central.

A Bósnia-Herzegovina é um caso singular na região por ser o mais heterogéneo em termos étnico-religiosos; realidade que pode explicar a tensão que sempre caracterizou esta zona.

O primeiro governante conhecido da região foi Ban Boric que reinou o país no século XII e que era dado como vassalo da Hungria. Facto que serviu de pretexto e justificação para a influência e intervenção da Hungria nos assuntos bósnios. Contudo, com a subida ao poder de Ban Kulin, a Bósnia criou uma ligação próxima com a Sérvia e com o reino Húngaro-Croata. Foi nesta fase que se deu uma forte implementação católica no território e que surgiu

---

<sup>307</sup> Idem.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> Idem, p. 176 – 177.

a Igreja Ortodoxa no sul da Herzegovina. Contudo, o domínio cristão no território não iria permanecer. O exército otomano entra nos Balcãs no século XIV e conquista definitivamente a Bósnia em 1389, com a batalha do Kosovo – batalha que ficou sempre presente na história da Bósnia como um acontecimento traumatizante e com significado negativo para os Sérvios. É então em 1389, com a batalha do Kosovo, que a história da Bósnia-Herzegovina e dos Balcãs iria mudar. *“Entre 1470 e 1516, a população da fortaleza de Hodidjec<sup>310</sup> cresceu, de pouco mais de uma centena de habitantes, para cerca de 20.000 habitantes, na sua maioria muçulmanos.”<sup>311</sup>* Este crescimento demonstra não só o interesse do Império Otomano na região mas a dinâmica que a cidade adquiriu sob o domínio muçulmano. É esta dinâmica e a posição estratégica da região que explicam porque Sarajevo foi um dos principais centros urbanos, a partir do qual o Islão se espalhou após 1463. Juntamente com Sarajevo, Rogatica, Foca e Visoko eram pequenos centros urbanos de expansão islâmica, sendo estas as primeiras partes do país a ser convertidas ao Islão. *“Estes centros urbanos não eram apenas centros de administração otomana e do seu exército: eram, acima de tudo, o espelho e exemplo do modo de vida islâmico”<sup>312</sup>* e foi a partir destes centros que as comunidades islâmicas na Bósnia desenvolveram uma identidade fortalecida.

A estabilidade do território bósnio vai acabar com o período de Tanzimat<sup>313</sup>. Este período que durou 37 anos, de 1839 a 1876, foi um período de profundas reformas com o objetivo de modernização do Império Otomano. Apesar de estas reformas afetassem os privilégios locais, como a criação de uma pauta de impostos única, foram as alterações no sistema de ensino que mais contestações causaram. *“Sendo o Islão a base e o fundamento do ensino, a sua substituição por ideais modernos vai suscitar grande hostilidade na Bósnia, como em vários outros pontos do Império.”<sup>314</sup>* Na Bósnia, o Tanzimat resultou num conjunto de revoltas, de descontentamento da população e na falta de confiança das elites bósnias em relação a Istambul, fazendo com que as elites bósnias não apoiassem o Sultão quando a Bósnia se transformou numa província da Áustria, decisão proveniente do Congresso de Berlim de 1878. A soberania sobre a Bósnia estava a ser disputada entre o Império Otomano e o Império Austro-Húngaro com o apoio de Bismark. E em resultado do descontentamento face ao Tanzimat, as elites bósnias não apoiaram o Império Otomano e ao fim de 400 anos

---

<sup>310</sup> A fortaleza de Hodidjec, é a origem da atual capital bósnia, Sarajevo.

<sup>311</sup> Idem, p. 177.

<sup>312</sup> Idem, p. 178.

<sup>313</sup> Significa “reforma” em turco.

<sup>314</sup> Idem.

sob o domínio muçulmanos, a Bósnia ficou sob uma administração cristã, colocando os muçulmanos perante uma nova situação.

Durante o domínio austríaco, os líderes muçulmanos tentaram manter os seus privilégios e neste sentido a administração austríaca agiu com bastante cautela não querendo quebrar o equilíbrio entre os três grupos religiosos existentes no território. Em 1879, realizou-se o primeiro censo austríaco na Bósnia que “(...) *mostrou uma população de 448.000 Muçulmanos (39%), 496.000 Ortodoxos (42%), e 209.000 Católicos (18,5%), para além de 14.000 Judeus Sefarditas e alguns Ciganos.*”<sup>315</sup>

Durante a administração austríaca, a distribuição populacional pelas várias religiões e etnias existentes não sofreu alterações, visto estes novos administradores não tentarem converter à força quer os muçulmanos quer os judeus. Neste sentido, os muçulmanos lutavam para que a vida na Bósnia se mantivesse igual aos tempos otomanos, de modo a manter a sua autonomia e posição social.

Contudo, nesta altura os Balcãs viviam nalguma efervescência, visto os vários impérios europeus estarem a lutar entre si pela hegemonia mundial. E no território correspondente à Península Balcânica colidiam os interesses do Império Austro-Húngaro e o Império Russo. Nos Balcãs, a Sérvia aumentava o seu poderio e território e opunha-se à presença do Império Austro-Húngaro na Bósnia, reclamando para si o território. Neste sentido e sendo a comunidade ortodoxa da Bósnia, etnicamente sérvia, era um fator de desestabilização e uma ameaça à soberania austríaca e é aqui que a comunidade muçulmana foi uma aliada ao poder austríaco no território.

O período de governação austríaco caracterizou-se pela manutenção do *status quo* na sociedade bósnia, mantendo-se o equilíbrio entre os três grupos religiosos existentes. A comunidade muçulmana na Bósnia teve bastante influência em relação a Viena e prova disso foi no primeiro parlamento bósnio, que aconteceu por pressão muçulmana, foram criados partidos religiosos. Deste primeiro parlamento nasceram alguns partidos muçulmanos que iriam formar a Organização da Unidade Muçulmana. Ao não discriminar a comunidade muçulmana em relação à comunidade ortodoxa sérvia, o Império Austro-Húngaro manteve a influência sérvia contida dentro do seu território e o mesmo relativamente ao Império Russo. Foi da Organização da Unidade Muçulmana que saíram alguns elementos que se iriam juntar ao Movimento Nacionalista Sérvio, que esteve envolvido no assassinato do Arquiduque austríaco Francisco Fernando, levando a Europa à primeira Guerra Mundial. Apesar das

---

<sup>315</sup> Idem, p. 179.

cauteladas austríacas, “(...)este acontecimento não foi provocado pela questão social interna, mas pelos interesses e influências externas que se refletiam para o seu interior e que potenciaram a fratura étnica.”<sup>316</sup>

Depois da I Guerra Mundial, em 1918, no recém criado Estado dos Eslavos do Sul (Sérvia, Croácia e Eslovénia, e após 1929, no Reino da Jugoslávia, foi criado um novo partido Muçulmano, a Organização Muçulmana Jugoslava (JMO). Esta tinha como objetivo defender os interesses das comunidades muçulmanas no novo Estado, manter a igualdade entre os grupos religiosos e étnicos e preservar a integridade política na Bósnia. Isto porque, os primeiros anos de vida do novo Estado não foram fáceis para as comunidades muçulmanas que viram as suas propriedades a serem roubadas ou destruídas, onde as pessoas foram intimidadas, espancadas e até mortas por grupos opositores servos. Neste sentido, a JMO exigiu a reparação destes ataques, originando alguns confrontos entre a população muçulmana e a polícia. Em 1992, com a criação do Reino Jugoslavo a situação alterasse e as populações muçulmanas passam a ser designadas de Eslavos que tinham abraçado o Islão.

Com a II Guerra Mundial, as comunidades muçulmanas vivem outra vez numa situação precária, sendo que dos três grupos étnico-religiosos, os Muçulmanos foram os que mais baixas e privações sofreram durante a guerra. “Durante 1941 e 1942, os Chetniks<sup>317</sup> Sérvios, mataram mais de 8.000 pessoas da comunidade muçulmana no leste da Bósnia.”<sup>318</sup> Isto resultou na falta de confiança dos muçulmanos face ao regime de Ante Pavelic, que controlava a Bósnia. Neste sentido e com objetivo a fugir aos ataques sofridos e confiando na promessa de proteção à Bósnia por parte do regime nazi, vários são os muçulmanos que se vão alistar ao exército nazi, formando a 13ª Divisão Muçulmana SS<sup>319</sup>. Contudo, a realidade não foi a esperada e a 13ª Divisão Muçulmana SS foi deslocada para defender posições alemãs nos Balcãs em vez de estarem a proteger as populações muçulmanas na Bósnia. Isto resultou na deserção de muitos muçulmanos que posteriormente se foram juntar ao desertor Husko MilijkoVIC e “(...)formaram um exército particular de 3.000 homens, que era apoiado pelos Croatas, a norte, e pelos Partisans<sup>320</sup>, a Sul.”<sup>321</sup>

---

<sup>316</sup> Idem.

<sup>317</sup> Organização paramilitar nacionalista e monarquista Sérvia.

<sup>318</sup> Idem, p. 180.

<sup>319</sup> Divisão Handjar constituída por Muçulmanos bósnios.

<sup>320</sup> Um Partisan é um membro de um tropa irregular formada para se opor à ocupação e ao controlo estrangeiro de uma determinada área. Na Jugoslávia este movimento foi responsável por quase toda a resistência ao Eixo.

<sup>321</sup> Idem.

No período pós-II Guerra Mundial caracterizou-se pela junção de duas conjunturas que estabilizaram os Balcãs e a Bósnia-Herzegovina: o regime comunista presente em todo o centro e leste europeu e internamente a coesão é explicada pela autoridade do Partido Comunista e o carisma do Marechal Tito. Apesar desta estabilidade a questão muçulmana continuou visível, ou seja, os muçulmanos eram reconhecidos como uma comunidade religiosa mas a sua identidade continuava a ser controversa. *“No pós-guerra, foi-lhes permitido autodenominarem-se “Jugoslavos Não-Declarados” até 1961, altura em que se transformaram em “etnia muçulmana”. Em 1964, foi-lhes concebido o direito à autodeterminação e, em 1971, foram reconhecidos como uma nacionalidade separada.”*<sup>322</sup> Enquanto no passado tinham um estatuto de igualdade em relação ao resto da população, no pós-guerra ao lhes concederem o direito à autodeterminação e à nacionalidade separada, estão a identifica-lo com um estatuto especial dentro da nação jugoslava. Contudo, toda esta situação não correspondia à realidade visto a nacionalidade muçulmana bósnia ser parte integrante da nação jugoslava e como tal não podia por em causa a integridade da Jugoslávia.

No regime comunista de Tito, foram expropriadas propriedades e impostas restrições às organizações religiosas muçulmanas levando mesmo a que vários membros do Movimento de Jovens Muçulmanos fossem presos e condenados pelo recém-criado Estado Federal Bósnio (1949). A partir dos anos 60, a Jugoslávia de Tito começou a desenvolver laços políticos e económicos com alguns países muçulmanos dificultando e impossibilitando o contacto dos muçulmanos bósnios com os países árabes. A Jugoslávia começava então a viver numa posição privilegiada, beneficiando da sua posição entre o Leste e o Ocidente. Neste sentido, *“Tito dominava a arte de combinar o regime comunista com a concessão de algumas liberdades individuais desconhecidas no resto do mundo comunista”*<sup>323</sup>, por exemplo na Jugoslávia era permitido viajar para o estrangeiro e possuir propriedade privada, situação que fazia os Jugoslavos sentirem-se privilegiados.

Apesar da multiplicidade étnico-religiosa a Jugoslávia oferecia uma vida previsível e o sistema oferecia um sentimento de segurança e proteção aos seus cidadãos, situação que iria chegar ao fim com o escalar de violência que iria culminar na guerra da Bósnia. A morte de Tito, em 1980, causou incerteza e nervosismo entre os seus sucessores, e foi esta instabilidade que levou, em 1983, o futuro presidente da Bósnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic, e outros membros da elite muçulmana a serem acusados e atividades contrarrevolucionárias e hostis,

---

<sup>322</sup> Idem, p. 181.

<sup>323</sup> Idem, p. 182.

sendo estes acusados de quererem criar uma Bósnia-Herzegovina muçulmana, em resultado os acusados foram considerados culpados de atividades atentatórias à unidade das nacionalidades com o objetivo final de destruir o sistema da república socialista. Em fevereiro de 1987, mais muçulmanos foram presos por defenderem a violência e o terrorismo como forma de estabelecer um Estado islâmico na Bósnia. *“O regime receava que o reconhecimento da nacionalidade muçulmana encorajasse os Muçulmanos da Bósnia a desenvolver uma ideologia política e a estabelecer ligações com outros países muçulmanos.”*<sup>324</sup> Isto porque ao reconhecer a nacionalidade muçulmana, o Estado reconhecia não só a religião, mas também uma ordem política e social. Contudo, em 1988, todos os condenados foram libertados, quando o regime tentava criar uma imagem mais tolerante, isto apesar de os *media* continuarem a fazer uma forte e agressiva propaganda antimuçulmana. Esta instabilidade é vivida devido à falta de experiência do país em resolver os problemas e as divergências através dos meios democráticos e à falta de instâncias democráticas para resolver as crises de maneira pacífica.

A Bósnia-Herzegovina foi a última república jugoslava a introduzir partidos políticos. Este foi declarado como Estado independente e democrático, em 1991, e é composto por três nacionalidades: a muçulmana, a sérvia e a croata. As mudanças que se davam na Croácia e Eslovénia e o desmembramento da Ex-Jugoslávia, era visto com apreensão pela comunidade muçulmana na Bósnia. Em 1990, deram-se as primeiras eleições livres na Bósnia no período pós-II Guerra Mundial e perante isto os muçulmanos mostravam-se preocupados que o sistema multipartidário causasse perturbação no equilíbrio existente entre as três comunidades, bem como na sua posição de parceiros igualitários.

O resultado das eleições mostraram que as lealdades estavam divididas numa base étnico-religiosa, sendo os três partidos étnicos a ganharem as eleições, derrotando o partido comunista. O partido muçulmano (SDA) saiu vencedor seguido do partido sérvio (SDS) e do partido croata (HDZ). *“Contudo, apesar da vitória, percebeu-se imediatamente que o SDA sozinho não iria conseguir salvar a Bósnia-Herzegovina da guerra. A linha dura sérvia, o SDS, mostrou claramente que nunca seria um parceiro de coligação viável. Ao contrário, o HDZ croata pretendia continuar na Bósnia, apesar de pretender gozar os privilégios de um “millet alargado”, apresentando-se, assim, como a escolha óbvia para a coligação com o SDA.”*<sup>325</sup> Neste sentido, os partidos da coligação entenderam que a principal ameaça viria do

---

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> Idem, p. 183.

partido da oposição SDS, que recebia o apoio do líder sérvio, Slobodan Milosevic, e do Exército Jugoslavo. Prova disto foi a liderança muçulmana, numa tentativa de evitar a guerra, propor um regime de confederação descentralizada com a Sérvia e o Montenegro e esta ser recusada pelo SDS, exigindo um governo federal centralizado, como já existia na Sérvia.

Face a esta realidade das minorias étnica na Bósnia, a UE, na conferência de Lisboa, em 1992, aprova uma divisão étnica na Bósnia, resultando no alcance dos objetivos estratégicos dos três partidos nacionalistas (SDA, SDS e HDZ). Partidos estes que tinham potenciado o sentimento de medo e desconfiança entre as diferentes comunidades étnicas, culpando-se entre si pela história de opressão e miséria. Isto porque para muitos indivíduos, a quem faltava proteção civil e legal, era a comunidade étnica que providenciava o refúgio necessário. Esta realidade é o resultado da ascensão de líderes nacionalistas rivais, numa comunidade multiétnica como era a Bósnia-Herzegovina. A preparação para a divisão étnica no território levou bastante tempo, visto não ser fácil transformar uma realidade em que a coexistência étnica era normal, numa realidade em que por vezes os familiares, amigos ou vizinhos ficavam do outro lado.

Este objetivo de criar Estados étnicos existiu mesmo antes do início da guerra e desta maneira os nacionalistas recorreram a meios para alcançar os seus objetivos. Neste sentido, *“tentaram comprometer os meios de comunicação, pressionaram as escolas para ministrarem educação religiosa e para classificarem os professores e diretores de escolas com base na pertença a este ou aquele partido nacional.”*<sup>326</sup> Neste percurso depararam-se com um obstáculo: o número significativo de pessoas que viviam em comunidades étnicas mistas e que aceitavam esta vivência como normal. Obstáculo que seria diluído quando se iniciassem as hostilidades.

Em 1991, a UE começou a procurar uma solução pacífica para o problema na Bósnia com o objetivo de prevenir a guerra que caminhava para inevitável. *“Os negociadores da UE acreditavam que uma solução pacífica era possível estendendo os poderes étnicos, dividindo ao nível executivo todos os setores chave da administração e desenvolvendo todos os poderes centrais às comunidades étnicas locais.”*<sup>327</sup> Isto porque apesar das eleições de 1991 terem resultado num governo de coligação esteve começava a estar sob pressão devido ao início da guerra na Eslovénia e na Croácia. Para além disto, quando a Eslovénia e a Croácia proclamaram a independência, a Bósnia veio a debate sobre a sua independência. Contudo, os

---

<sup>326</sup> Idem, p. 184.

<sup>327</sup> Idem, p. 185.



nacionalistas sérvios e croatas defendiam a divisão da Bósnia-Herzegovina entre a Sérvia e a Croácia.

Como tentativa de resolver a situação, na Conferência de Paz da UE, Lord Carrington apresentou um plano de divisão de poder entre as várias partes bósnias. Este Plano de Paz de Carrington em colaboração com o embaixador português, Jorge Cutileiro, “(...)propunha um governo central com poderes administrativos diluídos, onde, a maior parte destes poderes, seria devolvido à esfera distrital.”<sup>328</sup> Neste sentido, a Bósnia-Herzegovina seria dividida em zonas muçulmanas, sérvias e croatas. Apesar das garantias na proteção dos direitos das minorias contida na proposta, a mesma não conseguiu apoio em nenhuma das etnias. A recusa do Plano de Paz resultou na independência da Bósnia-Herzegovina, sem o consenso da Sérvia. Em 1992, o “sim” no referendo, levou a UE a reconhecer a independência da Bósnia. Contudo, a Sérvia e o Partido Sérvio descontente com o resultado do referendo organizou, através de milícias paramilitares, ataques a cidadãos muçulmanos e croatas. Como resultado os paramilitares nacionalistas croatas também entraram no conflito e a guerra que tanto se evitava descolara.

Apesar de a UE ser crítica do regime do apartheid, o Plano de Paz Carrington-Cutileiro que previa um regime semelhante para a Bósnia, era o único plano para a resolução do conflito, através da divisão étnica do território, pela via pacífica.

Contudo, este plano também apresentava algumas deficiências. O Plano assumia que todas as regiões tinham um cariz étnico definitivo o que não se verificava; as delimitações não eram uniformes, deixando bolsas étnicas em regiões isoladas. O Plano de Paz não sendo aceite nem por Muçulmanos, nem por Sérvios e o reconhecimento da independência da Bósnia por parte da UE levou ao início da guerra e ficou claro que a UE não conseguiu conceber algo substancialmente diferente para a resolução do conflito.

Em 1993, Cyrus Vance e David Owen apresentam um novo Plano de Paz, onde criam dez províncias étnicas. Este Plano de Paz “(...) reformou o plano anterior, desviando a descentralização dos distritos para amplas províncias.”<sup>329</sup> Contudo, a UE continuava sem mostrar poder e engenho diplomático para travar o conflito já em curso.

A comunidade muçulmana sabia que a uma guerra na Bósnia iria alterar a realidade social em que viviam, até porque apesar de esta sempre defender a sua nacionalidade e especificidade étnica nunca defendeu uma solução que passasse pela independência. Para

---

<sup>328</sup> Idem.

<sup>329</sup> Idem, p. 186.

além da questão social, a comunidade muçulmana na Bósnia sabia que em caso de guerra, ela era a que estava menos preparada para confronto armado e que ao contrario da comunidade servia e croata, esta não tinha o apoio direto de nenhum país ou exército, o que a deixada numa situação bastante vulnerável em comparação com as outras duas comunidades. Neste sentido, *“os líderes muçulmanos defendiam que a Bósnia devia ter um estatuto especial dentro da federação jugoslava, com uma autonomia político-administrativa mais forte.”*<sup>330</sup> Desta maneira, a Bósnia seria um *millet* reforçado, lembrando o estilo do Império Otomano. Apesar desta visão e posição por parte dos líderes muçulmanos, estes foram ultrapassados pelos acontecimentos com a proclamação da independência da Eslovénia e da Croácia, arrastando a comunidade muçulmana para uma situação que não desejava e que não tinha condições de enfrentar do ponto de vista militar.

Perante uma situação de guerra e tendo em conta que não existia um sentimento nacionalista por parte dos bósnios muçulmanos, foi necessário aglutinar a população à volta de algo comum que a unisse. Esse algo comum foi a religião islâmica, fazendo com que no início dos anos 90, se assistisse ao reavivar da identidade islâmica que se verificou a nível interno com o fortalecimento da comunidade muçulmana e a nível externo de modo a obter ajuda por parte do mundo islâmico. Estas ações internas e externas tinham como objetivos a sobrevivência da comunidade islâmica na Bósnia e a independência do território. Contudo, estas alterações permitiram o espaço e oportunidade política para o Islamismo radical na Bósnia, especialmente com o apoio do SDA.

Apesar dos esforços, a islamização da sociedade nunca se tornou numa realidade nem nunca alcançou um largo movimento social, situação que se deve ao facto destas ideias nunca terem conseguido sair da esfera das elites políticas e intelectuais da comunidade muçulmana. Neste sentido, e perante uma situação de guerra, Alija Izetbegovic, líder da SDA, adotou a única posição que lhe pareceu viável e consistente para sobreviver à guerra: virou-se para o apoio que os Estados islâmicos lhe podiam proporcionar. Os apoios vieram da Turquia, do Kuwait, da Líbia, mas principalmente da Arábia Saudita e do Irão, sendo, assim, *“(...) neste contexto que os grupos radicais islâmicos entrarão na guerra da Bósnia, naquilo que para os países islâmicos, e para estes movimentos radicais, era a “nova Jihad”.*”<sup>331</sup>

Apesar de a comunidade muçulmana se encontrar em desvantagem em relação à Sérvia em termos militares e financeiros, com o escalar da guerra, os Sérvios seguiram por

---

<sup>330</sup> Idem, p. 187.

<sup>331</sup> Idem, p. 188.

táticas de extrema crueldade como não se assistia na Europa desde a II Guerra Mundial. Isto é, os militares sérvios não se limitaram à guerra entre exércitos convencionais, começando a apoiar ataques às populações civis com o objetivo de espalhar o terror nas comunidades muçulmana e croata, através de uma ação de limpeza étnica e genocídio. Face a esta situação e à incapacidade da comunidade muçulmana de se proteger começam a entrar na Bósnia movimentos fundamentalista muçulmanos que se foram enfileirar nas forças militares e paramilitares da comunidade muçulmana e encaravam esta guerra como a nova Jihad. *“Podemos salientar a entrada de moujahidin afegãos, que vinham da guerra no Afeganistão, que tinha terminado com a retirada soviética em 1989; membros da al-Qaeda, que também estiveram empenhados nesta luta, com particular ênfase para o seu líder, Osama bin Laden, e os Irmãos Muçulmanos.”*<sup>332</sup> Estes foram entrando na Bósnia a partir de 1992 e sob vários disfarces, sendo o de jornalista um dos mais utilizados, evitando a sua deteção por parte dos países ocidentais. Para além destes disfarces, muitos optaram por casar com mulheres muçulmanas bósnias, incorporando-se imediatamente nas fileiras do exército. *“Desde 1992 que os serviços de intelligence ocidentais alertaram para a presença destes elementos no território bósnio.”*<sup>333</sup>

Com a entrada destes elementos na guerra da Bósnia, o equilíbrio de forças alterou-se. Se por um lado, estes elementos com experiência de guerra deram às fileiras muçulmanas outra capacidade de resposta em relação aos sérvios, por outro lado, estes movimentos radicais trouxeram a sua própria experiência de organização na obtenção de material bélico e angariação de fundos, radicalizando os métodos de guerra muçulmanos, indo de encontro os métodos sérvios. Neste sentido, e com o fim da guerra, não foram só os dirigentes militares sérvios a serem perseguidos por crimes de guerra, os dirigentes muçulmanos também foram.

No plano económico, os grupos radicais islâmicos e os países muçulmanos, introduziram-se na Bósnia através de instituições islâmicas, levando à abertura de novas mesquitas, fundações islâmicas, Organizações Não-Governamentais, instituições de caridade e escolas religiosas. Eram *“organizações de fachada com o fito de inserir elementos e fundos para ajudar a causa islâmica na Bósnia. Contudo, os fundos financeiros também vieram de bancos islâmicos que se instalaram, na altura, nos Balcãs, como o Albanian-Arab Islamic*

---

<sup>332</sup> Idem, p. 189.

<sup>333</sup> Idem.

*Bank.*”<sup>334</sup> Estes fundos não serviram apenas para financiar a guerra mas também para financiar os grupos radicais que permaneceram nos Balcãs mesmo depois do fim da guerra.

Em 1995, com a assinatura dos Acordos de Paz de Dayton acabou a guerra na Bósnia. Nos acordos de Paz foi estabelecida uma divisão do território em duas partes: a República da Sérvia e a Federação da Bósnia-Herzegovina, sendo que a Presidência desta foi dividida em três figuras como representação das três comunidades. Neste sentido, a República da Bósnia-Herzegovina elege diretamente dois representantes: um Muçulmano bósnio e um Croata; e a República Sérvia elege o outro representante. Para além disto definiu-se que os poderes institucionais e políticos ficam divididos em duas esferas: a local que diz respeito à política interna que fica sob jurisdição do poder local; e a nacional que diz respeito à política externa bósnia. Estas divisões tinham como objetivo eliminar qualquer foco de tensão que pudesse surgir do facto de uma comunidade ter poder sobre a outra em termos políticos e administrativos, ficando, assim, as diferentes comunidades com um estatuto semelhante ao que tinham durante o Império Otomano.

Apesar da guerra ter terminado as razões que dividiam a população da Bósnia não foram resolvidas e os Acordos de Paz legitimaram a divisão e a separação étnica. Neste sentido, a Bósnia continuou a ser monitorizada e acompanhada pelas Nações Unidas, tornando-se num protetorado internacional. Contudo, esta vigia por parte das forças militares e da política internacional, não resultou na retirada dos grupos radicais islâmicos do território, bem pelo contrário. A guerra permitiu a estes movimentos fundamentalistas a entrada em solo europeu e a montagem de uma base organizativa bastante forte. Ou seja, *“a guerra da Bósnia tinha tornado o país numa das principais bases terroristas da Europa, funcionando como “placa giratória” e ponto de partida para a difusão noutros países europeus.*”<sup>335</sup> Para além desta situação, o facto de os elementos mais duros e perigosos do corpo militar muçulmano, que tinham vindo do exterior, se terem naturalizado aquando do recrutamento ou casado com mulheres bósnias, não permitia que os líderes muçulmanos repatriassem os elementos radicais estrangeiros do território, pois mesmo que o quisessem fazer, não tinham nem a força militar e policial, nem a base legal para o fazerem.

Atualmente, ainda existe a necessidade que apoios económicos e militares ocidentais sejam direcionados para os Balcãs, de modo a evitar que esta região continue a ser uma porta aberta para influências vindas do mundo árabe. Isto porque estes movimentos radicais

---

<sup>334</sup> Idem, p. 190.

<sup>335</sup> Idem, p. 191.

islâmicos aproveitando-se da precaridade económica muçulmana, torna os muçulmanos um alvo fácil para o recrutamento de futuros terroristas. Contudo, e apesar da intenção do governo bósnio em controlar esta situação, a entrada maciça de elementos destas organizações durante a guerra e com a sua legalização, torna a tarefa bastante difícil. Neste sentido, “*o fomento económico nestes países, combinado com uma política de promoção das comunidades islâmicas, poderia constituir uma forte manobra de ofensiva contra o terrorismo.*”<sup>336</sup> Porém, existe cada vez mais estudantes a saírem do país para irem estudar em países islâmicos e é também nesta camada da população que tem aumentado a penetração de alguns grupos islâmicos. Talvez por a camada jovem ser a que mais sofre com as taxas de desemprego, esta seja a faixa da população que mais tem abraçado os novos movimentos radicais. “*O movimento mais importante que nasceu na Bósnia foi a Juventude Islâmica Ativa, que tem tido grande sucesso na angariação de novos militantes, e que, desde a segunda metade dos anos 90, regista um considerável crescimento.*”<sup>337</sup>

Apesar de a comunidade muçulmana nos Balcãs constituir uma sociedade secular, a ameaça extrema existe. O Islão nos Balcãs sempre teve uma cariz religioso não sendo marcado pelo fundamentalismo e a guerra na Bósnia não se traduziu no ressurgir do Islão mas sim numa tentativa de construção, por parte dos movimentos fundamentalistas, de uma franja minoritária da comunidade muçulmana que não distingue religião de política. Contudo, “*existirá sempre um potencial de crescimento para o fundamentalismo islâmico enquanto existir pobreza e falta de esperança.*”<sup>338</sup> Neste sentido, e tendo em conta que os terroristas se aproveitam da pobreza e falta de esperança para passar as suas ideias, então a luta antiterrorista tem de se concentrar nestas condições. Para além disto, a História já mostrou que a paz na Europa estará sempre em perigo se os Balcãs não se tornarem uma região estável a todos os níveis e a estabilidade nunca será uma realidade enquanto persistirem graves problemas socioeconómicos e não se apoiar a diversidade cultural.

#### **6.14. Análise Comparativa**

Nos anos 70, quando os imigrantes muçulmanos chegaram à Europa, estes eram vistos como um fenómeno temporário. Não se pensava que estes iriam reclamar por um lugar legítimo no espaço europeu e que se viriam a tornar parte integrante da paisagem cultural e

---

<sup>336</sup> Idem, p. 193.

<sup>337</sup> Idem.

<sup>338</sup> Idem, p. 194.

religiosa da Europa. Essa consciência nos Europeus de que o Islão e os Muçulmanos tinham vindo para permanecer deu-se nos anos 80, quando se verificou um aumento demográfico entre a população muçulmana e se começaram a desenvolver organizações muçulmanas em território europeu.

Tal como foi visto anteriormente, a população muçulmana é composta por diversas comunidades e organizações, que resultam das diferentes histórias de imigração e da diversidade geográfica e étnica dos imigrantes, sendo assim incorreto falar em comunidade muçulmana no singular. Para além da diversidade a nível de nacionalidades, etnias e culturas, a “comunidade muçulmana” é heterogénea no estatuto socioeconómico; nos vários níveis de integração social; nas divergências em relação a assuntos políticos e sociais; e na sua dispersão espacial. Contudo, estas comunidades muçulmanas partilham a identidade religiosa e o sentimento de pertença à *Umma* - comunidade de crentes em Alá.

Neste sentido, verifica-se a influência por parte dos países de origem sobre estas comunidades na Europa. Isto é, os países de origem exercem influência sobre estas comunidades através do envio de imãs oficiais, formados nos países de origem, de apoio financeiro às mesquitas e instituições, nomeadamente o pagamento do salário dos próprios imãs. Estes imãs são objeto de apostas estratégicas dos Estados islâmicos desde os mais radicais aos com orientação religiosa menos vinculada e representam e veiculam os interesses dos Estados árabes de onde provêm, revelando, assim, a dependência dos Muçulmanos europeus em relação aos países de origem. Isto porque, estes imãs desempenham um papel fundamental, na promoção das várias versões do Islão, sendo assim promotores de comunidades islâmicas de cariz moderado e tolerante ou radicais e extremos. Desde os atentados do 11 de setembro de 2001 e da descoberta de núcleos terroristas em Londres formados em torno de imãs e pregadores radicais que a proveniência e a formação dos imãs é uma questão preocupante, pois é fundamental para a estabilidade e integração das comunidades que as mesquitas sejam dirigidas por muçulmanos moderados, dotados de um sólido conhecimento teológico e de um bom conhecimento da língua e das realidades sociais, culturais e institucionais dos países europeus. Isto porque, os Muçulmanos europeus ao serem alvo de estratégias de influência por parte dos países de origem e afetados pela política geral do mundo árabe, podem criar problemas de segurança para os países anfitriões ao tentarem recrutar elementos radicais ou promovendo atividades fundamentalistas nos países de acolhimento.

Contudo, as comunidades muçulmanas europeias sofrem de hostilidade radical, discriminação e problemas socioeconómicos nas sociedades de acolhimento. Isto é, a grande maioria das comunidades muçulmanas constitui um grupo não-privilegiado que se concentra em bairros que se parecem a guetos, privados de certos direitos, ou seja, vivem num meio propício à criação de um ambiente de rejeição ou alienação em relação à sociedade envolvente. A esta situação junta-se o problema de como ser Muçulmano num ambiente não-muçulmano e de como responder aos sentimentos anti-islâmicos por parte da sociedade europeia. É sob estas condições que nasce um sentido de solidariedade, sendo este mais forte nas segundas gerações.

Se os Muçulmanos de primeira geração inicialmente não tinham quaisquer direitos por serem vistos como imigrantes temporários, os seus filhos que já nasceram em território europeu deveriam ter, assim, a tarefa da identidade facilitada. Contudo, esta segunda geração rejeita a integração e a assimilação que os seus pais desejavam. Neste sentido, a segunda e a terceira geração de Muçulmanos europeus está sujeita a “pressões identitárias”. Isto é, se por um lado têm o parentesco, as raízes e os hábitos culturais e religiosos, por outro lado, existe o ambiente europeu em que se inserem. Esta situação resulta em que muitos jovens não se sintam aceites nem nos seus países de origem nem nos países europeus onde nasceram, pois apresentam uma identidade própria que resulta de um misto das duas culturas. É devido a esta “indecisão” identitária e à crescente discriminação que sentem que muitos destes jovens passam a dar mais sentido à identidade religiosa, verificando-se um renascimento do Islão entre as gerações mais jovens e até alguns comportamentos extremistas. Para além disto, os muçulmanos também se sentem socialmente marginalizados porque as sociedades da Europa não os aceitam como parte integrante da nação e como se não bastasse sentem-se marginalizados economicamente, com taxas de desemprego superiores às médias nacionais; marginalizados politicamente, visto as suas opiniões não serem ouvidas no seio das organizações políticas tradicionais. Em resumo, a nível interno, os jovens muçulmanos enfrentam uma islamofobia crescente; estão desiludidos com as organizações que os representam porque estão envolvidas em lutas pelo poder e prosseguem interesses egoístas e veem a luta contra o terrorismo como uma campanha contra o mundo muçulmanos. É neste sentido que franjas da juventude muçulmana aderem a visões mais radicais do Islão pois estes grupos radicais islâmicos surgem como uma solução para todos os seus problemas.

Nas últimas décadas, deu-se uma mudança no centro de gravidade da atividade islâmica do mundo árabe para a Europa, devido ao sucesso dos governos árabes em combater o

fenómeno radical nos seus países, expulsando as frações radicais em direção à Europa, tornando-se esta um ponto central para os radicais islâmicos e devido à atitude liberal dos governos europeus e parte das suas sociedades relativamente aos imigrantes muçulmanos. É neste sentido que a Europa se tornou “terra do Islão”, sendo o papel desempenhado pela Europa fulcral no movimento da Jihad Global de Osama bin Laden, isto é, a Jihad Global na Europa deve-se a fatores sociais, económicos e políticos que estão a afetar as comunidades islâmicas no Ocidentes, tendo dificuldades em se integrar e em lidar com o ambiente da modernização ocidental.

O facto de a Europa estar geograficamente situada numa parte estratégica do mundo e ter bons meios de transporte e comunicação com o Médio Oriente, Ásia e os EUA, torna-a um alvo apetecível para os terroristas e é neste sentido que os mesmos enviam elementos operacionais com maior facilidade, isto é, os terroristas islâmicos da atualidade são móveis, viajando por toda a Europa com documentos falsos, contactando com elementos de outras células e ativando células adormecidas. Esta situação só é possível porque a UE eliminou a maior parte dos controlos fronteiriços e assim estas podem deslocar-se sem correrem o risco de fiscalização dos passaportes e controlo de identidade. Por outro lado, a não integração dos mecanismos de segurança interna, visto as agências policiais e judiciárias permanecerem sob supervisão nacional, favorece a atividade dos terroristas, aproveitando-se estes da fraqueza de coordenação entre os serviços de informação europeus.

O desenvolvimento do Islão europeu e a extensão das comunidades muçulmanas na Europa tem consequências nos acontecimentos no mundo muçulmano. Na Europa, este fenómeno contribui para reabrir o debate sobre o lugar da religião e da espiritualidade na vida pública. No mundo islâmico, o debate acerca da relação entre o Islão e a modernidade intensificasse. Os regimes árabes que temiam os efeitos do contágio de ideias modernas e liberais nas comunidades islâmicas na europa e consequente passagem para o mundo árabe, começam a ver os seus efeitos através das várias reivindicações no Médio Oriente, através de uma pressão crescente aos governos árabes no sentido de uma maior abertura política e modernização dos costumes.

No futuro da Europa é preciso ter em conta que até agora, os países ocidentais falharam na estratégia de combater o radicalismo islâmico e mostraram-se incapazes de travar as condições que tem originado o intensificar do extremismo na Europa. Para além disto, o Islão não se apresenta apenas como uma realidade multifacetada e complexa na Europa, mas encontra-se numa fase de evolução, o que significa que, demograficamente “(...) *daqui a 30*



*anos, 20% da população europeia será muçulmana*”<sup>339</sup>, isto sem contar com o intensificar do fenómeno que a possível entrada da Turquia na UE irá significar.

---

<sup>339</sup> Idem, p. 203.

## 7. Conclusão

Desde o século VII DC até aos nossos dias que o Islão tem presença na Europa. Porém o exponencial da presença muçulmana na Europa decorreu no século XIX, quando se deram grandes vagas migratórias das colónias para as metrópoles europeias, sendo que a este fenómeno migratório se juntaram outros como a chegada de refugiados e a reunião familiar de todas as partes do mundo muçulmano. Verifica-se, assim, que a variedade de origem dos muçulmanos na Europa, cria não apenas uma comunidade muçulmana mas várias, visto estas se agruparem de acordo com a sua origem cultural e sociopolítica. Para além destas vagas iniciais de imigrantes e refugiados muçulmanos que chegaram à Europa, estas comunidades foram ganhando espaço nas sociedades de acolhimento devido aos muçulmanos de segunda e terceira geração e ao aumento de seguidores do Islão. Ao contrário dos primeiros imigrantes muçulmanos que almejavam a sua integração nas sociedades de origem, os muçulmanos de segunda e terceira geração projetam afirmar-se e demonstrar o peso que tem nas sociedades, mostrando que a Europa de outrora é agora dominada por uma diversidade crescente e que esta já não se caracteriza por ser um espaço unicamente cristão.

Desde a criação da UE, com a assinatura do Tratado de Maastricht, a 7 de fevereiro de 1992, até à assinatura do Tratado de Lisboa, em 13 de dezembro de 2007, que os líderes europeus tem caminhado em direção a um multiculturalismo na Europa. Exemplo disso, foi o início das negociações para a adesão da Turquia, país de maioria islâmica, em outubro de 2005. O facto de a UE não ter recusado a candidatura da Turquia deve-se ao facto de a mesma se poder aliar ao conjunto de estados antiocidentais e radicalizar-se. Neste sentido, a UE dá mostras de sofrer por medo do mundo muçulmano, da existência de um choque civilizacional entre a Velha Europa e um Islão em pleno crescimento mundial e sente necessidade de cumprir a nova religião que assumiu – o multiculturalismo. É assim, que afirmo que a Europa caminha em direção a uma Eurábia, submetendo-se aos desejos dos países islâmicos.

Em resposta ao primeiro objetivo de pesquisa, se as comunidades islâmicas se querem integrar e se nesse sentido é possível ter a mesma Europa mas com diferentes pessoas, concluímos que a Europa tem caminhado para integrar estas comunidades nas sociedades europeias, por pressão destas, acabando mesmo por destruir alguns costumes europeus ao tentar ajustar as suas estruturas a acomodar tradições islâmicas e respetivos imigrantes, situação que cria desagrado entre os europeus por se verem sujeitos a adaptação dos imigrantes islâmicos e à política do multiculturalismo, pondo em questão até quando é que os europeus vão tolerar esta imigração em massa, situação que se agrava com o aparecimento de

sentimentos de Racismo e Intolerância assentes na religião, a islamofobia, acentuando-se desde os atentados de 11 de setembro de 2001. Contudo, o facto da população europeia sofrer um problema demográfico e os imigrantes não-europeus não padecerem do mesmo, muito pelo contrário, indica que é esta que será a população predominante no futuro. Situação que até se pode traduzir numa coexistência mais pacífica e próxima entre nativos europeus e não-europeus. Porém, as consequências económicas e tradicionais dos valores europeus, levam a que os europeus não desejem esta imigração mas ao contrário do que se pretendia deixam-se dominar pelo sentimento de culpa e não reagem. Para além disto, o elevado número de desemprego entre os imigrantes mostra que o princípio da solidariedade e a política de asilo na Europa foram longe de mais, defendendo, assim, que a Europa devia começar a optar por uma política de imigração mais restritiva e analisar até que ponto a cultura europeia pode ser aberta a outras culturas, isto porque a Europa só pode continuar a mesma, se for constituída por Europeus e não por diferentes pessoas com culturas diferentes.

Para atestar o terceiro objetivo - as comunidades têm uma influência e um peso crescente nas dinâmicas da UE – foi feito um estudo de caso. Analisámos a imigração, a integração e a atualidade das comunidades muçulmanas em doze países europeus. Apesar de cada país fazer a integração dos imigrantes chegados a partir da década de 70 e agora dos muçulmanos de segunda e terceira geração de maneira diferente, existe alguns pontos em comum. Estas comunidades e organizações que se caracterizam pelas suas diferentes histórias e pela diversidade geográfica e étnica dos imigrantes, partilham a identidade religiosa e o sentimento de pertença à Umma. É neste sentido, que estas sofrem constantes influências por parte dos países de origem, seja através do envio de imãs ou de apoio financeiro. Foi só após os vários atentados terroristas que se deram nos EUA e na Europa que se concluiu que muitos destes imãs enviados pelos países de origem são pregadores radicais, verificando-se uma alteração do centro de gravidade da atividade islâmica do mundo árabe para a Europa. Isto porque a situação geográfica da Europa e o facto da UE ter eliminado a maior parte dos controlos fronteiriços torna-a um alvo apetecível para os terroristas que se deslocam e operam com mais facilidade. Neste sentido, a descoberta de células terroristas em território europeu, veio aumentar os sentimentos de hostilidade e discriminação das comunidades muçulmanas europeias que para além disso sofrem de problemas socioeconómicos nas sociedades de acolhimento, isto é, atualmente, as comunidades muçulmanas ainda constituem um grupo não-privilegiado que vivem em bairros degradados, privados de certos direitos e que vivem num ambiente propício à criação de um ambiente de rejeição ou alienação em relação à

sociedade envolvente e é face a esta situação, juntamente com as crescentes pressões identitárias, que se verifica cada vez mais um renascimento do Islão entre as gerações mais jovens e mesmo de comportamentos extremistas, ou seja, conclui-se que a islamofobia crescente e a desilusão com as instituições e organizações que os representam resultam na adesão a visões mais radicais do Islão por parte de franjas de juventude muçulmana, visto estes grupos se apresentarem como uma solução para os seus problemas. Neste sentido, é claro que a Europa tem falhado na estratégia de combater o radicalismo islâmico e mostrou ser incapaz de travar as condições que tem originado e intensificado o extremismo na Europa.

Em suma, e relativamente à primeira pergunta de partida, verifica-se que o impacto das vagas de imigração islâmica a partir da década de 70, vieram alterar as dinâmicas nos países de acolhimento porque tiveram de adaptar as suas instituições escolares e empresariais à cultura islâmica, aumentando a tolerância de costumes e aceitando muitas vezes os valores islâmicos em detrimento dos da cultura cristã com vista a manter a política do multiculturalismo e não suscitar conflitos e choques civilizacionais com importantes parceiros do Médio Oriente, dos quais a UE depende energeticamente. Contudo, esta adaptação por parte dos Estados à cultura islâmica criou desagrado entre os europeus que se viram forçados à acomodação da cultura islâmica em detrimento do desprezo a algumas das suas próprias tradições, situação que leva a um crescente sentimento de intolerância e racismo para com os muçulmanos. Porém, apesar de os países de acolhimento terem alterado algumas das suas dinâmicas para se adaptarem a um elevado número de imigrantes, estes governos não criaram as condições necessárias para se manter um nível de igualdade entre os europeus e os imigrantes, visto estes viverem, na sua maioria, em bairros precários e com as maiores taxas de desemprego, constituindo assim grupos não-privilegiados.

O segundo objetivo de pesquisa prende-se com o projeto de trazer a Turquia para a União Europeia e perceber a reação que advirá das comunidades e instituições europeias à adesão de um país de maioria islâmica. Apesar do primeiro pedido de adesão da Turquia datar de 1959, ainda Comunidade Económica Europeia, só no ano de 2005 se iniciaram formalmente as negociações com a República Turca, com vista à sua adesão à UE. Desde então, várias têm sido as políticas de negociação e de convergência com vista a adesão deste grande Estado secular à UE. Contudo, a adesão deste Estado à UE suscita diversas opiniões públicas e políticas, em países como a França, a Alemanha, a Holanda, a Bélgica, a Suécia e a Áustria é a oposição à adesão que domina as opiniões devido ao peso que esta terá no Parlamento Europeu desde o momento da adesão, por outro lado em Portugal, Espanha, Itália

e Reino Unido as opiniões destacam-se por ser favoráveis ou indiferentes à adesão da Turquia. Estas opiniões divergem porque a adesão da Turquia coloca à UE questões de natureza geopolítica e estratégicas e mostra que para a adesão é fundamental que se encontre uma solução para a questão com Chipre, como medida de futuro para o Médio Oriente. Isto porque a efetiva adesão vai não só trazer problemas como as tensões geopolíticas, a corrupção e o tráfico ilegal, o surgimento de grupos de pressão do islão político no seio da UE e iniciar um processo de alargamento sem fim, como vai resultar no controlo dos recursos e rotas dos hidrocarbonetos, das reservas turcas de carvão e lenhite, a proximidade às reservas de petróleo do Golfo, a utilização da energia hidráulica exportada pela Turquia, bem como uma proximidade geográfica ao Médio Oriente que lhe permite levar a estabilidade e a democracia para o mundo muçulmano. Desde o Ato Único Europeu, em 1986, que a Europa tem aprovado a organização e o diálogo com organizações muçulmanas, permitindo aperfeiçoar o diálogo entre as culturas e evitar um choque civilizacional. É com base em todos os acontecimentos e alterações que surgiram após as vagas migratórias e ao surgimento dos muçulmanos de segunda e terceira geração, que o Islão se tornou a segunda maior religião na Europa e que o mundo muçulmano passou a ter importância e impacto na segurança europeia. Isto, juntamente com a enorme dependência energética que a Europa criou em relação ao Médio Oriente resultou na formulação da Política Externa da União Europeia. Estas questões resultaram num crescente multiculturalismo, contudo, os muçulmanos europeus têm tido pouca influência e impacto nas relações externas da EU, mas a sua presença influencia as avaliações dos decisores políticos no que diz respeito às diferentes opções e estratégias a adotar.

Em resposta à segunda pergunta de partida, concluo que a adesão da Turquia à UE vai significar a alteração do funcionamento das instituições europeias, isto porque, as instituições europeias são representantes da população europeia e a adesão da Turquia vai alterar a população europeia de uma maioria cristã para uma maioria islâmica. Neste sentido, no Parlamento Europeu, como órgão eleito diretamente pelos cidadãos europeus prevê-se que obtenha um número significativo de representantes islâmicos e consequentemente a Comissão Europeia como responsável por defender o interesse geral da Comunidade Europeia e como responsável pela regulação da religião na UE tem de continuar a desenvolver ferramentas com o objetivo de facilitar o diálogo entre as religiões e deixar claro, na adesão da Turquia, que existe uma separação entre a religião e o Estado na UE, mas admitindo que o Islão faz parte integrante da Europa e que isso não é impedimento para a futura adesão da Turquia.

## 8. Bibliografia

### 8.1. Monográfica

- Al-Azmeh, Aziz. e Fokas, Effie. (2007) *Islam in Europa*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Baylis, John; Smith, Steve e Owens, Patricia (2008) *The Globalization of World Politics*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Caldwell, Christopher (2010) *Reflections on the Revolution in Europe*, Londres, Penguin Books.
- Cesari, Jocelyne (2004) *When Islam and Democracy Meet*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- Guedes, Armando Marques (2005) *Estudos sobre as Relações Internacionais*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Hunter, Shireen T. (2002) *Islam, Europe's Second Religion*, Estados Unidos da América, Praeger Publishers.
- Huntington, Samuel P. (1999) *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva.
- Lacoste, Yves (2006) *A Geopolítica do Mediterrâneo*, Lisboa, Edições 70.
- Marques dos Santos, Victor e Ferreira, M<sup>a</sup> João (2012) *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, ISCSP
- Pinto, Maria do Céu. (2006) *O Islão na Europa*, Lisboa, Editora Prefácio.
- Silva, Teresa Almeida e. (2010) *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*, Lisboa, ISCSP.
- Valle, Alexandre del. (2009) *A islamização da Europa*, Porto, Civilização Editora.
- Vários, (2011) *Novo Dicionário de Termos Europeus*, Lisboa, Alêtheia Editores.
- Waltz, Kenneth N. (2002) *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Gradiva.
- Weninger, Michael H. (2009) *Uma Europa sem Deus?*, Lisboa, Edições 70.

## 8.2. Analítica

- Canen, Ana. (2007) “O multiculturalismo e o seus dilemas: implicações na educação”, *Comunicação&Política*, Vol.25, Nº2.
- Erdogdu, Erkan. (2002) “Turkey and Europe: Undivided but not United”, *Middle East Review of International Affairs*, Vol.6, Nº2.
- Fernandes, José Pedro Teixeira. (2005) “A Geopolítica da Turquia: Um desafio às sociedades abertas da União Europeia”, *Relações Internacionais*, Nº5.
- Fernandes, José Pedro Teixeira. (2006) “A Turquia entre a Europa e o Islão”, *Expresso*, Nº1747.
- International Crisis Group (2007) “Turkey and Europe: The way ahead”, Europe Report Nº184.
- Kirisci, Kemal. (2004) “Between Europe and the Middle East: The Transformation of Turkish Policy”, *Middle East Review of International Affairs*, Vol.8, Nº1.
- Leitão, Rogério. (2005) “Quem tem medo da Turquia no seio da União Europeia?”, *Relações Internacionais*, Nº5.
- Sousa, Teresa de. e Franco, Manuela. (2005) “A Turquia de regresso à Europa?”, *Relações Internacionais*, Nº5
- Vieira, João Pedro. (2008) “A Caminho da Eurásia? Islamismo e Multiculturalismo no Espaço Europeu”, *Relações Internacionais*, Nº17.
- Park, Bill. (2000) “Turkey’s European Union Candidacy: from Luxembourg to Helsinki – to Ankara?”, *International Studies Association*.
- Paz, Reuven. (2005) “From Madrid to London: Al-Qaeda exports the war in Iraq to Europe”, *Occasional Papers*, Vol. 3, Nº3.

## 8.3. Documentos eletrónicos

- \_\_\_\_ (2003-2013) *Secularização*, Infopédia, Porto, Porto Editora, [http://www.infopedia.pt/\\$secularizacao](http://www.infopedia.pt/$secularizacao), consultado a 11 de janeiro de 2013.
- Castells, Manuel. (1998) *O Poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*, [http://www.etni-cidade.net/poder\\_identidade.htm](http://www.etni-cidade.net/poder_identidade.htm), consultado a 11 de janeiro de 2013.

- Caturo (2009) “Pode a Europa ser a mesma com gente diferente?”, <http://gladio.blogspot.pt/2009/09/pode-europa-ser-mesma-com-gente.html>, consultado a 25 de fevereiro de 2013.
- Ceric, Mustafa. (2007) “Existe uma identidade própria dos Muçulmanos Europeus?”, [http://www.alfurqan.pt/view\\_tema.asp?ID=53](http://www.alfurqan.pt/view_tema.asp?ID=53), consultado a 24 de janeiro de 2013.
- Ferguson, Niall. (2004) “Eurabia?”, <http://www.nytimes.com/2004/04/04/magazine/04WWLN.html>, consultado a 28 de janeiro de 2013.
- Kuper, Simon. (2011) “The end of Eurabia”, <http://www.ft.com/cms/s/2/1c825298-d8f7-11e0-aff1-00144feabdc0.html#axzz1lAt6U9By>, consultado a 28 de janeiro de 2013.
- Lima, Sarah. (2010) “União Europeia e Multiculturalismo: A construção de uma nova realidade mundial”, <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3113.pdf>, consultado a 28 de janeiro de 2013.
- Nielsen, Jorgen S. (2011) “The Rise of Islam In Europe”, <http://www.magma.fi/tema/the-rise-of-islam-in-europe>, consultado a 21 de janeiro de 2013.
- Raposo, Henrique. (2009) “O Islamismo nas sociedades europeias. Os mitos da “comunidade muçulmana”, do “diálogo de civilizações” e do “islão moderado””, *Relações Internacionais*, N° 22, [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000200006&script=sci_arttext), consultado a 22 de janeiro de 2013.
- Underhill, William. (2009) “Why fears of a Muslim takeover are all wrong”, <http://www.thedailybeast.com/newsweek/2009/07/10/why-fears-of-a-muslim-takeover-are-all-wrong.html>, consultado a 11 de janeiro de 2013.
- Ye’or, Bat. (2005) *Eurabia: The Euro-Arab Axis*, [http://www.amazon.co.uk/Eurabia-The-Euro-Arab-Axis-ebook/dp/B004FN2C40/ref=tmm\\_kin\\_title\\_0?ie=UTF8&qid=1358855862&sr=8-1](http://www.amazon.co.uk/Eurabia-The-Euro-Arab-Axis-ebook/dp/B004FN2C40/ref=tmm_kin_title_0?ie=UTF8&qid=1358855862&sr=8-1), consultado a 20 de janeiro de 2013.